

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#74



ESPECIAL

FILANTROPIA FAZ PESQUISA SOBRE IMPACTOS DA CAPACITAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES

MARKETING

COMO APROVEITAR AS REDES SOCIAIS PARA AUMENTAR O ALCANCE DA SUA CAUSA

REMUNERAR OU NÃO REMUNERAR? EIS A QUESTÃO

DÚVIDA FREQUENTE NO DIA A DIA DE ASSOCIAÇÕES E DE FUNDAÇÕES, A REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES É, AO MESMO TEMPO, SIMPLES DE SER ENTENDIDA E CERCADA DE MITOS

ENTREVISTA • Atriz Leticia Spiller fala sobre sua atuação como embaixatriz do Greenpeace e da defesa do meio ambiente e outras causas





Fórum Interamericano de **FILANTROPIA ESTRATÉGICA**

5 a 8 de abril de 2016 • Fortaleza - CE

O **Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica** é uma iniciativa do **Instituto Filantropia** que tem como objetivo reunir temas variados voltados à gestão do Terceiro Setor. Sua terceira edição acontecerá em Fortaleza, de 5 a 8 de abril de 2016.

 Contabilidade

 Comunicação

 Legislação

 Captação de Recursos

 Voluntariado

 Assistência Social

 Tecnologia

 Sustentabilidade

+ de 100 ATIVIDADES

+ de 60 PALESTRANTES

atividades DE INTEGRAÇÃO

MINITREINAMENTOS especiais



O evento traz profissionais brasileiros e estrangeiros de diversas áreas de atuação para **compartilhar conhecimentos** com os participantes, que têm a oportunidade de trocar experiências e conhecer iniciativas de todo o país.

Realização



Apoio



Incentivador



Parceria Estratégica



MAIS INFORMAÇÕES
E INSCRIÇÕES:

www.fife.org.br

SER SUSTENTÁVEL



A magia infantil

6

ENTREVISTA



Letícia Spiller

8

CAPTAÇÃO DE RECURSOS



Transparência e Captação de Recursos:
andando sempre juntas

27

DATA FILANTROPIA



Greenwashing em foco: o cenário atual,
os consumidores e os selos

88

GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

18 Por que a filantropia engajada é diferente?

Recursos Humanos

21 Hora de realinhar cargos e salários

Crowdfunding

24 Existe dinheiro para o Terceiro Setor em meio à crise?

Voluntariado

37 Voluntariado: panorama da legislação na América Latina

42 O papel dos programas empresariais no aumento da participação voluntária

Gestão

46 Desmitificando a Gestão do Terceiro Setor

Marketing

49 Etiqueta nas Redes Sociais

Legislação

52 Imunidade aplicada ao ICMS nas aquisições do mercado interno

55 A crise migratória e o papel do Brasil e das entidades beneficentes

Contabilidade

58 Gestão de bens nos Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica

12 RADAR SOCIAL

16 DIÁLOGO SOCIAL

60 PAINEL DE CONTROLE

91 FIQUE LIGADO!

94 GERAÇÃO DE RENDA

96 REFLEXÃO

MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

64 Livros que falam à família

Comunicação

66 Solidariedade na cultura da comunicação

SUAS Brasil Afora

68 O protagonismo juvenil na construção de cultura de paz

Conselhos e Conselheiros

70 Microdoações: estratégia de captação de recursos para organizações

Ficção

72 Dos céus de prata aos Palácios do Planalto



74 CAPA

REMUNERAR OU NÃO REMUNERAR? EIS A QUESTÃO

29

SAÚDE



MAIS TEMPO PARA
FAZER O BEM

44

CULTURA DE DOAÇÃO

#diadedoar

UMA CAMPANHA
MUNDIAL,
DESCENTRALIZADA E
REVOLUCIONÁRIA

82

ESPECIAL

CAPACITAÇÃO
TÉCNICA
DE EQUIPES
MULTIDISCIPLINARES

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

ATENDIMENTO

Amanda Manarim

Cinthia Mello

Leila Souza

DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL

Fernanda Tudela

Tamara Zeppelini

EVENTOS

Rogério Costa

PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky

Cleber Almeida da Silva

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrielli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Martir

Rogério Paganatto

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Wiedman

INCENTIVADORES



PARCEIROS ESTRATÉGICOS



APOIO INSTITUCIONAL



REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



AUDITORIA DE TIRAGEM



• TIRAGEM AUDITADA: 15.000 exemplares

EDITOR GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

REDAÇÃO: Fernanda Tudela | Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Alexandre José de Assis | Monize Muniz | Karina Watanabe • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** istock.com

CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello

RECONHECIMENTO EM ESPÉCIE



THAÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

Quero confirmar
esta informação!

Para que uma relação humana – seja ela qual for – seja sustentável, é necessário que tenha mérito. Para isso, precisamos de dois ingredientes apenas: conforto e segurança. Qualquer que seja o motivo que une dois ou mais seres humanos para uma empreitada, uns buscarão nos outros este reconhecimento. Parte-se do princípio, então, de que ninguém faz nada sem querer algo em troca – nem que seja um generoso “muito obrigado”.

O Terceiro Setor depende muito do trabalho voluntário – desde as atividades operacionais rotineiras até a alta direção, vemos nas mais de 300 mil ONGs brasileiras o trabalho não remunerado como peça importante na engrenagem da locomotiva social. Nesse contexto, quase sempre, quem toma as principais decisões dentro de uma organização sem fins lucrativos não recebe nenhum centavo por depositar seu conhecimento, tempo e energia em uma causa na qual acredita.

Com o advento da Lei das Oscips, em 1999, e mais recentemente, com a promulgação da lei 13.019/09, a remuneração de dirigentes passa a ser legitimada e permitida. Mas, ainda está longe de ser uma realidade, em especial pela cultura encravada nas entidades sociais de não se remunerar a diretoria e a presidência.

Mas será que a gestão dessas organizações não seria mais profissionalizada se tivéssemos a dedicação integral dos dirigentes? Será que, como nas empresas, a diretoria não deveria ser contratada pelo seu histórico profissional (e não somente pela sua boa vontade)? O conhecimento usado em favor da ONG de um profissional não vale dinheiro? Na Europa e Estados Unidos, remunera-se dirigentes? Essas e outras inquietações que nós, dirigentes do Terceiro Setor, temos, foram abordadas na matéria de capa dessa edição de nossa Revista **Filantropia**.

A missão do **Filantropia**, desde a criação desta publicação, em 2002, sempre foi a de profissionalizar a gestão do Terceiro Setor. Por isso, defendemos que SIM, a direção das organizações não só deve ser remunerada, como deve ser bem remunerada, com médias salariais de mercado. Só assim a gestão estratégica poderá ser bem aplicada, utilizando as melhores técnicas e ferramentas de controladoria, marketing, gestão de pessoas, compliance, dentre tantas outras. E o “lucro” das ONGs, ou seja, as benesses para a sociedade, poderão atingir os melhores níveis de eficiência.

Afinal, não é só dar o peixe para depois ensinar a pescar: é necessário que se crie uma estrutura sólida e sustentável de autossuporte para toda a sociedade.

Filantropia não é caridade. Filantropia é amor à humanidade.

#pratiquefilantropia
Abraços sustentáveis



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia



◀ **MARCIO ZEPPELINI** é presidente do Instituto Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Sustentabilidade.

A MAGIA INFANTIL

As coisas não são do jeito que você queria que fossem?

Linda era chinesa e morava no Havaí. Contrariando o pai, que desejava vê-la casada com alguém dos clãs chineses, ela foi para a Califórnia. Entrou para a universidade, apaixonou-se por um americano branco, de olhos azuis, e com ele se casou. Uma cerimônia simples, bem diferente das festas pomposas, no estilo dos casamentos tradicionais, como esperava seu pai.

Depois do casamento, um silêncio pesado se fez entre pai e filha. Ele não a visitava, ela também não. Quando a mãe telefonava, o pai nunca pedia para falar com a filha. Por todas essas atitudes do pai, Linda entendia que ele estava desaprovando tudo o que ela fizera. Ela traía todos os princípios.

Contudo, Linda se lembrava da infância feliz, no Havaí. Lembrava-se de, aos 3 anos, ser a sombra do pai. Corria atrás dele entre as bananeiras. E, quando ela se cansava, o pai a colocava nos ombros. Dali de cima ela podia ver o mundo. E o pai cantava uma canção que dizia: “Você é minha luz do sol. Você me faz feliz quando o céu está cinzento”.

Então, Linda teve um bebê. Quando ele completou cinco meses, ela decidiu que era a hora de mostrá-lo aos avós. Por isso, ela, o marido e o filho foram ao Havaí. Linda estava angustiada. Será que o pai a receberia? Ela estava levando um menino no colo, que pouco tinha a ver com os antepassados chineses.

Como mãe, ela dizia para si mesma que se seu pai rejeitasse o neto, ela nunca mais voltaria.

Ao chegarem, as saudações foram educadas. O velho chinês olhou a criança sem nenhuma reação.

Depois do jantar, o bebê foi acomodado em um berço em um quarto. Linda e o marido se recolheram para descansar. De repente, ela acordou em sobressalto. Havia passado a hora de o bebê mamar. Levantou-se. Nenhum som de choro. Pelo contrário, ela ouviu uma risada delicada de bebê.

Atravessou o corredor, chegou à sala. Seu filho, de apenas cinco meses, estava deitado em uma almofada, com as mãos e os pés em agitação alegre. Sorria para o rosto inclinado sobre ele. Um rosto asiático, bronzeado pelo sol. O avô dava a mamadeira para o netinho, enquanto lhe acariciava a barriguinha e cantava baixinho: “Você é minha luz do sol”.

A criança conseguira, em breve tempo, conquistar o coração do avô e colocar um fim ao afastamento tolo entre pai e filha. Hoje, o avô chinês caminha feliz, seguido por uma sombra saltitante de olhos cor de mel e cabelos encaracolados de quatro anos de idade.

ACEITE AS MUDANÇAS NOS PLANOS

É comum “desenarmos” nossa felicidade em nossa mente. Imaginamos um mundo colorido e perfeito, cheio de alegrias e felicidades. Trazemos às nossas preces que tudo saia da forma como sonhamos, em especial quando o assunto é a felicidade de nossos filhos - achamos que só aquele modelo que arquitetamos é o que fará a nossa prole feliz.

No entanto, o mundo está em constante mudança, e algo que você sonhou há uma década ou 10 minutos atrás pode ter alterações de rota; mas, nem por isso deixará de ser perfeito.

Na vida de nossos filhos, em nossos casamentos, em nossas amizades, em nosso trabalho ou nas coisas mais simples de nossas vidas, criamos expectativas sem ter planos B ou C. Elas representam aquilo que acreditamos ser o mais correto e o mais propício à felicidade.

Mas nos esquecemos de que em nossos planos há sempre outras pessoas ou fatores externos, que não dependem de nossa decisão e não temos nenhum poder de mudar.

E, quando acontece isso, vem a frustração: “Se não é do meu jeito, recuso-me a me entregar à alegria”.

Há diversas formas de ser feliz. Mas não se render às mudanças de planos é uma das principais formas de ser infeliz.

Por isso, sempre digo em minhas palestras e textos que, mais importante do que “O QUE” você quer é o “POR QUE” você quer aquilo. O pai chinês poderia, sim, sonhar com um casamento tradicional de sua filha, com um grande homem de seu clã. Mas, mais do que isso, o foco principal deveria ser: Por que eu quero isso? Se a resposta fosse “para que minha filha seja feliz ao lado de alguém” ou “para que ela me dê um lindo netinho” a frustração não existiria, já que o objetivo principal - o porquê - teria sido cumprido.

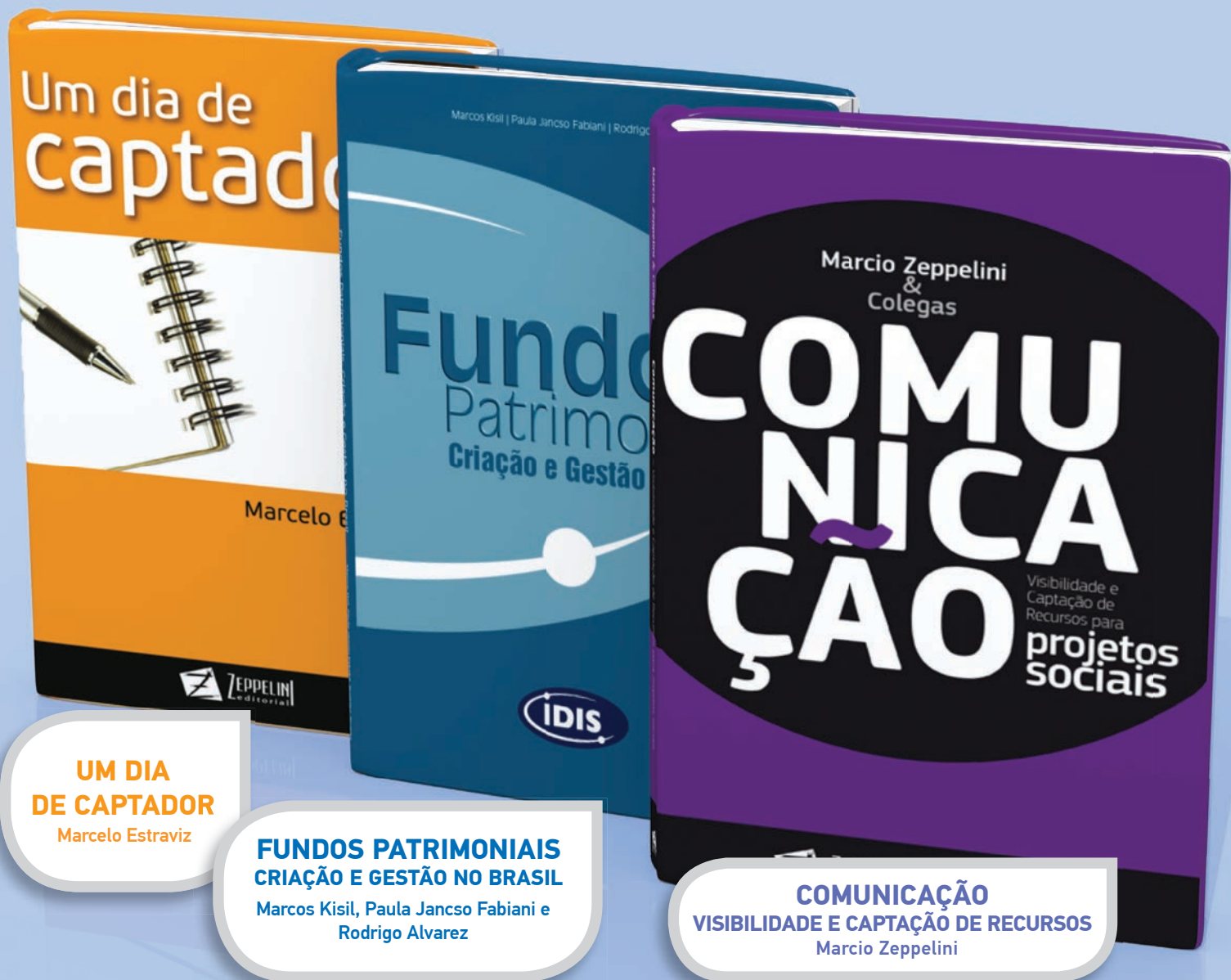
Sonhe a cores. Desenhe detalhes de seus desejos. Mas lembre-se que este desenho é apenas um “rascunho”. Quando se tornar real, não se importe com divergências se o resultado for o que você esperava. 🎨



..... COLEÇÃO

FILANTROPIA

Cumprindo a missão de democratizar informações para profissionalizar a área social, o Instituto Filantropia tem, entre seus canais de comunicação, três obras técnicas voltadas para captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais



**UM DIA
DE CAPTADOR**

Marcelo Estraviz

**FUNDOS PATRIMONIAIS
CRIAÇÃO E GESTÃO NO BRASIL**

Marcos Kísil, Paula Jancso Fabiani e
Rodrigo Alvarez

COMUNICAÇÃO
VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Marcio Zeppelini





CONSCIÊNCIA AMBIENTAL POR TRÁS DAS TELAS

Atriz Leticia Spiller é embaixadora do Greenpeace e defende causas em prol do meio ambiente

Por **Thaís Iannarelli e Fernanda Tudela**

Atualmente como embaixadora do Greenpeace, a atriz Leticia Spiller começou a atuar em 1985, antes de ser paqueta, no Xou da Xuxa. Depois, atuou em várias novelas, como Quatro por Quatro, Salve Jorge, Joia Rara e, atualmente, I Love Paraisópolis. Sempre envolvida em causas ambientais – cresceu ao lado de sua irmã, ambientalista, Letícia tornou-se embaixadora do Greenpeace pelo Desmatamento Zero no Brasil em 2015.

Em declaração à instituição, a atriz disse que a luta pela preservação do meio ambiente sempre fez parte de sua vida. “Através das minhas viagens o que vi e vejo na Amazônia em termos de desmatamento é aterrorizante e assustador! É inacreditável! Como chegamos a isso?”, questionou.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Leticia fala sobre sua atuação no mundo das organizações sociais e sobre sua percepção da atuação das ONGs na sociedade brasileira como um todo.



Revista Filantropia: Atualmente, você apoia a campanha “Entrando pelo cano”, da ONG Uma Gota no Oceano, e é embaixatriz do Greenpeace pelo Desmatamento Zero no Brasil. Você sente mais afinidade com causas ambientais?

Letícia Spiller: Não só com as causas ambientais, com outras também. As questões de meio ambiente fazem parte da minha vida desde que sou criança, porque minha irmã é ambientalista. Tenho muito amigos que trabalham nesse setor e me interessam bastante. Mas acho tão importante quanto várias outras campanhas que também apoio, como a doação de sangue, por exemplo.

RF: Atualmente, muitos artistas estão engajados em causas sociais, humanitárias, ambientais e animais. Você acredita que esse envolvimento impacta positivamente a sociedade?

LS: Com certeza! Acho que através da arte a gente pode conseguir muita coisa. E, para mim, o artista tem esta missão de ajudar de alguma forma com a sua imagem, já que somos formadores de opinião para a sociedade.

RF: Você protagonizou o filme “O casamento de Gorete”, no qual interpretou uma drag queen, participou da Parada LGBT do Rio de Janeiro e gravou um vídeo apoiando a propaganda do Boticário protagonizada também por casais gays. Como você avalia o trabalho das organizações sociais que defendem os direitos das causas LGBT?

LS: Vejo muitas organizações extremamente eficientes, inclusive por parte do próprio governo do Rio de Janeiro, atuando na campanha contra a homofobia. Mas acho que temos



Acho que através da arte a gente pode conseguir muita coisa. E, para mim, o artista tem esta missão de ajudar de alguma forma com a sua imagem, já que somos formadores de opinião para a sociedade

que evoluir muito ainda para que a realidade LGBT seja visto com cada vez menos preconceito. Para mim, toda forma de amor vale a pena!

RF: O que você acha da atenção que o poder público dispensa para as organizações sociais brasileiras?

LS: Acho que algumas pessoas atentam para isso, sim, e outras têm preconceito. Mas se a gente não fizer alguma coisa, quem fará? Infelizmente, ainda temos um longo caminho até que as pessoas comecem a exigir do governo uma posição mais presente, principalmente em relação a ações na área da saúde, educação e também do desmatamento.

RF: Se pudesse escolher uma causa social para receber um investimento e transformar a sociedade, qual seria?

LS: Eu me dedicaria a criar várias escolas que pudessem reeducar e formar agentes agroflorestais, pra aprenderem a preservar e enxergarem que, por meio de cooperativas que reciclam a natureza de alguma forma é possível sobreviver disso, principalmente se você mora em um lugar que não é uma metrópole. E acho que outra causa social que eu escolheria seria contra a homofobia. 🏳️‍🌈



MONELLO CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de
Compromisso com
as Entidades do
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



**MONELLO
CONTADORES**

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



POBREZA EXTREMA CAI A 2,8% DA POPULAÇÃO

A pobreza extrema no país caiu a 2,8% da população em 2014, quase a terça parte do percentual da população que vivia nessa condição em 2004, no início do Programa Bolsa Família. A tendência de queda da extrema pobreza nos

últimos anos foi confirmada na análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São consideradas extremamente pobres as pessoas com renda mensal de até

R\$ 77, linha oficial do Bolsa Família fixada com base na referência das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – e também válida para os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

📄 <http://mds.gov.br>

APROVADA A OBRIGATORIEDADE DE TRADUTOR DE LIBRAS EM SALA DE AULA

Foi aprovada pela Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência, da Câmara dos Deputados, a proposta que torna obrigatória a presença de tradutor e intérprete de Libras nas salas de aula dos ensinos básico e superior para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. A medida está prevista no Projeto de Lei nº 1.690/15 e acrescenta a exigência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), que estabelece que o profissional deverá atuar também no apoio à acessibilidade nas atividades extraescolares e em processos seletivos para cursos oferecidos na instituição de ensino. O projeto determina ainda que o tradutor de libras seja contratado por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

📄 <http://www2.camara.leg.br>

LEI ROUANET SOFRE ALTERAÇÕES

Foi aprovado no dia 22 de outubro, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 5.559/09, do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), que visa incluir apresentações artístico-culturais de apoio ao turismo entre os projetos que poderão contar com os benefícios de incentivo concedidos por meio da Lei Rouanet (8.313/91). A matéria ainda será analisada pelo Senado, e se o projeto for aprovado as apresentações poderão ser realizadas tanto no Brasil quanto no exterior, além de contar com recursos da iniciativa privada e de pessoas físicas, que poderão reduzir posteriormente no cálculo do imposto de renda.

📄 <http://www2.camara.leg.br>

BRASIL REDUZ EM 4,3 PONTOS PERCENTUAIS NÚMERO DE ANALFABETOS ENTRE 2001 E 2014

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que o país reduziu o número de analfabetos em 4,3 pontos percentuais entre 2001 e 2014. A mesma pesquisa informa, ainda, que a taxa de analfabetismo entre brasileiros com 15 anos ou mais foi estimada em 8,3%, o que significa, de acordo com o IBGE, 2,5 milhões de pessoas analfabetas a menos, em relação a 2001.

📄 <http://portal.mec.gov.br>

MEDIDA PROVISÓRIA REGISTRA AVANÇOS NO NOVO MARCO REGULATÓRIO

Foi aprovada no dia 28 de outubro, pela Câmara dos Deputados, a Medida Provisória nº 684/15, que adia para fevereiro de 2016 a entrada em vigor das regras sobre parcerias voluntárias entre Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e a administração

pública (Lei nº 13.019/14). Segundo a avaliação da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs, o texto aprovado, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), traz avanços importantes e corrige distorções da lei original. Uma mudança

importante foi um escalonamento da entrada em vigor da lei, permitindo às prefeituras adotarem as novas regras somente a partir de 2017. A data para governos estaduais e a União continua sendo janeiro de 2016.

<http://www2.camara.leg.br>

BRASIL FICA PELA PRIMEIRA VEZ FORA DO TOP 100 PAÍSES SOLIDÁRIOS

Pela primeira vez desde 2009, o Brasil aparece fora do ranking no Índice Mundial de Solidariedade, que abrange 145 países ao redor do globo. O país caiu da 90ª para a 105ª posição, de acordo com a pesquisa World Giving Index 2015, divulgada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Desde o início do levantamento, o Brasil perdeu 51 posições, sendo que são analisados três indicadores de doação: a porcentagem de pessoas que doaram para caridade, dedicaram tempo de voluntariado e ajudaram um desconhecido no último mês. O estudo constatou que uma em cada cinco pessoas no Brasil (20%) afirmou ter doado dinheiro. Isso é menos do que os 22% de 2013, e é a porcentagem mais baixa registrada nos últimos seis anos. É possível acessar toda a pesquisa no site da World Giving Index.

www.idis.org.br

GOVERNO QUER DEFINIR CONTEÚDO BÁSICO PARA CURSOS TÉCNICOS

O governo federal propõe criar uma base comum para o ensino técnico. A ideia é que os alunos do ensino médio recebam uma formação básica em uma das 13 áreas técnicas para que, a partir daí, possam escolher continuar a formação em um curso de graduação em educação profissional tecnológica de graduação. Na prática, um estudante do ensino médio poderia escolher, por exemplo, receber a formação em recursos naturais. Depois, as horas estudadas ainda na escola poderiam ser aproveitadas em cursos técnicos em agropecuária, em mineração ou em florestas.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>





BRASIL FICA EM ÚLTIMO LUGAR EM AVALIAÇÃO DE DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE GÊNEROS

O Brasil tem uma das maiores diferenças entre salários de homens e mulheres com o mesmo nível de formação analisadas no relatório *Education at a Glance 2015: Panorama da Educação*. A renda média de uma mulher com educação superior no país representa 62% da renda média de um homem com o mesmo nível de escolaridade. Com o resultado, o Brasil, juntamente com o Chile, aparece em último lugar na avaliação dessa disparidade dentre os países que disponibilizaram dados. O relatório é a principal fonte de informações comparáveis sobre a educação ao redor do mundo. A publicação oferece dados sobre a estrutura, o financiamento e o desempenho de sistemas educacionais de 46 países: 34 deles são membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), alguns países parceiros, além dos membros do Grupo dos 20 (G20).



MINISTÉRIO CRIA COMITÊ PERMANENTE DE CULTURA LGBT

O Ministério da Cultura instalou o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) para fazer análises e monitoramento das políticas culturais voltadas para esse público. Criado em 2013, em caráter temporário, ele agora será uma instância permanente de controle social dentro do ministério. O comitê também deverá acompanhar e monitorar as ações do MinC que focam a população LGBT ou tratam de questões relativas à diversidade sexual, considerando sempre os recortes geracional, raça/cor, povos e comunidades tradicionais, regionalidade e pessoas com deficiência; e articular e mobilizar o movimento LGBT e outros possíveis parceiros a fim de ampliar e divulgar as ações e políticas culturais LGBT.

📄 <http://www.cultura.gov.br>



CONCENTRAÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA BATE NOVO RECORDE EM 2014

O nível de concentração dos gases atingiu novo recorde, segundo o relatório anual da Organização Meteorológica Mundial. O estudo – que não mede as emissões de gases, mas a sua concentração na atmosfera, mostra que o dióxido de carbono, principal gás com efeito estufa de longa duração, aumentou para 397,7 partes por milhão no ano passado. O metano, segundo gás com efeito estufa de longa duração, também atingiu novo recorde de concentração, e a Organização Meteorológica indica que, com 60% das emissões de metano provocadas pela atividade humana, principalmente a pecuária, o cultivo de arroz e a exploração de combustíveis fósseis, foi registrado aumento de 254% nas concentrações desse gás na atmosfera, desde os níveis da era pré-industrial.

📄 <http://onu.org.br>

INVESTIMENTO SOCIAL CORPORATIVO É MAPEADO NO BRASIL

Foi lançada a 8ª edição da pesquisa BISC – Benchmarking de Investimento Social Corporativo, com o objetivo de apresentar a evolução dos compromissos sociais das empresas no país, a qualidade desses investimentos e a busca por novos elementos para a reflexão de tendências sobre o tema. Os resultados apresentados neste relatório refletem um universo de 312 empresas, 24 fundações empresariais, a federação de empresas do setor de indústria do Rio de Janeiro – sistema Firjan –, gestores sociais e lideranças de dez empresas e institutos empresariais. De acordo com o estudo, é possível perceber alguns sinais de recuperação na área, apesar da crise econômica. Em 2014, a economia ficou praticamente estagnada (o PIB cresceu 0,2%), porém os investimentos sociais cresceram 11% em 2014, totalizando R\$ 2,3 bilhões. A área de educação continua sendo a que recebe maior atenção por parte dos institutos e fundações: 70% dos seus recursos para esta área, algo na ordem de R\$ 872 milhões, o que representa um aumento de 10% em relação ao ano anterior e de 50% se comparado a 2010. As ações são direcionadas principalmente para a educação formal (19%) e captação de gestores (13%).

📄 <http://comunitas.org/bisc/>

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO É COMPROMISSO DE PAÍSES DA UNESCO

Foi aprovado por unanimidade o Marco de Ação Educação 2030 durante a 38ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Paris. Entre as metas acordadas está o investimento entre 4% e 6% do Produto Interno Bruto (PIB), a depender do tamanho do país e da demanda educacional. O Brasil é um dos países que assumiu o compromisso, no entanto, tem uma meta mais ambiciosa de investimento em nível nacional, estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), de investir pelo menos 10% do PIB até 2024. Atualmente, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o país investe 6,6% do PIB no setor.

📄 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

MAIS DE METADE DAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS RECEBE DOAÇÃO DE INDIVÍDUOS

A pesquisa TIC - Organizações sem Fins Lucrativos 2014, realizada com 3.283 organizações da sociedade civil, acabou de ser lançada e descobriu que mais de metade delas (54%) recebe doações de indivíduos, enquanto quase 50% também é financiada com mensalidades e anuidades pagas pelos associados. Somente um quarto delas recebe recursos públicos municipais, índice que é ainda inferior quando se trata de recursos internacionais. A pesquisa foi realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, e traz uma análise bastante completa de como as organizações utilizam-se da tecnologia.

📄 <http://www.cetic.br>



ESTUDO MOSTRA QUE 65% DAS DETENTAS GESTANTES PODERIAM FICAR EM PRISÃO DOMICILIAR

O estudo Saúde Materno-Infantil nos Presídios, feito pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz entre fevereiro de 2012 e outubro de 2014, foi feito em presídios de todas as capitais brasileiras e regiões metropolitanas que recebem mães com filhos pequenos. Foram entrevistadas 447 presas, que avaliaram questões relacionadas à saúde, a fatores psicossociais, tanto das mulheres quanto dos agentes penitenciários, à parte jurídica e à ambiência. A pesquisa mostrou que 65% das gestantes condenadas poderiam cumprir prisão domiciliar por ter cometido crimes de menor poder ofensivo, como porte de drogas e pequenos furtos, e serem presas provisórias.

📄 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>



IMERSÃO EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS

Revitalizada e com programação totalmente reformulada, a Imersão em Captação de Recursos é um treinamento necessário para que as ONGs ampliem horizontes no que se refere à mobilização de parceiros, doadores e patrocinadores, além de conhecer outras ferramentas para financiar seus programas e projetos. Serão mais de 40 horas de aulas teóricas e práticas, exercícios individuais e em grupo, vivências e oficinas ministradas por profissionais da área. Além disso, haverá muita interação e troca de experiências entre os participantes.

Data: 14 a 18 de março de 2016

FIFE 2016
FÓRUM INTERAMERICANO DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA

FÓRUM INTERAMERICANO DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA - FIFE 2016
 O FIFE tem como objetivo reunir temas variados voltados à gestão do Terceiro Setor, envolvendo aspectos da legislação, captação de recursos, contabilidade, comunicação, administração, voluntariado, assistência social e outros temas ligados à gestão de organizações sociais. Além de contar com os melhores palestrantes do setor, haverá também debates e seções de consultoria. Esta edição será em Fortaleza, de 5 a 8 de abril de 2016, no Hotel Oásis Atlântico.

www.fife.org.br
Data: 5 a 8 de abril de 2016

OFICINA EM INDICADORES SOCIAIS - INTENSIVO DE 16 HORAS



Serão dois dias intensos apresentando as metodologias para criar indicadores e avaliar a eficiência dos investimentos realizados, bem como a eficácia do trabalho dos gestores e administradores sociais. O aluno será capacitado, na prática, a criar indicadores que irão monitorar e avaliar os programas e projetos sociais elaborados ou apoiados por sua organização.

Data: 20 e 21 de janeiro de 2016

Palestrante: Carol Zanoti



MARCO REGULATÓRIO DO TERCEIRO SETOR – LEI 13.019/14 E SUAS MUDANÇAS

Este novo treinamento abordará o cenário de atuação do Terceiro Setor em parceria com o Poder Público e a nova sistemática a ser implementada, além de cuidados a serem observados pelas entidades. A nova Lei reconhece a importância da participação social e altera substancialmente o regime jurídico para a consecução de finalidades de interesse público em regime de mútua cooperação – Governo e ONGs.

Data: 22 de janeiro de 2016

Palestrantes: Ana Carolina Carrenho e Carla Oliveira



OSCIPS: LEGISLAÇÃO, PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O treinamento apresenta os principais passos para a qualificação de uma organização como Oscip e aborda as melhores práticas relacionadas à gestão, mobilização de recursos e sustentabilidade de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como os procedimentos para a prestação de contas.

📅 **Data: 15 de fevereiro de 2016**

Palestrante: Danilo Tiisel



OFICINA PRÁTICA INTENSIVA EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS - 4 DIAS

Esta oficina traz, na prática, as principais etapas de um projeto – desde a sua criação até a fase final de avaliação. O processo de elaboração de projetos tem grande importância instrumental, técnica-administrativa e de avaliação econômica – tanto do ponto de vista privado como do social. Por isso, instituições governamentais, bancos e órgãos de desenvolvimento que administram os programas de incentivo generalizam a exigência do projeto como condição para o recebimento desses recursos, transformando-o no principal instrumento para a validação dos benefícios.

📅 **Data: 22 a 25 de fevereiro de 2016**

Palestrantes: Michel Freller, Danilo Tiisel e João Paulo Vergueiro



COMO USAR AS REDES SOCIAIS PARA FORTALECER PROJETOS SOCIAIS

O treinamento pretende atualizar o participante em relação às atuais plataformas e suas infinitas possibilidades e oportunidades, trazendo estatísticas, ferramentas e casos reais. Assim, os alunos poderão identificar oportunidades e entender como aproveitar as redes sociais como forma de captação de recursos e relacionamento.

📅 **Data: 30 de março de 2016**

Kelli Lima

25 fev

Liderança de equipes: comunicação e feedback para engajamento nas organizações

Debate: Remuneração de dirigentes de organizações sociais

26 fev

Estratégias para captação de recursos e parcerias com empresas

7 mar

Diálogos Filantropia - Seminário Itinerante do Terceiro Setor em Petrolina

Negócios sociais, empreendedorismo e seus aspectos jurídicos

8 mar

Gestão de documentos e arquivos

Prestação de contas para projetos incentivados

9 mar

Diálogos Filantropia - Seminário Itinerante do Terceiro Setor em Recife

Logística reversa e sustentabilidade

CMDCA em 4 etapas: registro, projeto, captação e prestação de contas

10 mar

eSocial na prática para o Terceiro Setor

11 mar

Media Training e relacionamento com a imprensa

14 a 18 mar

Imersão em Captação de Recursos para Projetos Sociais

Informações e inscrições - www.institutofilantropia.org.br



POR QUE A FILANTROPIA ENGAJADA É DIFERENTE?

Ela usa recursos híbridos e complexos, como faz o mercado

Por Paul Shoemaker

Para onde quer que eu viaje, é claro que as comunidades estão enfrentando grandes problemas sociais. A filantropia tradicional, do tipo de se assinar cheques, não é forte o suficiente para resolvê-los.

Em vez disso, gostaria que pensássemos sobre o que seria possível se nós contribuíssemos com nosso capital intelectual e social, bem como o nosso dinheiro; reunindo as contribuições de várias

pessoas e, assim, fazendo contribuições mais substanciais para as organizações que estão liderando a mudança social.

FILANTROPIA ESTRATÉGICA

A Venture Philanthropy reconhece que um grande programa — que ensine as crianças a ler, ajude a tirar pessoas da pobreza ou melhore os resultados de saúde — não é mais importante do que a

■ ■ *Paul Shoemaker é presidente fundador do Social Venture Partners, uma rede global de de inovadores sociais, empreendedores, filantropos e líderes comunitários e de negócios que financiam e apoiam agentes de mudança social em quase 40 cidades e 8 países. Foi lançado oficialmente no Brasil o NESsT Partners – um programa de Venture Philanthropy que pretende ser um marco para o investimento social no Brasil. (O texto foi escrito com colaboração e livre tradução da NESsT Brasil)

O termo *venture philanthropy* foi cunhado na década de 1990, nos Estados Unidos, quando uma nova geração de filantropos começou a pensar em como eles poderiam ter o maior impacto possível em uma organização ou uma causa

organização responsável pela sua realização. É fundamental investir na organização e na sua capacidade. Se você quer ter programas eficazes e sustentáveis, que realmente fazem a diferença, é preciso ter uma infraestrutura organizacional forte e estável para apoiá-los. Você tem que ir além do apoio financeiro e ter uma visão de longo prazo do que significa investir em soluções para os problemas globais ou locais.

As características da *venture philanthropy* (ou filantropia engajada ou estratégica) são: alto engajamento por parte dos doadores; financiamento plurianual personalizado; foco na construção de estruturas que permitam a uma organização de finalidade social cumprir sua missão; apoio com capital financeiro e intelectual; e uma determinação para avaliar o desempenho (para “ver o que funciona”).

O termo *venture philanthropy* foi cunhado na década de 1990, nos Estados Unidos, quando uma nova geração de filantropos começou a pensar em como eles poderiam ter o maior impacto possível em uma organização ou uma causa.

O modelo usa muitas das ferramentas de financiamento de capital de risco (*venture capital*) para apoiar as organizações numa abordagem inovadora e de alto potencial para resolver alguns de nossos problemas sociais mais difíceis e arraigados

O conceito se espalhou globalmente. Práticas específicas podem ser adaptadas às condições locais, mas mantêm o núcleo de características-chave citadas acima. Ele engloba não apenas as doações, mas investimentos de capital, empréstimos, linhas de crédito, fundos mezzanine e capital “paciente”.

TRATA-SE DE MAIS DO QUE DINHEIRO

Por favor, não me entenda mal: cheques são ótimos – e as organizações sem fins lucrativos e inovadores sociais precisam deles! Eu sou o primeiro a reconhecer isso. Mas às vezes as pessoas que os assinam têm habilidades que são tão ou mais úteis, e às vezes mais poderosas. Desenvolver e explorar essas habilidades é uma

parte importante de uma nova organização no Brasil à qual estamos chamando de NESsT Partners.

Passei muito tempo conversando com pessoas que se sentem impotentes diante dos problemas que veem ao seu redor: há uma sensação de “O que eu poderia fazer que faria a diferença?”.

O fato é que podemos contribuir muito mais do que imaginamos: os indivíduos têm mais para oferecer — e não é apenas dinheiro

Vamos nos concentrar, então, na construção de relações fortes entre as pessoas que querem retribuir e as organizações sem fins lucrativos e os inovadores sociais que fazem as mudanças possíveis.

A SVP, Social Venture Partners, organização que eu fundei e na qual trabalho há mais de 17 anos, é mais do que se assinar um cheque: trata-se de uma parceria com as organizações sem fins lucrativos e os inovadores sociais que estão trabalhando para fazer a diferença em nossas comunidades.

Em São Paulo, estamos trabalhando com a equipe da NESsT Brasil para oferecer às pessoas a oportunidade de trazer suas habilidades profissionais e de negócios para a mesa, e colocá-los em serviço dos desafios sociais que mais preocupam os brasileiros.

Pense nesta abordagem como um banquinho de três pernas:

- A primeira perna é o capital intelectual (das organizações sociais) — o conhecimento e a compreensão de um problema específico que organizações sem fins lucrativos e os inovadores sociais trazem para resolver alguns dos problemas arraigados no Brasil.
- A segunda perna é o capital financeiro — trazido por membros do NESsT Partners para um fundo comum que fará doações para os inovadores sociais. É uma maneira eficaz e participativa de alavancar seus reais, ou dólares, para a filantropia.
- A terceira perna é o capital intelectual e social (dos partners) — é o que os membros do NESsT Partners podem trazer para os inovadores sociais.

TRABALHANDO LADO A LADO COM INOVADORES SOCIAIS

Queremos proporcionar indivíduos talentosos e atenciosos com a oportunidade de usar seu tempo e habilidades para fortalecer negócios sociais. Nós chamamos isso de voluntariado estratégico: o objetivo é trabalhar lado a lado com organizações sociais, conectando-as com consultores voluntários qualificados que podem ajudar a levar a missão social da organização a um novo nível.

Coloque tudo isso junto, e você terá um modelo que funciona em vários níveis: ele permite que os indivíduos amplifiquem suas doações; fortalece e financia negócios e inovações sociais e os ajuda a estender o seu alcance; e prepara comunidades para enfrentar nossos maiores desafios sociais e nossos objetivos comuns em conjunto.

CONTEXTO BRASIL – BARREIRA OU OPORTUNIDADE?

A filantropia no Brasil avançou muito nos últimos 20 anos, principalmente dentro das corporações que começaram ou aprimoraram seus institutos e fundações. A filantropia individual ou familiar, no entanto, não é algo que pertence à cultura brasileira. Seja por não haver incentivos fiscais atrativos, seja porque retribuir os ganhos não faz parte do modelo educacional do brasileiro. O fato é que tal cultura não existe, e este é sempre um obstáculo a se considerar ao trabalhar com filantropia.

A filantropia engajada é uma proposta inovadora por alavancar recursos e habilidades que, somados, poderão atuar efetivamente na solução dos problemas sociais

Por ser participativo, este modelo constrói relações de longo prazo e, ao mesmo tempo, proporciona a educação dos atores envolvidos trazendo aprendizados tanto para os empreendedores sociais apoiados quanto para os filantropos engajados.

O tema dos negócios sociais no Brasil, por sua vez, cresceu muito nos últimos cinco anos, e isso fez com que a cada ano novas ideias de negócios fossem colocadas em prática, ampliando assim a necessidade de investimento para o estágio inicial. Negócios sociais precisam de recursos flexíveis (doações, doações retornáveis, empréstimos, *equity*), que combinados e aplicados no momento certo contribuirão para o seu desenvolvimento. Diferentemente de negócios regulares, eles levam mais tempo para atingir o seu ponto de equilíbrio e estarem prontos para expansão. Citando a NESsT, em seu artigo Escalando o impacto dos negócios sociais por meio do investimento no estágio inicial:

“Os persistentes problemas de desemprego, pobreza, exclusão social, serviços sociais precários e degradação ambiental – mesmo em economias de mercado emergentes em crescimento – pedem soluções novas e inovadoras. Nem abordagens baseadas exclusivamente no mercado ou exclusivamente no setor público têm, efetivamente, confrontado esses problemas. Negócios sociais oferecem uma resposta híbrida a problemas sociais complexos. Negócios sociais abordam as barreiras sociais e econômicas que enfrentam as comunidades marginalizadas

Negócios sociais precisam de recursos flexíveis (doações, doações retornáveis, empréstimos, *equity*) que combinados e aplicados no momento certo contribuirão para o seu desenvolvimento

ou em desvantagem, e tentam resolvê-las usando uma abordagem baseada no mercado.”

Ou seja, para se atuar nesse mercado híbrido e complexo, necessitamos também de oportunidades para a inclusão de novos modelos de atuação tal como se propõe a *venture philanthropy*, que é base do Programa NESsT Partners.

COMBINANDO NOSSAS CABEÇAS E CORAÇÕES

A NESsT Partners é uma oportunidade de combinar a cabeça e o coração de uma forma proposital e eficaz. Um subproduto importante é que os participantes ganharão uma compreensão real dos problemas sociais complexos que confrontam o Brasil. Lidar com esses problemas é muito mais difícil do que ter sucesso nos negócios ou em uma profissão: as razões pelas quais uma criança irá prosperar ou não são muitas, e interligadas: a pobreza, o grau de acesso à educação e saúde de qualidade, a capacidade dos pais, a estabilidade da vizinhança e mais.

Construir melhores comunidades leva tempo, mas nós vamos ter mais chances de sucesso se unirmos nossos talentos e recursos e pesquisarmos onde podemos ser mais efetivos com a nossa contribuição para concentrarmos os esforços lá.

Nós já vimos resultados nas cidades onde a SVP atua, nos esforços para garantir mais crianças frequentando a pré-escola e chegando à escola prontas para aprender; mais adolescentes e jovens adultos passarem pelo ensino médio, prontos para um emprego ou para mais estudos; mais pessoas tendo acesso à formação e ao apoio que elas precisam, a fim de sustentar a família.

Já existe hoje uma rede internacional de SVPs nos Estados Unidos, Canadá, China, Índia, Japão, Coreia, Reino Unido e Austrália — no total, quase 4.000 pessoas em 39 cidades. Espero que o Brasil e o NESsT Partners façam parte desta rede internacional.

A mudança começa com você. Qual a mudança que você quer ver na sua comunidade? Quais as causas que te apaixonam?

Pense no que você pode fazer e o que pode ser alcançado se você tiver uma rede de indivíduos que investem tempo, talento e dinheiro. Se você está com vontade de contribuir para mudar o mundo, o NESsT Partners está aqui para conectar você com as pessoas e as organizações que podem fazer a diferença. 📌



HORA DE REALINHAR CARGOS E SALÁRIOS

Na busca pela otimização dos custos das operações e por mais eficiência nos atendimentos, organizações não governamentais reavaliam políticas internas relacionadas aos seus colaboradores

Por Luciano Guimarães

A profissionalização das atividades das organizações sociais – acelerada em parte pelo momento negativo da economia brasileira – está levando uma parcela considerável das entidades a rever seus processos internos relativos à distribuição de cargos e funções e de salários e benefícios aos seus colaboradores.

Mesmo assim, é grande o tamanho do desafio, uma vez que 74% das 303 mil organizações não governamentais, entre fundações e associações sem fins lucrativos, não têm funcionários registrados formalmente, de acordo com a Fasfil 2010 – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil.



Comum na iniciativa privada, remuneração variável vem crescendo no setor social

Marisa Ohashi

Gife

Desse total, 2% são fundações, 8% são organizações religiosas e a grande maioria, 90%, está constituída como associação civil sem fins lucrativos, segundo a Pesquisa sobre Organizações da Sociedade Civil e suas Parcerias com o Governo Federal, da FGV Projetos, a pedido da Secretaria-geral da Presidência da República.

“De maneira geral, as organizações que têm recursos próprios – investidores sociais – e dependem menos de captação têm mais autonomia na sua gestão de pessoas e têm condições de adotar práticas de remuneração mais competitivas, buscando atrair profissionais qualificados”, explica Marisa Ohashi, gerente administrativo-financeira do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife).

A executiva ressalta que muitas organizações não governamentais já adotam benefícios similares aos da iniciativa privada, inclusive a remuneração variável. “Adotam também outros instrumentos de gestão, comuns na iniciativa privada, com a finalidade de se manterem competitivas no mercado de trabalho, como as pesquisas salariais”, reforça.

No final de setembro o Gife lançou a 3ª edição da Pesquisa Salarial, que aborda a remuneração total entre os investidores sociais, e possibilita às organizações comparar seus salários e benefícios praticados com a média deste mercado. A pesquisa é realizada a cada dois anos e é conduzida pela Taji, empresa de consultoria especializada em remuneração.

O levantamento, que contou com 16 participantes associados, mostrou que a maioria das organizações é de origem empresarial (56%), com orçamento até R\$ 10 milhões (37%) e entre R\$ 11 e 20 milhões (25%), e apresentam estruturas enxutas, de até dez funcionários (37%) e entre 11 e 20 funcionários (25%).

De acordo com a pesquisa, 75% das organizações possuem um programa de remuneração variável, isto é, além do salário-base fixo, os funcionários recebem conforme o seu desempenho. A maioria é por bonificação.

“A remuneração variável é bastante comum na iniciativa privada e isso vem crescendo no setor social. Este resultado mostra que as organizações têm se estruturado por meio de um

planejamento e processos, priorizando esforços em metas estabelecidas e conectando a performance de seus profissionais a este sistema”, destacou a gerente do Gife.

A pesquisa do Grupo de Institutos Fundações e Empresas revelou outro dado interessante. As organizações têm sido competitivas quanto à prática salarial, pois a maior parte das participantes (31%) busca praticar a média do mercado.

“A partir desse levantamento, as organizações poderão analisar como estão em relação a este mercado e tomar decisões sobre suas práticas de remuneração e benefícios, sempre levando em conta sua viabilidade orçamentária”, frisa Marisa Ohashi.

Às vésperas de completar 50 anos de existência, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, por exemplo, tem promovido ações voltadas a solucionar o problema. “A organização está passando por uma revisão estratégica a fim de refinar seu modelo de atuação, e assim ganhar mais eficiência em seus processos”, pondera o gerente de estratégia e operações Felipe Ferri.

Além disso, reforça o gestor, a entidade vem investindo na estruturação e no alinhamento das políticas e procedimentos de gestão de pessoas.

Fundada há 60 anos, a Fundação Bunge também vem trabalhando intensamente na busca por aumentar a eficiência de suas ações. Segundo a gerente de projetos Juliana Santana, a organização tem ancorado sua atuação nas práticas de gestão por competências.

“Por meio da revisão da estratégia, inclusive com a estruturação de um *Balanced Scorecard* da instituição, da reescrita dos cargos, a fundação pôde fazer um diagnóstico de seu quadro, buscar treinamentos e capacitações para cobrir as lacunas”, salienta a gestora.

ALINHAMENTO SALARIAL

As entidades estão cada vez mais se mexendo para implantar uma política de gestão de pessoas, especialmente no tocante à remuneração, alinhando-a com a realidade do mercado e do orçamento da organização.

“Os salários devem ser competitivos para atrair e reter bons profissionais, mas devem ser viáveis do ponto de vista orçamentário”, argumentou Iatio Miyamura, sócio consultor da Taji, durante palestra sobre gestão de pessoas, proferida por conta do lançamento da 3ª edição da Pesquisa Salarial.

O especialista criticou o que chamou de “autocrescimento” da folha de pagamento, ou políticas que geram

44 Mudar para o Terceiro Setor foi um pulo no escuro, mas o mais acertado da minha vida

Priscila Fonseca da Cruz
Todos pela Educação

crescimento da folha automaticamente, como reajustes atrelados ao número de anos de experiência ou aumento de nível de escolaridade.

“O mérito deve ser reconhecido pela remuneração variável ao invés de evolução na faixa salarial e promoções devem levar em conta o potencial do funcionário ao invés de desempenho no cargo atual”, recomendou.

Na última década, o mercado de trabalho no Terceiro Setor se transformou em um grande celeiro de oportunidades, atraindo mão de obra qualificada proveniente da iniciativa privada. Este caminho também trouxe uma melhora considerável dos salários pagos aos gestores de alto escalão, como gerentes e coordenadores de projetos. Atraente, a remuneração varia conforme o tamanho da entidade e pode chegar, em alguns casos, até R\$ 10 mil mensais.

Paralelamente à remuneração, há organizações sociais, especialmente as fundações ligadas a grandes empresas, que oferecem diversos benefícios, como planos de saúde e previdência, auxílio creche e até mesmo carros, tablets e smartphones. Evidentemente que a maioria das entidades ainda convive com problemas de orçamento, e precisa contar com o trabalho voluntário de muitos abnegados.

A migração de “cérebros” se deu não apenas pela profissionalização de uma enorme diversidade de organizações não governamentais, mas pelo próprio desgaste que muitos executivos sentem com o passar do tempo.

Em 2001, a administradora e advogada Priscila Fonseca da Cruz, depois de passar pela Arcor e pela consultoria Mercer, trocou a iniciativa privada pelo Terceiro Setor, época em que as entidades ainda começavam a dar os primeiros passos em busca da profissionalização.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, a hoje diretora-executiva da Ong Todos pela Educação afirmou ser “muito mais motivador ir trabalhar todos os dias com um propósito maior, que vai muito além do salário no final do mês”, lembrando-se que começou ganhando metade do salário que recebia no setor privado, “mas, como ainda não tinha filhos, achou que podia arriscar naquele início de carreira”.

“Foi um pulo no escuro, mas o mais acertado da minha vida, sem dúvidas”, ponderou a gestora.



Na mesma linha de sua colega, o superintendente da Liga Solidária, ONG que atua com educação e cidadania, Alvino de Souza e Silva, que atuou em empresas como a consultoria BBKO e o Banco ibi, braço financeiro das lojas C&A, migrou para o Terceiro Setor em 2006, por já estar “desgastado e desgostoso do último emprego”, resolvendo buscar a felicidade em outras paragens.

“A questão da remuneração já foi mais problemática quando o Terceiro Setor ainda não estava bem posicionado como atualmente”, salientou o gestor em entrevista para o mesmo veículo de comunicação.

DIRIGENTES ESTATUTÁRIOS

Já os dirigentes estatutários, que até alguns anos não podiam ser remunerados nem receber qualquer tipo de gratificação, sob pena de que as entidades onde atuam – incluído associações, clubes sociais – percam a isenção fiscal, tiveram essa realidade alterada a partir de agosto de 2013. Isso ocorreu graças à Lei nº 12.868 (não atingindo os celetistas), que condicionou algumas regras para manter esta mudança.

Segundo a Cass Auditores e Consultores, com sede em Natal (RN), antes de remunerar os diretores, a entidade deve seguir algumas condições. “Em primeiro lugar, a remuneração máxima de cada diretor não poderá ser superior a R\$ 21.630,00, equivalente a 70% da maior remuneração no Poder Executivo federal”, informa.

E ainda: “a entidade poderá pagar apenas o limite mensal, de R\$ 108.150,00, a toda diretoria, independentemente do número de diretores estatutários. E nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até terceiro grau, inclusive por afinidade ou consanguinidade, dos instituidores, sócios, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição”.



TAHIANA D'EGMONT é CEO da Kickante. Empreendedora digital, é especialista em Marketing Digital e Community Building, tendo atingido mais de 40 milhões de usuários por mês em uma de suas startups.

kickante EXPLORE APRENDA CRIE SUA CAMPANHA

AS MAIORES ONGS DO BRASIL ESTÃO NA KICKANTE

"Escolhemos a plataforma da Kickante pois é mais focada em captação de recursos do que as plataformas de crowdfunding em que só há o processo de 'tudo ou nada'. Não podemos perder as doações!"

Michelle Braga - Gerente de Relacionamento com Doadores e One to One de Médicos Sem Fronteiras

Arrecade Fundos Já

QUERO MAIS! Digite seu email Cadastrar

Dando vida a ideias, sonhos e projetos com crowdfunding.

Contribua com as campanhas

- Colabore com artistas, atletas, empresários, ativistas e inovadores!**
Faça parte de um grupo seleto de pessoas que tiram projetos fantásticos do papel, tornando o mundo melhor e fazendo o bem.
- Recompensas de arrepiar!**
Para cada contribuição, receba uma recompensa relacionada. Tem jogos, CDs, arte e muito mais! Além de fazer o bem, você tem acesso a produtos e serviços exclusivos.
- Facilidades na sua contribuição**
Patrocine um projeto com boleto ou cartão de crédito (podendo parcelar em até 6x!)

Lance sua campanha de crowdfunding

- Arrecadar fundos com a Kickante é muito mais fácil**
Nós fazemos a primeira contribuição para sua campanha! Campanhas "Tudo ou Nada" ou "Flexíveis" (leve o que arrecadar, independente da sua meta!)
- Fácil como usar o Facebook!**
Preencha nosso passo-a-passo online e lance sua campanha de crowdfunding em minutos! (Ou peça nossa assessoria gratuita)
- A gente só ganha se você ganhar**
Jamais cobramos pela sua postagem e ainda aceitamos contribuições parceladas (você recebe o valor à vista!)

EXISTE DINHEIRO PARA O TERCEIRO SETOR EM MEIO À CRISE?

A economia brasileira está em transformação desde a crise mundial de 2008, e temos visto grandes e constantes mudanças no modo de lidar com o dinheiro no país, principalmente nos últimos meses.

Ainda que poucas pessoas saibam ao certo a dimensão e os efeitos da crise econômica no Brasil, não há dúvida de que a mesma afeta todo e qualquer setor da sociedade, especialmente o Terceiro Setor, que, de alguma maneira, luta para cumprir os papéis que deveriam ser exercidos, ao menos em parte, pelo Governo.

Com a crise, crescem as necessidades das organizações sem fins lucrativos e, ao mesmo tempo, cada vez menos fundos chegam até elas. Enquanto o financiamento para as organizações e projetos sociais acusa os primeiros sinais de aperto, em diversas empresas, que são possíveis doadoras corporativas, a preocupação com a área socioambiental começa a ceder espaço para a preocupação com a própria sobrevivência financeira.

Em um ambiente em que os fundos já eram escassos, devido ao aumento do número de organizações e a disputa por contribuidores (que vem como consequência), sobreviver a esse

nesse tipo de arrecadação no Brasil. A ASERG - Associação Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos lutou pela arrecadação de fundos para comprar um novo terreno para abrigar os animais resgatados e com R\$10 reais o contribuidor ajudava a comprar 1m².

A campanha, que teve tíquete médio de R\$65, atingiu milhões de pessoas ao redor do Brasil e do mundo. Com muito apelo emocional e uma forte assessoria de imprensa, o projeto foi exibido em programas de televisão em rede nacional, como o CQC, apoiado por instituições como ONG Ampara Animal, Instituto Luisa Mell e Grupo Porta do Fundos, além de inúmeras celebridades como Neymar, Glória Pires e até mesmo a cantora britânica Joss Stone.

Entretanto, não são só as campanhas com enorme alcance e visibilidade que superam suas expectativas e conseguem, de fato, capital para defender sua causa. O Projeto WimBelemDon há quase 15 anos ensina tênis e complementação escolar para mais de 100 crianças e adolescentes em vulnerabilidade social do bairro Belém Novo, zona sul de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Porém, sua sede era alugada e corriam sérios riscos de perdê-la, por isso, criaram a campanha de financiamento coletivo “Fixando Raízes WimBelemDon”.

Definiram uma meta inicial de R\$50 mil - o mínimo necessário para a entrada da compra do terreno -, e se surpreenderam com a repercussão da campanha, que acabou arrecadando mais de R\$403 mil. Com tíquete médio de R\$315, as recompensas variavam de ter o nome na lista de apoiadores do projeto até livros autografados dos tenistas renomados Guga Kuerten e Fernando Meligeni, raquetes e uniformes de jogadores nacionais e internacionais e sua empresa como mantenedora do projeto.

Analisando os resultados, percebemos o crescimento exponencial anual do financiamento coletivo para o Terceiro Setor. A campanha #Torcida MSF, realizada pelo Médicos sem Fronteiras, que arrecadou R\$140 mil, era um recorde filantrópico até o ano passado - 14% do recorde atual.

A tendência é que cada vez mais ONGs utilizem o crowdfunding para viabilizar projetos sociais - já que não exige o período de maturação de 2 anos que o Governo impõe -, e também que as plataformas inovem para se adaptar cada vez mais às necessidades do Terceiro Setor.

VANTAGENS DO FINANCIAMENTO PARA A ARRECADÇÃO DE FUNDOS

As plataformas já oferecem alguns diferenciais para o Terceiro Setor que ajudam a potencializar a arrecadação de fundos. Geralmente, quando se capta fundos para uma causa nos métodos tradicionais, é preciso contratar uma equipe para gerenciar a campanha. Já no crowdfunding, a plataforma realiza todos os papéis: recebe e registra as contribuições por você; contabiliza a quantidade já arrecadada e estima quanto ainda falta para alcançar o objetivo financeiro; algumas oferecem dicas e

Baseado na economia colaborativa, tem como fundamento a premissa de que, juntos, todos podem conquistar seus objetivos, algo já bem alinhado com as práticas do Terceiro Setor.

estratégias de divulgação; e, por fim, o site também registra os dados dos apoiadores da causa para o seu controle e para, eventualmente, ao final das arrecadações, retribuir quem doou com recompensas simbólicas.

Além disso, o grande aumento de campanhas de financiamento coletivo de ONGs em 2014 foi devido ao surgimento da opção de Campanha Flexível trazida pela plataforma da Kickante. Antes, no Brasil, só havia a opção tradicional de Campanha Tudo ou Nada - a ONG só recebe o valor arrecadado se bater ou ultrapassar a meta - e, com a opção de Campanha Flexível, a ONG leva o que arrecadar, independentemente de atingir a meta.

Outra vantagem do financiamento coletivo para projetos sociais é que as ONGs podem receber doações das mais diversas cidades do Brasil e do mundo - algumas plataformas já aceitam doação do exterior. Doadores que não saberiam da instituição ou do projeto social se não fosse o financiamento coletivo. Isto contrasta com a teoria de que doadores e Instituições precisam estar perto ou que as Instituições só devem arrecadar doações pela comunidade ou de pessoas próximas. Aliás, esta dispersão geográfica talvez seja uma das características mais marcantes do financiamento coletivo. Quando o contribuidor se identifica com o projeto social realizado pela ONG, ele contribui, ajudando a transformar a vida de diversas pessoas.

O Terceiro Setor é um mercado que, mesmo com a crise, continua em pleno crescimento no Brasil. Por isso, as novidades não param de aparecer. Uma delas é o Clube de Contribuição Mensal, no qual as ONGs podem arrecadar doações continuamente para seus projetos sociais. Esta é uma opção que pode ser realizada após uma campanha de financiamento coletivo normal, pois já houve uma divulgação prévia da ONG, do projeto social e de suas necessidades, e seus contribuidores se tornam recorrentes.

Outra novidade lançada recentemente é o Kick Solidário. Neste caso, o contribuidor se torna um voluntário digital e pode criar uma campanha de crowdfunding para arrecadar fundos para uma ONG que goste. A plataforma já possui o cadastro prévio de dezenas de organizações e todas as doações vão diretamente para a instituição escolhida.

Para os próximos anos, a projeção é que ainda mais organizações e projetos sociais como um todo passem por um processo de experimentação com o financiamento coletivo, montando seus planos anuais de arrecadação já contando com essa incrível forma de arrecadação de fundos. 📈



TRANSPARÊNCIA E CAPTAÇÃO DE RECURSOS: ANDANDO SEMPRE JUNTAS

Se você estuda sobre captação de recursos, já deve ter lido sobre a importância do planejamento e da diversificação. Deve também ter visto que captação de recursos requer tempo, investimento e equipe, e que é um processo, e não uma ação pontual. Com certeza já viu que captação de recursos é estratégica para a sustentabilidade das organizações, e também transformadora, viabilizando o cumprimento da sua missão. Mas há algo de que se fala muito pouco, e que é tão importante como o resto:

para o sucesso da captação de recursos, a transparência é fundamental.

Sim, ser transparente é fundamental e é um dos principais fatores que garantirá o sucesso na captação de recursos das organizações, pois consolida a relação entre elas e seus doadores, e também dela para com toda a comunidade.

E como uma organização deve agir se quiser realmente ter a transparência como um valor da sua gestão? Apresento, a seguir, algumas das dicas mais importantes sobre o tema:

1



Deve ter uma página na internet. Toda organização tem que ter um **site**, simples, mas completo, que disponha das informações mínimas, como missão, visão, equipe, formas de contato etc. Para a captação, além do site, é importante ter também um botão de doação sempre visível.

2



Quem é a equipe da organização? E, principalmente, quem forma o corpo dirigente dela? Todos os doadores devem ter acesso à informação sobre quem dirige a instituição, para que confiem na gestão e na sua liderança. Os nomes dos **Conselhos** de Administração (ou Deliberativo), Conselho Fiscal e dos Diretores deve constar no site e estar sempre atualizados.

3



A sua organização tem **relatório de atividades** anual? Tem que ter, e tem que divulgar. Um relatório de atividades é um documento completo que mostra as atividades desenvolvidas pela organização e seus resultados alcançados, o perfil do seu público, os seus parceiros, os seus números. E é visualmente bonito. Um relatório de atividades é um documento de prestação de contas para a comunidade e a sociedade, e é também um documento de captação de recursos – serve para que os doadores tenham confiança na organização.

4



Já vi muitas instituições que se recusam a divulgar seus números financeiros. Usam o argumento de que não podem, que há concorrência, as outras saberiam dos dados delas. Este argumento é falacioso. Se é uma organização da sociedade civil, que tem finalidade pública – uma causa, um grupo, uma bandeira – não se pode pensar desta forma. É preciso ser transparente. E isso significa colocar, pelo menos no site, e no seu relatório de atividades, os números da organização, um Demonstrativo de Resultados do ano, o **balanço** atualizado. Se eu estou doando, eu quero saber como o meu dinheiro está sendo aplicado, e quero ver que está sendo bem utilizado, para continuar doando mais e mais, e por muito mais tempo.

5



E há algo muito, muito simples, e que muitas vezes é deixado de lado pelas organizações: é importante manter comunicação direta com seus doadores e com toda a comunidade. Vale fazer um **informativo periódico**, mesmo que apenas mensal, mas deve-se realmente comunicar com frequência o que a organização está fazendo, como as conquistas obtidas e, às vezes, até as dificuldades superadas. Isso dá legitimidade inclusive para novos pedidos de doação, quando a organização precisa reforçar o seu trabalho de captação e ampliar os recursos. E, como já diria Chacrinha, “quem não se comunica, se estrumbica”, e a comunicação pode ser feita via boletins eletrônicos, jornais, revistas, informativos semanais, etc.

Muito bem. **Site, conselhos, relatório de atividades, balanços e informativos periódicos.** Cinco importantes ações que uma organização tem que desenvolver para ser transparente para com seus doadores e a comunidade. Cinco ações que vão torná-la mais forte e preparada para ampliar sua captação de recursos, e conseguir impactar ainda mais o país de forma permanente e sustentável. Não dá para fugir delas, não dá para não ser transparente no Terceiro Setor. É pressuposto, é obrigação. E é o que querem a comunidade e os doadores, e por isso tem que ser prioridade também dos captadores. 📢



MAIS TEMPO PARA FAZER O BEM

Pronon e Pronas/PCD têm prazos ampliados para que pessoas físicas e jurídicas possam reverter parte do imposto de renda devido a organizações sociais aptas pelo Ministério da Saúde

Por Luciano Guimarães



Adúvida em torno da continuação do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) dissipou-se no dia 15 de setembro, quando o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão nº 11/2015, proveniente da Medida Provisória nº 675/2015, que alterou a Lei nº 12.715/2012.

Conforme o art. 9º, a União passa a facultar às pessoas físicas e jurídicas até o ano-calendário 2020 e 2021, respectivamente, a opção de deduzir até 1% do imposto de renda devido dos valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços prestados por instituições sem fins lucrativos, autorizadas pelo Ministério da Saúde.

De acordo com a previsão tributária da Receita Federal, constante no Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (PLOA 2015), o Pronon e o Pronas/PCD devem ajudar as organizações sociais a arrecadar, ao todo, em torno de R\$ 348,5 milhões, praticamente meio a meio. Em ambos os casos, as pessoas jurídicas serão responsáveis por direcionar em torno de 97% a 98% do total. Esses valores só poderão ser atingidos se os esforços de captação de recursos forem bem-sucedidos.

Para se ter uma ideia do tamanho deste universo, o mecanismo de incentivo à cultura, por exemplo, deve atingir, em 2015, R\$ 1,323 bilhão em doações de parte do IR, mostrando o enorme potencial de crescimento de doações dos dois programas ligados à saúde.

PRONON

As entidades que recebem as doações provenientes do Pronon podem aplicar os recursos em dez áreas prioritárias divididas em três campos de atuação.

O primeiro deles é a prestação de serviços médico-assistenciais, em que os recursos devem ser aplicados – (I) para a atenção e cuidados à pessoa com câncer, principalmente as ações voltadas ao diagnóstico e estadiamento da doença, ao tratamento cirúrgico, quimioterápico e radioterápico, e aos cuidados paliativos; (II) na prestação de serviços desenvolvidos em casas de apoio quando estes estabelecimentos tiverem como público-alvo as pessoas com câncer; e (III) no apoio à prestação de serviços de saúde por meio da adequação da ambiência dos estabelecimentos.

O segundo campo de atuação compõe-se de formação, treinamento e aperfeiçoamento de RH, prevista em apenas uma área prioritária – o desenvolvimento de projetos de educação permanente e formação de recursos humanos direcionados a profissionais que atuem na área de saúde em todos os níveis de atenção, especialmente – (a) formação técnica na área de radioterapia; (b) formação de nível superior na área de radioterapia (físico-médico e radioterapeuta); e (c) educação

Programas têm pouca agilidade no cumprimento dos prazos de avaliação dos projetos

Helder Yankous

Gestor do Complexo Hospitalar São Francisco



permanente na área de cuidados paliativos; e na área de oncologia pediátrica.

Já o terceiro campo de atuação é voltado a pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais e é composto por seis áreas prioritárias – (I) realização de pesquisas para o desenvolvimento de novos métodos custo-efetivos para diagnóstico e terapêutica em câncer; (II) pesquisas epidemiológicas, descritivas e analíticas, dos vários tipos de câncer existentes; (III) pesquisa e desenvolvimento de inovações, tecnologias e/ou produtos para prevenção, diagnóstico e/ou tratamento de câncer; (IV) pesquisas básicas e pré-clínicas que levem ao desenvolvimento de novos métodos diagnósticos ou terapêuticos em oncologia; (V) desenvolvimento de bancos de tumores e; (VI) realização de pesquisas para avaliação de políticas, serviços, programas e ações de saúde em oncologia.

PRONAS/PCD

Este programa tem os mesmos campos de atuação do Pronon. O primeiro, ligado à prestação de serviços médico-assistenciais, está dividido em oito áreas prioritárias – (I) qualificação de serviços de saúde, por meio da adequação da ambiência de estabelecimentos; (II) reabilitação/habilitação da pessoa com deficiência; (III) diagnóstico diferencial da pessoa com deficiência; (IV) identificação e estimulação precoce das deficiências; (V)

adaptação, inserção e reinserção da pessoa com deficiência no trabalho; (VI) ampliação, estimulação e manutenção das capacidades funcionais por meio de práticas esportivas; (VII) ampliação, estimulação e manutenção das capacidades funcionais por meio de terapia assistida por animais (TAA); e (VIII) ampliação, estimulação e manutenção das capacidades funcionais por meio de produção artística e cultural.

O segundo campo de atuação relaciona-se à formação, ao treinamento e ao aperfeiçoamento de RH, abrangendo seis áreas prioritárias – (I) formação técnica e capacitação em ortopedia técnica; (II) uso de tecnologia assistiva no campo da reabilitação/habilitação; (III) acolhimento, manejo e desenvolvimento de ações de cuidado à saúde da pessoa com deficiência, no âmbito da atenção básica, especializada, hospitalar e de urgência e emergência; (IV) diagnóstico diferencial no campo da deficiência, especialmente em doenças raras, deficiência intelectual e transtornos do espectro do autismo; (V) uso da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF); e (VI) utilização de tecnologia de órtese robotizada de marcha (aparelho para tração ortopédica) e sua aplicação terapêutica em pacientes com lesão neurológica.

O terceiro e último campo de atuação é formado por pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais e está dividido em quatro áreas prioritárias – (I) pesquisas clínicas



e de inovação na reabilitação de deficiências; (II) pesquisas epidemiológicas de deficiências; (III) pesquisas socioantropológicas sobre a deficiência; e (IV) pesquisas sobre acessibilidade comunicacional.

Para ambos os mecanismos, as áreas prioritárias foram definidas pela Portaria 1.550, de 29 de julho de 2014, e podem ser alteradas por novas portarias. Portanto, é importante ficar atento às publicações mais recentes do Ministério da Saúde antes de submeter qualquer projeto.

VEDAÇÕES

As normas vigentes proíbem que os recursos obtidos por meio dos programas sejam usados para custear atividades já desenvolvidas pelas instituições com outros recursos, mesmo que sejam de ordem privada. Também não se pode complementar

remuneração do SUS para procedimentos incluídos na tabela vigente do órgão, nem se fazer reformas ou construções que signifiquem aumento de área construída.

A legislação veda ainda o pagamento de salários de profissionais que já são contratados da instituição, além da terceirização de serviços que estejam diretamente relacionados ao objeto do projeto, por se caracterizar como intermediação.

A entidade beneficiada com as doações também está proibida de adquirir equipamentos ou medicamentos não aprovados pela Anvisa, a não ser em projetos de pesquisa. Além dessas vedações, muitas vezes despesas que não estão especificadas claramente na Portaria 1.550/2014 são rejeitadas pelos técnicos. Nesses casos, cabe ao proponente argumentar a necessidade por meio de diligências aos projetos, e os técnicos podem acatar ou não os argumentos.

UM PASSO PARA A FRENTE...

A instituição do Pronon e do Pronas/PCD possibilitou às organizações de assistência a pacientes oncológicos e a pessoas com deficiência ampliar seu atendimento regular, implementar novas tecnologias e custear programas que não estão incluídos na *Tabela SUS* por meio de recursos incentivados captados com empresas privadas e pessoas físicas.

Com isso, está sendo possível expandir serviços essenciais à qualidade de vida das pessoas, como casas de apoio ou programas de inclusão a pessoas com deficiência no mercado de trabalho, além de propiciar a compra de equipamentos caros e que são de difícil acesso, especialmente a instituições filantrópicas.

Antes dos programas, fora os recursos diretos do SUS, que geralmente são insuficientes, as instituições estavam restritas a programas de doações voluntárias e a busca por emendas parlamentares, estratégias que são complexas e, especialmente difíceis quando se trata de pequenas organizações de saúde.

“Sem dúvida, é um avanço, um benefício fiscal e também um instrumento de responsabilidade social das empresas e das pessoas físicas doadoras que colaboram com a promoção da saúde das pessoas com deficiência”, salienta a advogada Rosângela Wolff Moro, procuradora jurídica Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), que congrega 2.144 Apaes em todo o Brasil.

... DOIS PASSOS PARA TRÁS

Entretanto, aponta a administradora especializada em gestão de projetos Suellen Moreira, sócia-diretora da Sociat, consultoria que assessora instituições de saúde, as entidades do Terceiro Setor têm enfrentado dificuldades na captação com empresas e especialmente com pessoas físicas. É que o prazo entre a aprovação do projeto e a data-limite de captação de recursos tem sido muito curto.

“Infelizmente, no terceiro ano da lei, os que se propuseram a buscar essa alternativa ainda enfrentam muitas dificuldades para aprovar projetos e ter acesso aos recursos já captados de projetos aprovados. O Ministério da Saúde tem um processo muito burocrático e, aparentemente, ainda é preciso amadurecer as equipes técnicas responsáveis pela aprovação dos projetos”, reitera.

O Complexo Hospitalar São Francisco, com sede em Belo Horizonte, se encaixa muito bem neste exemplo negativo. O médico e superintendente-geral Helder Avelino Yankous Santos explica que os recursos captados em dezembro de 2014 ainda não haviam sido liberados até o final de setembro (quando esta entrevista foi realizada) para a conta de livre movimentação – aquela que permite o uso para executar as despesas previstas no projeto.

“As ações do Hospital que foram oficialmente demandadas nesse processo se encerraram no mês de maio. Não podemos falar em uma média de tempo, mas o excesso de burocracia e

Antes dos programas, fora os recursos diretos do SUS, que geralmente são insuficientes, as instituições estavam restritas a programas de doações voluntárias e a busca por emendas parlamentares, estratégias que são complexas e, especialmente difíceis quando se trata de pequenas organizações de saúde

prazos do processo o torna demasiadamente moroso”, lamenta o gestor.

A entidade apresentou projetos pela primeira vez em 2014, quando captou R\$ 785 mil, que representaram em torno de 91% do valor total do projeto de capacitação de recursos humanos. “No mesmo ano foram apresentados mais dois projetos, um para uma casa de apoio e cuidados paliativos, que não foi aprovado, e outro para a renovação do parque tecnológico, que foi aprovado, mas, com menos de 30 dias de prazo para captar as doações, não conseguimos executar”, ressalta Helder.

De acordo com Suellen, da Sociat, as mesmas rubricas aprovadas em determinados projetos não são aceitas em outros. “Há interpretações errôneas dos técnicos sobre a própria portaria que traça os critérios de aprovação e gestão dos projetos. O índice de aprovação nos dois primeiros anos, para ambos os mecanismos, não chega a 50%. No ano passado, foram aprovados apenas 52% dos projetos de Pronas/PCD e 49% dos de Pronon. Comparativamente, o Ministério da Cultura aprova uma média de 90% a 95% dos projetos enviados todos os anos”, ilustra.

Membro da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e coordenadora do Grupo ABCR de Cultura, a sócia-diretora da Sociat explica que existem divergências de opiniões entre áreas do Ministério da Saúde, inclusive envolvendo o departamento responsável por avaliar projetos.

Segundo ela, para alcançar melhorias, o Ministério da Saúde deveria se dispor a ouvir as instituições de saúde que estão usufruindo (ou tentando) dos programas desde 2013, procurando entender determinadas necessidades e fazendo alterações nos critérios de acordo com a realidade enfrentada de cada proponente.



Atrasos na liberação dos recursos comprometem a realização dos atendimentos

Judith Monteiro
Presidente da Apae BH

“O dinheiro que custeia os projetos é público, por se tratar de renúncia fiscal do Imposto de Renda, mas não faz parte do orçamento da pasta e deveria ser encarado pelo governo como oportunidade para ampliação dos serviços de saúde e ser tratado com mais flexibilidade ao invés de tamanha rigidez”, frisa.

Suellen esclarece também que em 2015, os projetos foram enviados até 15 de maio e, quatro meses depois, não havia sequer uma publicação de aprovação. Considerando que, para deduzir o valor investido do Imposto de Renda 2016 os incentivadores precisam fazer o depósito até final de dezembro, sobra um período muito curto para o processo de captação de recursos.

A consultora afirma ainda que este problema tem causado insegurança ao investidor. “Além de ter que se esforçar para segurar as verbas no final do ano sem ter projetos aprovados ou contas bancárias já abertas para receber os recursos, percebe que depois de investir, o Ministério pode demorar muitos meses para liberar o uso dos recursos pelas instituições.”

ATRASOS NA LIBERAÇÃO

Da mesma forma, a Apae BH enfrenta essa burocracia diariamente. A presidente Judith Maria de Magalhães Monteiro conta que, para os projetos do Pronas/PCD de 2013, o recurso foi liberado somente em junho de 2014, seis meses após a captação. Em 2014, a autorização demorou nove meses, saindo apenas em setembro deste ano.

Em 2013, a organização social arrecadou R\$ 1.653.204,58 para tocar dois projetos, e no ano seguinte, para esta mesma quantidade de projetos, obteve R\$ 6.356.961,62. Já em 2015, a entidade apresentou outros dois projetos e prevê arrecadar R\$ 3.607.285,71.

“Estes atrasos na liberação dos recursos comprometem a realização dos atendimentos aos usuários e a execução de outras etapas do projeto”, comenta a gestora, ponderando que a prorrogação do Pronas/PCD será fundamental para a entidade continuar executando ações e serviços de habilitação e reabilitação para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, além de assegurar a capacitação dos profissionais, a aquisição de equipamentos e de técnicas inovadoras para atendimento desse público.

A presidente da Apae BH afirma que os recursos obtidos com os projetos apresentados de acordo com o Pronas/PCD já estão financiando 1.000 atendimentos por mês de adultos e pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento e ajudarão a ampliar em 650 o número de atendimentos ao mês com a reforma da clínica. “Iniciamos um atendimento de reabilitação inovador no Protocolo Pedia Suit, que apresenta um resultado excelente a curto e médio prazo para 48 usuários por ano”, salienta.

De acordo com Judith, há a necessidade de se alterar alguns aspectos do Pronas/PCD, entre eles a ampliação dos prazos de elaboração de projetos até junho e de captação de recursos ao



Mecanismos	Finalidade	Quem pode financiar	Limite
Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon)	Prevenção e combate ao câncer	Pessoas físicas que optam pela Declaração de IR no modelo completo	1% do Imposto de Renda devido
Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD)	Estimular e desenvolver a prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência	Pessoas Jurídicas tributadas pelo Lucro Real	1% do Imposto de Renda devido

FONTE: SOCIAT, EM ACORDO COM O DECRETO 7.988 DE 17 DE ABRIL DE 2013.

longo do ano, após aprovação do projeto; a liberação com maior agilidade do recurso da conta captação para a conta-movimentação; adequação da regulamentação do programa ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, permitindo a remuneração de profissionais que atuam na organização com recursos públicos.

A gestora da Apae BH ainda reclama do art. 38 da Portaria 1.550/2014, segundo o qual: “Nos projetos que envolverem a aquisição ou produção de equipamentos e/ou materiais permanentes com recursos captados por meio do Pronon e do Pronas/PCD,

o equipamento e/ou material permanente será revertido, ao final do projeto, mediante doação, ao patrimônio do ente federativo que anuiu com a realização do projeto, conforme o modelo de Termo de Doação constante do Anexo VIII.”

“Ele compromete a continuidade do atendimento oferecido aos usuários e a credibilidade da organização, que procurou as empresas, apresentou os projetos, emitiu recibos em favor dos doadores e realizou o inventário físico com a identificação e número dos equipamentos e materiais adquiridos, conforme exigência da prestação de contas do Pronas/PCD”, argumenta.

PREVISÃO TRIBUTÁRIA (2015) DA RECEITA FEDERAL

Mecanismo	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total
Audiovisual	1.405.371,00	59.593.684,00	60.999.055,00
Fundo da Infância e Adolescência	89.912.554,00	243.159.706,00	333.072.260,00
Fundo do Idoso	4.734.564,00	24.736.938,00	29.471.502,00
Incentivo ao Desporto	4.798.458,00	217.135.300,00	221.933.758,00
Incentivo à Cultura	24.579.144,00	1.298.811.416,00	1.323.390.560,00
Pronas/PCD	3.355.709,00	170.211.794,00	173.567.503,00
PRONON	4.636.338,00	170.211.794,00	174.848.132,00
Total geral incentivos fiscais	133.422.138,00	2.183.860.632,00	2.317.282.770,00

FONTE: DEMONSTRATIVO DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS INDIRETOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. (GASTOS TRIBUTÁRIOS) – PLOA 2015.

SUS

Ao mesmo tempo, completa a procuradora jurídica da Fenapaes, Rosângela Wolff Moro, o Pronas/PCD, por exemplo, não pode ser usado para diminuir as responsabilidades do Sistema Único de Saúde. “As entidades prestam atendimento nas áreas de saúde e, mediante credenciamento no SUS, recebem valores fixos em tabela para remunerar esse atendimento. O grande problema é a falta de revisão desses valores, que desde 2008 estão inalterados.”

A advogada esclarece que as Apaes que prestam atendimento nas áreas de saúde, o fazem por meio de profissionais contratados geralmente pela CLT, até mesmo como forma de se prevenir de possíveis ações trabalhistas. “Como decorrência, sofrem todos os encargos resultantes dessa contratação. Se o valor da *Tabela SUS* for aplicado para cada atendimento, ao final de um período mensal, esse montante não será suficiente para remunerar o profissional da saúde segundo o piso salarial, o limite de jornada de trabalho e os encargos sociais da categoria. Ou seja, a entidade desembolsa recursos próprios para ‘fechar a conta’ que deveria ser fechada pelo valor pago pelo SUS, mas não é”, lamenta.

De acordo com Rosângela, o Pronas/PCD certamente não resolverá essas distorções por três motivos muito claros. O primeiro, explica, porque a entidade encontra limite de três projetos ao ano, o que pode não atender à demanda. O segundo, em consequência da Portaria nº 1.550/2014, do Ministério da Saúde, que veda a utilização de recursos do Pronas/PCD para custeio de ações já executadas no Sistema do Credenciamento SUS. O terceiro motivo se dá porque as Apaes exercem prestação continuada de serviços e assumem obrigações dessa natureza, e os projetos não podem ser apresentados nesse formato.

“Em resumo, recursos que poderiam ser um complemento precisam ser usados como algo extra, como reparo na instalação


física, aquisição de itens de tecnologia assistiva, adaptações em veículos. São certamente de relevante significado, mas não solucionam por completo o atendimento na área de saúde”, completa a procuradora jurídica da Fenapaes.

MAIS ATENDIMENTOS

As organizações sociais que conseguem arrecadar valores por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) têm conseguido ampliar consideravelmente os atendimentos, embora enfrentem toda a burocracia existente e tenham, muitas vezes, de esperar mais tempo pelos recursos.

O Complexo Hospitalar São Francisco, por exemplo, atualmente trata em torno de 1,5 mil pessoas na oncologia, nos setores de quimioterapia, radioterapia, cirurgias oncológicas e suporte clínico, além dos que estão em fase de diagnóstico. “O projeto que enviamos este ano prevê uma ampliação de quase 10 mil novos exames diagnósticos por ano, além de 10 novos leitos na oncologia, beneficiando cerca de mil novos pacientes”, reitera o gestor.

Para 2015, a instituição enviou um projeto maior, que prevê a modernização do setor de oncologia e ampliação dos atendimentos. A meta é captar perto de R\$ 5 milhões.

“O Pronon e o Pronas/PCD apresentam como ponto negativo a pouca agilidade no cumprimento dos prazos de avaliação dos projetos. E para maior capacidade de mobilização e captação de doações, principalmente de grandes empresas, poderia haver uma central de doações organizada e incentivada pelo Ministério da Saúde onde todas as doações seriam distribuídas de acordo com os projetos aprovados”, idealiza o superintendente-geral Helder Avelino Yankous Santos. 



◀ SILVIA MARIA LOUZÃ NACCACHE é coordenadora do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) desde julho de 2003.



◀ GUSTAVO CURCIO é diretor executivo da Associação Voluntário Sem Fronteiras.



VOLUNTARIADO: PANORAMA DA LEGISLAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Dos muitos avanços do voluntariado no Brasil na década de 1990, certamente a criação da Lei do Voluntariado (Lei nº 9.608/98) é um dos mais significativos. Promulgada em 1998, hoje o Brasil destaca-se mundialmente pela maneira organizada e profissional com que trata o voluntariado. Na América Latina, tem sido referência para os debates e construções de projetos de lei e marcos regulatórios do serviço voluntário.

De forma simples, a lei regulamenta a prática voluntária como uma “atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada sem fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social”, que não gera nenhum vínculo empregatício, nem obrigações de natureza trabalhista previdenciária. Segundo a lei, o trabalho voluntário deve ocorrer sob a assinatura do Termo de Adesão, o qual deve reunir todas as informações relevantes para o desenvolvimento da ação voluntária, como, por exemplo, o reembolso de despesas, a duração e a atividade desenvolvida. Antes da lei, organizações sociais e voluntárias não tinham claro quais eram as responsabilidades que cabiam a cada um, e temiam problemas como: ações trabalhistas; falta de reconhecimento e de

comprometimento; falta de orientação sobre direitos e deveres; abuso da mão de obra.

A primeira preocupação do legislador foi estabelecer que o serviço voluntário é uma atividade não remunerada, ou seja, não gera vínculo empregatício nem obrigações de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. Para que isso se concretizasse na prática, todo voluntário assinou o Termo de Adesão ao Serviço Voluntário junto à entidade ou ao espaço público onde irá exercer sua atividade. Neste documento devem estar bem descritos e orientados as condições e os objetos de seu trabalho.

Um aspecto bem interessante da lei é que esta permite a adequação de cada situação, sejam atividades voluntárias contínuas ou pontuais, em áreas de saúde, educação, meio ambiente, assistência social, esporte, cultura ou lazer. Ressaltando que a lei esclarece que o serviço voluntário só pode ser exercido em entidades públicas de qualquer natureza, e nas privadas sem fins lucrativos, que tenham finalidades cívicas, comunitárias e sociais. No terceiro e último artigo, a legislação oferece ao prestador de serviço voluntário a possibilidade de ser ressarcido de despesas que comprovadamente aconteceram para que realizasse a atividade, desde que sejam previamente acordadas junto aos gestores do programa de voluntariado.



CURIOSIDADES DA LEGISLAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:

••• **Brasil:** além da lei que regulariza o serviço voluntário, existe o decreto que instituiu, em 1985, o dia 28 de agosto como o Dia Nacional do Voluntariado (Lei nº 7.352/1985).

••• **Argentina:** a Lei do Voluntariado Social, nº 25.855, foi sancionada no dia 4 de dezembro de 2003 pelo Poder Executivo Nacional. No dia 7 de janeiro foi parcialmente promulgada, eliminando-se a obrigatoriedade de contratar um seguro de responsabilidade civil para voluntários. A lei procura, ao mesmo tempo, promover e regularizar o voluntariado. Para a legislação argentina, esta normativa tem permitido o reconhecimento do trabalho voluntário, além de oferecer uma clara definição de quais são as organizações que podem receber os voluntários. Define, ainda, direitos e obrigações dos voluntários, e também a criação de um organismo que promova o voluntariado e mecanismos de reconhecimento das tarefas das quais participam. A lei se encontra regulamentada e o organismo de aplicação da mesma é o Centro Nacional de Organizaciones de la Comunidad (CENOC).

••• **Uruguai:** este caso é particular, já que conta com uma Lei de Voluntariado (nº 17.885) que apenas regulamenta e fomenta a participação voluntária em instituições de caráter público. Apesar de a normativa trazer definições importantes e mencionar as organizações da sociedade civil, só se oficializou a participação em espaços governamentais. A lei em questão diferencia a atividade voluntária do trabalho remunerado, e estipula que quem participa não poderá assumir registrar os voluntários públicos. Estabeleceu-se a assinatura de Acordo de Voluntariado para quem decidir participar, e o Ministério do trabalho e Seguro Social ficou encarregado de registrar os voluntários. É importante destacar que, por iniciativa de várias organizações sociais, criou-se a Mesa Nacional de Voluntariado, que hoje trabalha em uma Lei de Voluntariado específica.

••• **Guatemala:** por iniciativa do Centro de Voluntariado da Guatemala, com apoio do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), está se organizando uma Lei de Voluntariado que buscará regulamentar as relações entre os voluntários e as instituições que os recebem, sejam estas públicas ou privadas sem fins lucrativos. A Lei traz como elemento inovador a inclusão de um incentivo fiscal para o financiamento da atividade voluntária, e em geral repete os critérios das leis dos demais países da região: gratuidade, solidariedade e diferenciação entre a atividade voluntária em relação ao regime de trabalho remunerado ou relação de dependência.

••• **Bolívia:** existe uma lei, sancionada em 16 de dezembro de 2005, porém, sua falta de regulamentação pode gerar a possibilidade de que perca a validade. Existe também uma nova proposta, que ainda está em formação, iniciada em maio de 2015. A Lei recebeu o nome de "Lei do Serviço de Voluntariado para Bem Viver", e traz conceitos e regulamentações bastante inovadores. Seus princípios se repetem em outras leis semelhantes na região, tais como gratuidade e solidariedade, mas também tem interessantes conceitos, tais como o multiculturalismo, a cultura do voluntariado ou o que dá origem ao seu nome, ou seja, o fato de que o voluntariado

é "viver bem". O "bem viver" se refere à "harmonia entre os seres humanos, o planeta, o cosmos e a espiritualidade". É importante lembrar que a Bolívia tem experimentado, nos últimos anos, um vigoroso renascimento da garantia dos direitos dos povos indígenas, que representam cerca de 80% da população.

Chile: a Lei nº 20.500, apesar de não ter reconhecido expressamente a figura do voluntário, destacou-se por apresentar a proposta de um reconhecimento mais amplo da "participação cidadã em organizações sociais de interesse público", referindo-se a entidades públicas como as privadas sem fins lucrativos. De qualquer maneira, existe um empenho generalizado e já existem estudos e projetos para uma Lei de Voluntariado específica, assim como organizações como a Red de Voluntários de Chile, que vem realizando aportes muito significativos neste processo.

Paraguai: apesar de ainda não possuir uma Lei de Voluntariado, organizações da sociedade civil, juntamente com o governo paraguaio, estão trabalhando em um anteprojeto que procurará reconhecer as organizações que realizam atividade voluntária, sejam estas públicas ou privadas sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras; fomentando a prática cidadã e estabelecendo marcos regulatórios que garantam, motivem e reconheçam a participação de voluntários.

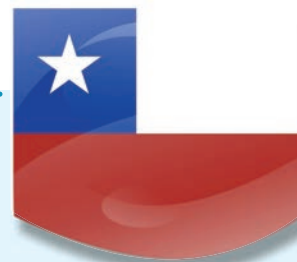
Colômbia: a lei foi sancionada em 2001, Ano Internacional do Voluntário. A Lei nº 720 reconhece, promove e regulamenta as atividades voluntárias de cidadãos colombianos em entidades públicas e privadas, sejam ações formais ou informais, e ainda se aplica para organizações colombianas que desejem enviar voluntários para outros países.

México: com o apoio e a articulação da Asociación Mexicana de Voluntarios, foi proposta uma lei para o serviço voluntário, a qual ainda não foi sancionada.

Equador: a Secretaría de Pueblos, Movimientos Sociales y Participación Ciudadana y Voluntariado, a Mesa de Voluntariado en Ecuador e a Fundación Servicio Ignaciano de Voluntariado tem promovido debates e estudos para o reconhecimento da lei de voluntariado. A Lei Orgânica de Participação Cidadã, nos artigos 37 e 38, refere-se ao voluntariado e menciona que o Estado reconhece o trabalho de atividade social e de desenvolvimento como uma forma de participação e cidadania.

Panamá: é o país que tem a Lei de Voluntariado mais recente. Por iniciativa do Centro Nacional Panamenho de Voluntariado, e a partir de um acordo e articulação com setores representativos da sociedade civil e o Poder legislativo, regulamentou-se uma lei moderna que busca promover o Voluntariado, proteger os direitos dos voluntários e promover condições para que as organizações possam ter programas organizados, atuantes e juridicamente seguros. A lei foi sancionada em setembro de 2014 e foi apresentada oficialmente no dia 5 de dezembro do mesmo ano, data especial, pois é o Dia internacional do Voluntário.

Marcos regulatórios e legislações sobre o serviço voluntário são certamente uma contribuição sem precedentes para a causa do voluntariado. Representam etapa decisiva na profissionalização do Terceiro Setor, além de serem uma forma de valorizar e reconhecer a importância do Voluntariado. 🏠



AUMENTE SEUS RESULTADOS COM NOVAS IDEIAS PARA SUA ORGANIZAÇÃO!



3 HORAS DE
CONSULTORIA EM
NEGÓCIOS, MARKETING
E COMUNICAÇÃO:

~~DE R\$ 300,00~~
POR R\$ 150,00
PARA AFILIADOS AO FILANTROPIA



Aprenda as melhores formas de captar recursos.



Explore o potencial da sua causa e crie produtos e serviços para aumentar seu faturamento.



Saiba se comunicar com empresas para obter investimentos.



Mobilize equipe e voluntários comprometidos com o resultado de sua organização.

Quer saber mais informações?

(41) 3040-8316

agencia@nossacausa.com

agencia.nossacausa.com

fb.com/nossacausa





◀ **CLAUDIA SINTONI** é psicóloga integrante da equipe da Fundação Itaú Social. Tem mais de 20 anos de atuação na área social, tendo trabalhado no campo da Educação e do Direito da Criança e do Adolescente. Também em âmbito nacional, coordenou projetos em parceria com organizações sociais e com o poder público, desenvolvendo a habilidade de interlocução entre esses diversos parceiros.

O PAPEL DOS PROGRAMAS EMPRESARIAIS NO AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA



Alguns dos dados levantados na última pesquisa sobre voluntariado, realizada pelo Instituto DataFolha a pedido da Fundação Itaú Social, indicaram caminhos a respeito do relevante papel que os programas de voluntariado empresarial podem desempenhar no aumento da participação dos cidadãos em ações que visem o bem comum.

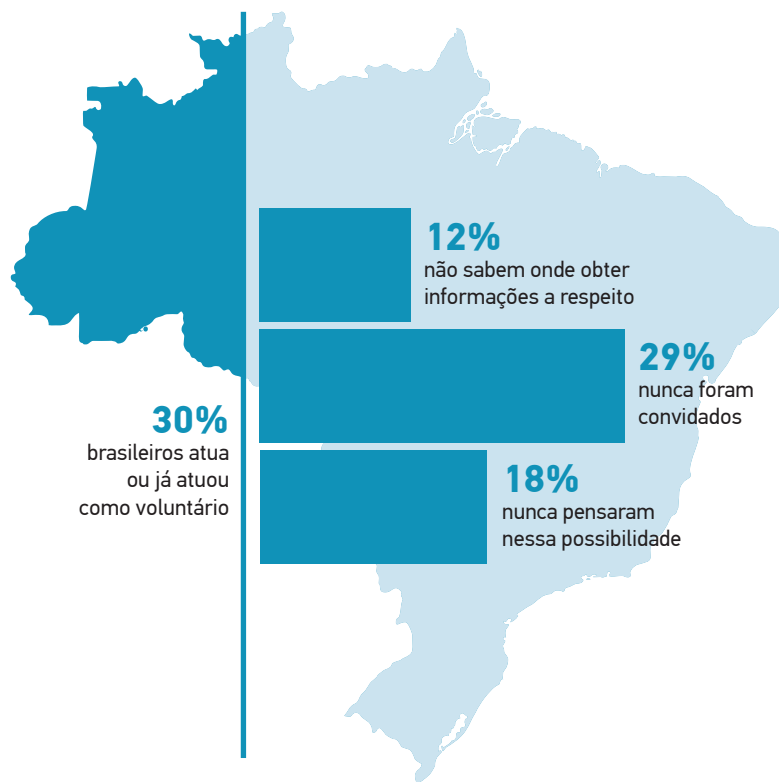
A porcentagem de brasileiros que atua ou já atuou como voluntário permanece no patamar dos 30%, e isso revela o potencial ainda latente de participação e engajamento.

Vamos olhar então para os motivos alegados pelos que não participam. O primeiro argumento é a falta de tempo, aquilo que normalmente ouvimos quando, nos nossos círculos de convivência, convidamos amigos ou familiares para alguma atividade, ou o que ouvimos como gestores de programas de voluntariado quando convidamos os colaboradores da empresa para alguma

ação social. Claro que é verdade que somos muito ocupados, que a vida moderna, trânsito, trabalho, filhos, estudos, tudo isso consome muito tempo e é difícil encaixar outra atividade nessa lista. Mas é verdade também – e isso aparece nos depoimentos daqueles que participam – que quando uma atividade se torna relevante para a nossa vida, conseguimos conciliar o que queremos fazer.

Os entrevistados também apontam outras razões para justificar o distanciamento do tema: nunca foram convidados (29%) para participar de uma ação voluntária, nunca pensaram nessa possibilidade (18%) e não sabem onde obter informações a respeito (12%).

Nunca foram convidados: opa! Então vamos convidá-los, certo? Oferecer ações voluntárias estruturadas, divulgar oportunidades de atuação, essas são exatamente as funções que os programas empresariais devem exercer. Normalmente, o objetivo principal que nós, gestores, definimos e aprovamos ao desenvolvê-los é o de envolver os



funcionários da empresa em atividades voluntárias. E sim, é comum que essas ações sirvam mesmo como uma primeira experiência (positiva, de preferência) que a pessoa pode avaliar e querer repetir, quase como uma “degustação”. Fatores como: a organização da atividade ser feita pela empresa; a pessoa poder participar com seus colegas, amigos, familiares; a organização social ou a comunidade ser indicada por técnicos da área social acabam por minimizar inseguranças e servem como incentivo para que as pessoas aceitem o convite.

Nunca pensaram nessa possibilidade: bom, estamos falando de valores, tratando de solidariedade, cidadania, e um primeiro aspecto a se considerar nesse ponto é: como podemos sensibilizar alguém que ainda não teve contato com essa forma de participação social? Como sensibilizamos adultos com formações e experiências diversas? Estratégias que promovam a participação solidária durante a vida escolar, por exemplo, podem estimular uma participação maior da juventude. Os meios de comunicação claramente podem contribuir muito mais para a disseminação dessa cultura do voluntariado. Mas temos canais muito eficientes dentro das empresas que podem nos auxiliar nesse caminho.

Não sabem onde obter informações a respeito: novamente a importância da comunicação. Talvez tenhamos que ser mais eficientes

nas formas e ferramentas que estamos utilizando para comunicar as mensagens e nas mensagens em si que queremos transmitir. Será que está fácil descobrir como e onde atuar como voluntário?

De acordo com a pesquisa, instituições religiosas seriam as principais fontes às quais os brasileiros recorreriam para obter informações. Em seguida, foram apontados os seguintes meios: internet, associações de bairro, amigos e parentes, pessoas que já exercem atividade voluntária e televisão. Revistas e órgãos públicos seriam os menos procurados.

A percepção dos brasileiros sobre voluntariado tende a ser positiva. A maioria da população de 16 anos ou mais discorda de que ajudar quem precisa é papel do governo e que as pessoas não têm obrigação de fazer atividade voluntária (63%). E 77% concordam que amparar as pessoas que precisam de ajuda é razão importante para um indivíduo decidir ser um voluntário.

Se considerarmos a disposição das pessoas – a pesquisa identificou que 58% dos brasileiros se dizem um pouco ou muito dispostos a realizar atividades voluntárias – temos sim um grande potencial de aumentar o número de brasileiros que para além do falar e apenas desejar passivamente que tudo melhore, arregace as mangas e ajude a construir um país melhor. 🇧🇷

Pesquisa da Fundação Itaú Social, realizada pelo Instituto DataFolha. 2.024 entrevistas realizadas por todo o Brasil entre 9 e 12 de setembro de 2014, distribuídas em 135 municípios, com margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro de um nível de confiança de 95%. Pesquisa quantitativa, com abordagem pessoal em ponto de fluxo populacional, mediante aplicação de questionário estruturado em tablet. Desenho amostral com base em informações do Censo 2010/estimativa 2013 (fonte: IBGE). Disponível no site: www.fundacaoitausocial.org.br



MARCELO ESTRAVIZ é presidente do Instituto Doar, empreendedor social, palestrante e escritor. Fundador e ex-presidente da ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos, conselheiro do Greenpeace, Cidade Democrática e Instituto Filantropia. Co-autor do livro “Captação de diferentes recursos para organizações da sociedade civil”, autor de “Um dia de captador” e “Pause”. Criador do #diadedoar e da iniciativa certificadora de ONGs

#DIADEDOAR UMA CAMPANHA MUNDIAL, DESCENTRALIZADA E REVOLUCIONÁRIA

Você já deve conhecer o #diadedoar, certo? Caso não conheça, aqui vai um pequeno resumo desta campanha que rapidamente se esparramou pelo mundo e que deve se transformar, em breve, na primeira ação mundial de arrecadação para milhares de ONGs, envolvendo milhões de pessoas.

Nos anos 1980 ocorreram alguns movimentos que foram referências muito fortes. Todos devem conhecer ou ter ouvido falar do “We are the World”, envolvendo dezenas de cantores famosos da época. Michael Jackson, Bruce Springsteen, Lionel Ritchie e muitos outros. Meses antes, cantores da Inglaterra escreveram uma música que fez muito sucesso: “Do They Know It’s Christmas”?

Bob Geldof, um cantor mais conhecido por sua participação no filme “The Wall”, do Pink Floyd, do que por sua carreira musical, foi quem iniciou todo esse movimento. Ele estava assistindo uma reportagem na TV sobre a fome na Etiópia e decidiu fazer alguma coisa, mas sabia que não conseguiria nada sozinho. Foi isso que fez com que muitos músicos da Inglaterra, como Bono Vox, do U2, Duran Duran, Sting e, logo depois, as estrelas dos EUA, se engajassem em uma ação mundial de sensibilização pelos famintos da Etiópia. Eu tinha menos de 15 anos quando tudo isso aconteceu. Sabia as músicas de cor e tinha a convicção de que, com os artistas, ao vencerem toda a população do mundo, conseguiríamos acabar com a fome e a miséria. Pois é. Eu era um jovem ingênuo de menos de 15 anos.

Recuperado da frustração e entrando no mundo adulto, segui envolvido nas horas vagas em alguns ativismos: contra a Guerra do Iraque, a favor da Amazônia e pela defesa dos meninos e meninas em situação de rua. Já começava a trabalhar engratado em uma multinacional e substitui parte das minhas horas voluntárias pelas doações mensais ao Greenpeace. A vida adulta me parecia

chata e não aguentei muito tempo de gravata. Foi quando decidi trabalhar profissionalmente pelo fortalecimento das causas. E fiz isso por quase 20 anos.

O dia de doar começou no Brasil no mesmo ano que criei, com amigos, o Instituto Doar. Após 20 anos atuando pelo aumento da arrecadação das ONGs, profissionalizando e melhorando a performance de seus departamentos; depois de dois livros, uma associação de captadores criada com outros parceiros, duas gestões como presidente dessa associação, eu via que chegava a hora de mudar de lado novamente. Nos meus primeiros anos profissionais, eu lidei com as pessoas comuns, que trabalhavam em empresas e viviam suas vidas. Durante 20 anos estive num espaço simbólico bastante especial: os profissionais do ativismo social. Chegava a hora de voltar a me relacionar com as pessoas comuns. Se o ciclo da captação se encerrava, era hora de ser ativista da causa da ampliação das doações. Pessoas comuns doando pela primeira vez. Outras doando mais.

O dia de doar foi inspirado em dias similares em outros países, especialmente nos EUA. Já tínhamos lido a respeito do GivingTuesday, nosso irmão mais velho em somente um ano. Mas optei por fortalecer primeiro a marca #diadedoar para, só no ano seguinte, nos aliarmos formalmente. E assim foi feito. Nossa marca #diadedoar é muito mais fácil de reconhecer pelo Brasil. Não haveria sentido que usássemos a marca GivingTuesday no Brasil, que tem uma forte conexão com o BlackFriday, que também está ainda começando no Brasil.

Por enquanto não falei ainda o que é o #diadedoar. Queria que todos que lessem este artigo chegassem na mesma onda. Para você que não sabe o que é, sugiro que visite o site diadedoar.org.br. Trata-se de uma campanha distribuída. Não há uma central de doações, nem mesmo de comando. Nosso objetivo é que organizações se organizem para que doadores... doem! É simples.

#diadedoar

Por que citei Bob Geldof e as ações dos anos 1980? Porque assim como o Teleton e o Criança Esperança, são ações excelentes, sem dúvida. Porém, são centralizadas. O bonito do que podemos fazer hoje em dia é criar estímulos para que uma ONG de uma região periférica consiga recursos com seus doadores ou pessoas próximas. Que uma ONG grande se mobilize para conseguir ainda mais recursos neste dia especial. Que uma empresa resolva dobrar as doações feitas por seus funcionários a um conjunto gigantesco de ONGs que estes conhecem.

Essa diferença é fundamental. Eu acredito que assim que um número significativo de países passarem a divulgar e a organizar campanhas para o dia de doar local, e que cidades façam o mesmo, assim como empresas, governos, ONGs, escolas, ou seja, quando todos se organizarem para fazer uma atividade especial no #diadedoar, nós conseguiremos um efeito muitas vezes superior ao que Bob Geldof tentou com aqueles artistas. Acredito nisso por uma simples questão matemática: Progressão Geométrica. Bob conseguiu milhares de pessoas que compraram ingressos para os shows ou compraram os discos. Nós conseguiremos (e já estamos conseguindo) milhões de Bob Geldofs, cada um com sua ideia para doar ou estimular pessoas para doar para causas.


Ainda que nosso olhar esteja guiado para o efeito gigantesco do que representa algo “mundial”, eu queria reforçar a importância do efeito local nisso tudo. Nós tendemos a valorizar o grande, o estrangeiro, o internacional, o que está na capital, em outro país, em outro idioma... Temos uma tendência a nos acharmos pequenos e inferiores. E, com isso, as frases que mais circulam por nossas mentes são coisas do tipo: “Ah, mas eles conseguem porque são grandes”, “Só dá certo porque é outro país/cidade/planeta”, “Aqui é diferente, aqui ninguém ajuda”. Essas e outras frases são as que inviabilizam qualquer campanha que tentemos

fazer. Mal começamos e já temos todas as desculpas de porque não dará certo.

Olhar o que fez Bob Geldof é, com certeza, bastante paralisante. Ele realmente merece nosso aplauso e reconhecimento. Mas o que aprendi com o tempo é que essas ações têm uma força gigante porque ocorrem em um tempo definido: um show, um Natal. Ou mesmo os domingos do Teleton ou do Criança Esperança. Esse esforço concentrado gera uma mobilização das pessoas para que contribuam. Hoje em dia, nos EUA, consultorias têm recomendado estratégias de arrecadação para Hospitais e Universidades que sejam um Day Giving. Portanto, o elemento de se trabalhar o #diadedoar focando em um dia especial é valioso e deve ser aproveitado.

A diferença em relação a essas campanhas de universidades, hospitais ou o próprio Teleton é que estamos desenvolvendo mundialmente uma campanha que sirva para todos. Ou seja, milhares de ONGs fazem suas campanhas para este dia. Estou eu andando na rua e me deparo com a divulgação em um outdoor para doar para a creche local. Isso pode me mobilizar a doar pra ela ou me lembrar de doar para a ONG que doo sempre. Tanto uma coisa quanto a outra gerarão um dia em homenagem ao ato de doar. É isso que queremos, e é assim que está acontecendo. No ano passado perdemos a conta de tantas imagens e mensagens que saíram nas redes sociais (no site você pode averiguar também). Este ano, imaginamos que tudo se expandirá exponencialmente, tendo em vista a quantidade de organizações engajadas, a imprensa, as empresas...

Meu convite a você é que se prepare. Dia 1º de dezembro é uma data histórica. Aqui e no mundo inteiro ocorreu uma revolução, que promete ocorrer a cada ano. A revolução do ato de doar. Ao fazermos isso de forma concentrada em um único dia, nos inspiramos e inspiramos outros a fazerem o mesmo no resto do ano.

A ressaca do dia de doar é gratidão! 



◀ **KELLY CHRISTINE LOPES** é gestora do IOS - Instituto da Oportunidade Social e Vice-Presidente voluntária do PAC - Projeto Amigos das Crianças. Empreendedora Social e Consultora de Sistemas e Negócios ERP. Possui MBA em Gestão Empresarial e Especialização em Responsabilidade Social e Sustentabilidade, ambos pela FGV. Há 7 anos atua na Gestão Executiva do IOS - Instituto da Oportunidade Social.



DESMITIFICANDO A GESTÃO DO TERCEIRO SETOR

Existem muitos mitos na gestão do Terceiro Setor que precisam ser desvendados. E nada melhor do que sete anos de experiência na gestão do Instituto da Oportunidade Social (IOS) para decifrar, na prática, esses mitos. Esta experiência gerou um novo modelo de negócio que se tornou mais interessante para a comunidade atendida e possibilitou a criação de relacionamento e captação de recursos

com outras empresas privadas, e também com o Governo; o investimento social captado aumentou muito, assim como o número de vagas para a comunidade cresceu na mesma proporção; a organização pulou de 9 para 52 funcionários; conquistou seu espaço físico para a matriz e abriu filiais em 3 Estados brasileiros; desenvolveu um portfólio de serviços sociais e conquistou a referência no seu modelo de negócio, que, a partir de 2016,

será expandido para o modelo de Franquia Social. E, principalmente, atua na diminuição de um grande problema brasileiro: o desemprego de jovens e pessoas com deficiência, criando indicadores de impacto social.

Esta vivência, além de ter proporcionado uma excelente experiência profissional, trouxe aprendizados importantes a serem compartilhados com outras instituições do Terceiro Setor, na constante busca da fórmula da sobrevivência:

Atuais gestores da organização: A diretoria estatutária deve ser composta por profissionais com o perfil mais estratégico, preocupados com a sustentação financeira, inovação e cumprimento da missão e visão da organização. Sabe-se da dificuldade de engajar voluntários para esta enorme responsabilidade, o que torna muito comum, no Terceiro Setor, que a diretoria seja composta de pessoas que apenas “assinam documentos”. Ou, ainda, membros da mesma família que ficam revezando os cargos. Mas, é importante considerar que certamente não existirá uma instituição sustentável amanhã sem uma diretoria estratégica e visionária hoje. Mudar é preciso.

Recursos humanos: Muito se fala sobre a falta de profissionalização para o Terceiro Setor e sobre a cultura do “pagar pouco” para os seus funcionários, muitas vezes bem abaixo da tabela de mercado. Ou ainda, dar oportunidade para quem quer trabalhar na filantropia, mas não tem qualificação profissional para o trabalho em questão. Pensando de uma forma simples, algumas organizações insistem em viver no dilema de Tostines: “Não investem em profissionais qualificados porque não possuem recursos financeiros disponíveis, e não conseguem captar mais recursos financeiros porque não investem em profissionais qualificados”.

Não adianta fugir. As organizações são feitas de pessoas. Os resultados são gerados pelas pessoas. Quanto maior a especialidade técnica e melhor o desenvolvimento comportamental dos funcionários, melhores serão os resultados atingidos.

Não dá mais para aceitar ONGs que não possuem uma gestão capaz de manter um fluxo de caixa que sustente a folha de pagamentos dos funcionários, ou que praticam o nepotismo, ou ainda, que colocam em risco o atendimento de seus beneficiários dependendo principalmente de trabalho voluntário. O voluntariado é importante, mas não substitui o compromisso e a disponibilidade de um funcionário contratado.

As organizações do Terceiro Setor devem buscar a cereja do bolo: profissionais com as competências técnicas e comportamentais exigidas para o trabalho social, e que ainda acreditam no Terceiro Setor e buscam nele uma oportunidade de trabalhar para o desenvolvimento da sociedade em que atua. Certamente, o engajamento profissional deste indivíduo vai trazer resultados muito mais eficazes do que um conjunto de indivíduos sem essas habilidades.

Foco na missão e na visão: A organização sem fins lucrativos existe para executar um ou mais trabalhos sociais ou ambientais.

As organizações do Terceiro Setor devem buscar a cereja do bolo: profissionais com as competências técnicas e comportamentais exigidas para o trabalho social, e que ainda acreditam no Terceiro Setor

Muito provavelmente esta escolha, antes da abertura da instituição, foi feita com base em experiências vivenciadas por seus fundadores, de serviços que precisam ser melhorados e/ou de causas que precisam ser defendidas. Eis aqui a missão da instituição social.

A visão define aonde a instituição quer chegar. Assumido este compromisso, a organização social precisa realizar o trabalho a que se propôs com competência, transparência e ética, disponibilizando aos seus beneficiários um serviço respeitoso e de qualidade. Trabalho é trabalho e ponto. As expectativas criadas para a comunidade beneficiária devem ser atendidas, cada qual com o compromisso assumido com os seus mantenedores. Isto sim é responsabilidade social.

Relações institucionais e captação de recursos: É muito comum encontrarmos entidades sociais em que os funcionários da retaguarda administrativa fazem de tudo: desde atender os beneficiários, atuar na execução administrativa da entidade, até buscar recursos de pessoas físicas e jurídicas. Este modelo de trabalho está errado? Não, não está errado. Mas, por si só, é insuficiente para manter a sustentação financeira da empresa para os próximos anos. Boa parte destas entidades sociais atrasam o pagamento de contas, incluindo aqui o pagamento dos salários dos seus funcionários e demais tributos trabalhistas, pois não possuem foco nas tarefas que precisam ser mais estratégicas.

Investir na contratação ou no treinamento interno para obter um ou mais profissionais focados na execução de articulação em rede, fidelizar o relacionamento com os mantenedores atuais e buscar novos relacionamentos, doações, recursos e serviços, é essencial para a sobrevivência desta instituição.

Sustentação financeira: Ah, o tão sonhado dinheiro de cada dia. Sim, dá para prestar um serviço social pontualmente, sem dinheiro. Mas não dá para gerir uma organização social sem dinheiro.

Pessoas físicas doam dinheiro movidas pela causa. Pessoas jurídicas doam dinheiro movidas pela responsabilidade social empresarial. Quanto mais a causa defendida pela entidade social se aproxima do investimento social estratégico da empresa, maior a chance de se fidelizar uma doação e conquistar um mantenedor.

As parcerias com o Governo também são importantes. Na esfera municipal, entidades assistenciais possuem um canal direto de comunicação com as Prefeituras e com o CRAS e CREAS – Centros de Referência da Assistência Social, e podem conquistar convênios para manter serviços sociais que estão como prioritários pela atual gestão do município: creches, casas de acolhimento, asilos, centros da criança e do adolescente, atendimentos específicos na área da saúde, entre outros.



Já nas esferas municipais, estaduais e federais, as Leis de Incentivo Fiscal também podem se transformar em boas alternativas! As doações são feitas por empresas privadas que recebem incentivos fiscais, o Governo recebe e administra estas doações em repasses às entidades sociais, como forma de controle de toda esta transação.

Mas, um aprendizado importantíssimo: Uma organização social não pode depender de apenas um único tipo de mantenedor. Pessoas físicas param de doar assim que o orçamento doméstico fica apertado. Pessoas jurídicas diminuem as doações assim que enfrentam alguma crise, principalmente se o relacionamento deles com a empresa social não estiver muito bem sustentado por uma decisão estratégica da empresa, que também lhe traga resultados. E o Governo, bem, o Governo é uma história à parte. A falta de parceria, comprometimento e cumplicidade do Governo com as empresas sociais, aliados à burocracia, troca constante dos gestores e a ineficiência de parte do funcionalismo público, provocam constantes atrasos no repasse das doações. Bem como, existem chances de um contrato anual não ser renovado sem qualquer motivo específico.

E ainda, as instituições precisam ser politicamente apartidárias, e não devem criar vínculos ou “dever favores” para nenhum partido político ou funcionalismo público, de qualquer nível. O amigo de hoje pode se tornar o inimigo de amanhã.

Portanto, para que as organizações possam vencer a corda bamba de sua subsistência, precisam diversificar o tipo de seus potenciais doadores. E daí, é bem importante analisar quais serviços sociais esta instituição pode oferecer para a sociedade, como forma de obter alguma sustentação financeira adicional.

Gestão administrativa: Por fim, a base de qualquer instituição está na boa gestão administrativa, financeira, contábil, jurídica e de administração de pessoas, e no Terceiro Setor isso não é diferente.

Investir na implantação de softwares de negócios, como o ERP – Sistema de Gerenciamento de Empresas e o CRM – Sistema de Relacionamento com Clientes, e terceirizar áreas que exigem

conhecimentos específicos do Terceiro Setor como as áreas contábil e jurídica, são diferenciais sustentáveis importantíssimos.

E ainda, a instituição quer captar recursos financeiros de bancos ou de empresas do exterior? Então, deve investir também em realizar uma auditoria externa de todos os seus demonstrativos contábeis.

E como uma instituição sem fins lucrativos deve dar lucro para os seus “acionistas”? A resposta é simples, mas a prática é bastante desafiadora: Para o Terceiro Setor, podemos entender que os “acionistas” são, na verdade, todas as pessoas físicas, jurídicas e Governo que contribuem com recursos para a subsistência da empresa social. Só que aqui é muito mais difícil manter um acionista.

Na empresa privada, enquanto o acionista estiver recebendo os lucros conforme a expectativa do mercado, ele tende a continuar investindo na empresa. Já no Terceiro Setor, não é assim que funciona. Se o acionista passar por uma dificuldade financeira, ou vir o seu nome colocado em risco por um trabalho mal feito pela instituição, ou ainda, perder a percepção do impacto social que a entidade beneficente deveria estar causando na comunidade em que atua, ele pode simplesmente parar de doar. Não há contratos ou legislação que o proibam de tal decisão.

Logo, manter os “acionistas” atuais e conquistar novos mantenedores devem ser metas sempre presentes no foco de trabalho da instituição. E isto só será possível e sustentável ao longo dos anos, com um trabalho social eficaz e de qualidade, focados na missão e visão da instituição; com uma diretoria estratégica atuante e com a aquisição e investimento em profissionais capacitados em seu quadro de funcionários; com uma equipe dedicada ao desenvolvimento das relações institucionais, comunicação, marketing e captação de recursos; e com uma gestão administrativa de bases sólidas, que trabalhe dentro da legislação vigente e que forneça os resultados de forma transparente e auditáveis por qualquer interessado. Transparência, Competência e Credibilidade devem estar no DNA de qualquer empresa do Terceiro Setor que deseja sobreviver em tempos de crise! 📖



◀ **AMANDA RIESEMBERG** é publicitária de formação. É Empreendedora Social da Nossa Causa - Agência de Transformação Social, onde trabalha com desenvolvimento e articulação de projetos sociais e comunicação estratégica para organizações que buscam ou possuem um propósito social.



ETIQUETA NAS REDES SOCIAIS

O conceito de redes sociais – estrutura social composta por pessoas ou organizações conectadas por alguma relação com objetivos em comum - sempre existiu. A novidade é que agora elas são digitais. E ao invés da linguagem corporal e física em que comumente se expressam nossos pensamentos e sentimentos, agora, nossos recursos são textuais e audiovisuais.

E isso incorre em possíveis erros de interpretação quando o seu modo de se comunicar pessoalmente não se adapta a uma versão digital de você. Aquela versão digital não pode sorrir com os olhos ou falar com um tom de voz mais leve. Então, como fazer com que as pessoas entendam a sua mensagem da

melhor forma possível? E, sabendo o que e como dizer, como aproveitar o potencial da internet para ampliar o impacto dessa mensagem?

Bom, o que vou passar aqui não é um manual de comportamento nas redes sociais, mas sim, algumas dicas que podem melhorar a sua relação com o ambiente digital e da sua organização com o seu público online.

1) REDES SOCIAIS SÃO PARA RELACIONAMENTO

Interaja, gere ação. São incontáveis as pessoas e organizações que agem de forma passiva nas redes. Ao invés de buscar novas interações, fica inerte, compartilhando conteúdo de outra



Nem sempre a imagem diz tudo. Nem sempre a manchete diz tudo. Manchetes são feitas para chamar a sua atenção e não para resumir uma matéria. Busque conteúdo, e gere conteúdo próprio a partir daquilo

rede para seus seguidores, sem nunca desenvolver algo próprio e expressar suas próprias opiniões. Esse perfil entra em grupos para divulgar a si mesmo mas nunca curte ou comenta uma outra postagem. Esse perfil lê os pedidos de ajuda de amigos mas nunca tem tempo para responder, porém, pede ajuda e espera que, no mínimo, muitos retornem.

2) CRIE CONTEÚDO

Você há de ter algo que gostaria de dizer que possa acrescentar nas pessoas. Aproveite a rede para fazer isso e não disseminar discursos de ódio contra partidos, crenças ou gêneros diferentes. Nem sempre a imagem diz tudo. Nem sempre a manchete diz tudo. Manchetes são feitas para chamar a sua atenção e não para

resumir uma matéria. Busque conteúdo, e gere conteúdo próprio a partir daquilo. Com isso, você começa a mostrar que é de verdade, de forma transparente. Não estou pedindo para expor todas as suas escolhas, mas vez ou outra poder compartilhar alguma dica, experiência, história ou mensagem de bem, faz bem a você e a seus seguidores e amigos.

3) APROVEITE AS FERRAMENTAS DISPONÍVEIS

As redes sociais podem ser muito efetivas se trabalhadas em toda a sua potencialidade. No Instagram e Twitter, temos as hashtags; no Facebook, grupos, eventos e a utilização de vídeos; no Snapchat, a exclusividade do conteúdo que some em 24 horas; no LinkedIn, os artigos voltados para desenvolvimento profissional e intelectual. É muita coisa, muitas redes, muito conteúdo e... muito tempo. Então, se você não tiver tempo, vá com calma. Não tente fazer tudo, faça tudo o que puder. E assim, você terá mais qualidade em cada tarefa feita. Seja um/a curioso/a, tente, erre, pergunte, erre de novo, até acertar e saber utilizar as redes sociais a seu favor.

4) AS CRISES EXISTEM, SAIBA GERÍ-LAS COM TOLERÂNCIA

Sim, na internet, assim como na vida real, existem os *haters*. Os *haters* são aqueles que nunca estão satisfeitos com nada, que ficam pulverizando discursos de ódio e insatisfação na rede e atacam e criticam indivíduos e instituições sem racionalizar o efeito disso. Existem profissionais de empresas que dão uma avaliação negativa no Facebook na página da empresa concorrente por pura falta de ética. Outras vezes, grupos de juntam para denunciar uma página que não tem nada de errado para simplesmente tirá-la do ar. É preciso saber lidar com isso. Lidar com discursos intolerantes e pessoas que não estão contentes. E isso exige raciocínio, e não emoção. Cuidado com ofensas, pois você pode responder da forma que o *hater* estava esperando, e quem sai perdendo é você.

5) EVITE SPAM

SPAM é chato sempre. Claro que às vezes tem aqueles vírus que saem enviando mensagens para seus amigos, mas estou falando daquele SPAM que você mesmo cria. Sabe aquelas mensagens padrões de email ou postagem que você sai enviando pra todo mundo, como se não houvesse amanhã e sem se preocupar se algum dia você já falou com aquela pessoa? Então, isso não é recomendado. Se você precisa divulgar algo para uma grande quantidade de pessoas diretamente, certifique-se se você tem algum relacionamento ou contato com ela. Ser amigo no Facebook não significa nada. Por isso, repito: redes sociais são para relacionamento, não para ficar só pedindo.

6) PESSOAL OU PROFISSIONAL?

O conteúdo da sua rede social representa que você é. Ou deveria representar. Se você quer ter liberdade de publicar o que quiser, avalie se a sua imagem não está representando também uma instituição. Se você responde por alguma instituição de alguma forma que a imagem dela possa ser confundida com a sua, muito cuidado. É preciso ter moderação. O que se vê nas redes é muita gente exagerando em suas postagens e prejudicando não somente a sua imagem como também da sua organização. Também vejo gerenciadores de páginas postando coisas pessoais em páginas institucionais. Se isso não está planejado, pode gerar prejuízo para a imagem de ambas. Seu perfil, sua vitrine.

7) PERMISSÕES PARA COMENTAR, PUBLICAR, ETIQUETAR

Você pode bloquear as permissões de etiquetar o seu perfil no Facebook naqueles posts ou imagens que não gostaria que ninguém visse. Sim, o Facebook permite isso, no seu perfil pessoal ou na sua fanpage. Por exemplo, os curtidores da sua página podem publicar na sua página se você deixar, e isso permite

*Se você precisa divulgar algo para uma grande quantidade de pessoas diretamente, certifique-se se você tem algum relacionamento ou contato com ela.
Ser amigo no Facebook não significa nada*

que eles tenham um contato diferente com você. Tem medo? Então opte por aprovar essas postagens antes. Sobre comentários em blogs, há muitos que não permitem comentários. Isso demonstra uma negação de diálogo. Se só você fala, é um monólogo. E isso é chato. Se eu não posso dialogar com você, prefiro não ouvir também.

8) MÉTRICAS DE VAIDADE INFLAM O EGO, MAS NÃO SIGNIFICAM RESULTADO

Métricas de vaidade são aqueles dados que você mede no primeiro olhar e que parecem que são legais - e são, mas que não significam nada, já que não revertem diretamente em resultados para a organização ou mesmo para você. Tem 2.000 amigos mas quando você precisa de algo ninguém te responde? Isso prova aquele ponto número 1. Se você interagir com as pessoas elas vão interagir com você. Não adianta ter 2.000 amigos e não conhecer 1.500. Assim como não adianta ter 50.000 seguidores no Facebook ou no Instagram, por exemplo, se eles ignoram o que você fala. Crie indicadores que mostrem como as redes sociais estão impactando no seu negócio.


9) REVISE SEMPRE ANTES DE POSTAR

As redes sociais são muito velozes. Em questão de segundos o que você postou pode ser printado e divulgado por outras pessoas. Se você tiver uma rede grande e ativa isso é muito mais comum.

Errou? Conserte. Não finja que ninguém viu.

O ideal é que a revisão das postagens sejam feitas com muita qualidade. Revise título, descrição, imagem, link e permissões. Esse tempo investido evita erros e desgaste entre a página e o usuário.

10) USE COM MODERAÇÃO

Essa dica é um overview das dicas anteriores. Consuma as redes sociais com moderação. Não deixe de dormir, nem de sair de casa ou trocar uma ligação por uma conversa por whatsapp. As redes sociais digitais aproximam tanto quanto afastam. Não exagere nas postagens, não faça nada em excesso, não compartilhe conteúdo que você não leu ou entendeu, evite ser aquele que só faz reclamações e julgamentos. Não divulgue dados pessoais, outros vão utilizá-lo de formas muitas vezes negativas. E o mais importante, as redes sociais são superficiais. Não confie em tudo que vê ou lê. Acredite naquilo que você viveu. A vida real vale mais que a realidade virtual. 



◀ **GUILHERME REIS** é advogado com 10 anos de atuação no Terceiro Setor. Sócio-Diretor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados. Especialista em Direito do Terceiro Setor e Direito Tributário.



◀ **RENATA LIMA** é advogada e contabilista com 10 anos de atuação no Terceiro Setor. Coordenadora do Núcleo Terceiro Setor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados.



IMUNIDADE APLICADA AO ICMS NAS AQUISIÇÕES DO MERCADO INTERNO

Discorrer sobre a imunidade aplicada ao Terceiro Setor é sempre prazeroso, ainda mais quando o tema é a imunidade aplicada ao ICMS - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, de competência dos Estados e do Distrito Federal.

Vale ressaltar que a imunidade não é um simples favor concedido às entidades do Terceiro Setor. Este benefício fiscal consta da Constituição da República, com o claro propósito de preservar, proteger e estimular o trabalho desenvolvido por essas entidades. Afinal, seus fins são atribuições do Estado, portanto, existe a imunidade para as entidades do Terceiro Setor, pois estas atuam em complemento e/ou em substituição à atuação do Estado.

Se esta é a finalidade da imunidade, entendemos que está afastada pela imunidade a incidência de qualquer imposto que diminua sua capacidade de prestar serviços sociais, que diminua

seu patrimônio ou alcance sua renda, impedindo que toda esta renda seja aplicada em suas finalidades estatutárias.

Esta imunidade está condicionada ao cumprimento dos “requisitos da lei”. O Código Tributário Nacional nos apresenta quais são estes requisitos que devem ser cumpridos: não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplicação integral no país de seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais; e manutenção de escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Feita esta breve introdução, enfrentaremos agora a grande questão: a imunidade do artigo 150, VI, “c”, da Constituição da República alcança o pagamento do ICMS quando a entidade está na condição de contribuinte de fato? Ou seja, para aquele contribuinte que sente o prejuízo financeiro por ter que “enfiar a mão no bolso” para pagar o imposto.

Em outras palavras, deve ser sempre protegido o direito à imunidade para a realização dos serviços educacionais, assistenciais e de saúde, independente se a entidade é contribuinte de fato

O ICMS é um imposto cuja natureza jurídica é de tributo indireto (CTN, art. 166), isto é, um tributo em que o encargo financeiro é passado adiante, transferido para o consumidor final – contribuinte de fato, por quem comercializa os bens ou serviços –, contribuinte de direito. Neste caso, quem arca financeiramente com o encargo fiscal são as entidades do Terceiro Setor, pois o contribuinte de direito repassa no preço do bem ou produto o valor do tributo.

A distinção entre contribuinte de fato e de direito não pode ser aplicada para o fim de afastar a aplicação da imunidade constitucional, sempre que os bens ou produtos forem adquiridos para a consecução da finalidade estatutária da entidade do Terceiro Setor. Em outras palavras, deve ser sempre protegido o direito à imunidade para a realização dos serviços educacionais, assistenciais e de saúde, independente se a entidade é contribuinte de fato.

A Constituição da República concede imunidade aos serviços prestados pelas entidades e vinculados a sua finalidade essencial. Logo, os insumos adquiridos para a prestação desses serviços também estarão imunes, outro não pode ser o entendimento. Onde a Constituição da República não faz restrição, não caberá lei ordinária fazer. O texto constitucional não condiciona o gozo da imunidade à condição de contribuinte de direito, portanto, é incabível esta restrição pelas leis ordinárias.

Tanto é que o Supremo Tribunal Federal, na análise da imunidade contida na letra “d”, do inciso VI, artigo 150 da Constituição da República, estendeu a imunidade dos livros, jornais e periódicos a todos os insumos, não somente ao papel.

Portanto, entendemos que a imunidade alcança todos os insumos adquiridos pela entidade para prestação de seu serviço, por exemplo, podemos citar uma entidade educacional que adquire um lote de computadores para instalação de um laboratório de informática. Na nossa visão, esta aquisição é imune ao ICMS. Sendo assim, todo material ou produto vinculado à realização das finalidades estatutárias da entidade está alcançado pela imunidade.

Não é compatível com a Constituição da República o entendimento de que deve ser restringida a aplicação da imunidade aos casos em que as entidades estejam como “contribuinte de direito”. Não há em nossa Carta Magna nenhuma restrição às relações jurídicas em que tais entidades estejam como “contribuintes de fato”. Tais distinções são feitas por normas infraconstitucionais, não sendo admissível a aplicação das mesmas para o fim de restringir o gozo da imunidade.

A Doutora Regina Helena Costa nos ensina que:

“A imunidade deve abarcar quaisquer impostos, sejam diretos ou indiretos, que possam afetar o patrimônio, a renda ou os serviços do ente dela beneficiário. É preciso lembrar — para melhor compreender tal assertiva — que o caráter ontológico dessa imunidade advém não somente da adoção da forma federativa de Estado, mas também da ausência de capacidade contributiva desses entes”. E continua: Ora, se por intermédio da norma imunizante quer a Constituição preservar a capacidade econômica daquelas pessoas cuja meta é a satisfação do interesse público, essa capacidade não poderá ser atingida nem pela exigência de imposto indireto, nem pela repercussão econômica decorrente de imposição indireta.” (COSTA, Regina Helena. *Imunidades tributárias: teoria e análise da jurisprudência do STF*. 2. Ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 153.)

O Supremo Tribunal Federal possui o seguinte entendimento:

“CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CF, art. 150, VI, c. I. – Não há invocar, para o fim de ser restringida a aplicação da imunidade, critérios de classificação dos impostos adotados por normas infraconstitucionais, mesmo porque não é adequado distinguir entre bens e patrimônio, dado que este se constitui do conjunto daqueles. O que cumpre perquirir, portanto, é se o bem adquirido, no mercado interno ou externo, integra o patrimônio da entidade abrangida pela imunidade. II. — Precedentes do STF. III. — Agravo não provido.” (AgRg no RE 225.778, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 16.09.2003, DJ 10.10.2003, p. 251.)

O patrimônio das entidades sem fins lucrativos é composto por todos os bens imóveis e móveis necessários a execução de suas atividades. A imunidade tem o propósito de impedir a adição de impostos ao patrimônio das entidades sem fins lucrativos, haja vista sua incapacidade contributiva. (AgRg no RE 225.778, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 16.09.2003, DJ 10.10.2003, p. 251.)

A imunidade não foi concedida às entidades sem fins lucrativos gratuitamente, sendo o legislador constituinte sabedor de que os impostos desfalcariam o patrimônio, renda e serviço destas pessoas jurídicas, garantiu a estas que não fossem tributadas.



Por isso, entendemos que a aquisição de bens que irão compor o ativo imobilizado ou a conta de intangíveis das entidades sem fins lucrativos de educação e assistência social destinam-se a composição de seu patrimônio, seja na forma de bens móveis, imóveis ou equipamentos necessários a execução de seus objetivos. Todos estes bens compõem o patrimônio das entidades e estão atrelados à execução de seus objetivos, não podendo, portanto, em respeito à norma constitucional, sofrerem a incidência de qualquer imposto, seja a entidade contribuinte de fato ou de direito.

Atualmente tramita no Supremo Tribunal Federal o processo RE 608.872 - RG / MG, cujas partes são Estado de Minas Gerais e Casa de Caridade de Muriaé — Hospital São Paulo, tendo como objeto exatamente a imunidade do ICMS na aquisição de medicamentos, insumos e serviços, estando a entidade na qualidade de contribuinte de fato. Devido a relevância do tema, ao presente processo fora atribuído a repercussão geral.

Por fim, a Constituição da República protege o patrimônio e serviço das entidades do Terceiro Setor, sempre que estes estiverem aplicados para a execução de seus objetivos estatutários. Portanto, sempre deverá ser afastado o custo tributário, pois este causa redução do patrimônio, da renda e da capacidade de prestar serviço por parte da entidade. Em outras palavras, ser contribuinte de fato ou de direito é irrelevante para aplicação da imunidade, pois estas classificações são definidas com base em critérios econômicos e não

O que defendemos é uma aplicação do direito de forma isonômica, pois o produto que é adquirido no mercado externo, quando entra no Brasil, não sofre a incidência do Imposto de Importação, do ICMS, do PIS e da COFINS

jurídicos, assim não pode ser empregada com o claro intuito e propósito de cercear o gozo da imunidade constitucional.

O que defendemos é uma aplicação do direito de forma isonômica, pois o produto que é adquirido no mercado externo, quando entra no Brasil, não sofre a incidência do Imposto de Importação, do ICMS, do PIS e da COFINS. Portanto, inaceitável a tributação no mercado interno, quando o resultado dessas aquisições permite o fortalecimento, o aperfeiçoamento, o incremento, do mercado nacional para a continuidade da produção de bens e serviços.

Concluimos afirmando que as aquisições realizadas pelas entidades do Terceiro Setor no mercado interno está alcançada pela imunidade constitucional, devendo esta demonstrar que os bens ou produtos irão compor seu patrimônio ou serão utilizadas na realização e manutenção de seus objetivos estatutários. 🏠



◀ **MARCOS BIASIOLI** é Advogado em São Paulo, Consultor Jurídico do Terceiro Setor, Titular da M.Biasoli Advogados, Idealizador e Membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia



◀ **RODRIGO PINHEIRO NAKO** é Coordenador Jurídico da M.Biasoli Advogados, colunista da Revista Filantropia



◀ **CLEBER L. M. PEREIRA** é Advogado em São Paulo, militante no Terceiro Setor.



A CRISE MIGRATÓRIA E O PAPEL DO BRASIL E DAS ENTIDADES BENEFICENTES

Em 10 de setembro de 2015, a presidente Dilma Rousseff publicou o artigo *Os refugiados e a esperança*, no jornal “Folha de São Paulo”, no qual destaca a crise migratória do Oriente Médio e do norte da África, ao afirmar que o “Brasil, mesmo neste momento de superação de dificuldades, tem os braços abertos para acolher refugiados”. No caso, o artigo sucedeu a comoção social em volta das imagens fortes de um menino sírio morto numa praia da Turquia, quando seus pais tentavam chegar à Europa para escapar de perseguições.

Diante deste enfoque, percebe-se que o Governo Federal adotou uma posição ambígua: apesar da crise político-econômica brasileira, assume coerência histórica no acolhimento de estrangeiros. Ou seja: o Brasil que, a partir do século XIX, aceitou a imigração europeia e asiática, neste momento quer reforçar os laços com novas imigrações, apesar de assentar-se em grave crise

política. A incerteza que surge é saber como o Governo Federal atenderá os refugiados se, em 2013, a população brasileira abaixo da linha de extrema pobreza aumentou 3,68%.

A transmigração que atualmente intensifica-se no mundo inteiro não pode ser tratada pelo Governo Federal sem o mínimo de planejamento. Desde janeiro até setembro deste ano, a Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) informou que quase 500.000 pessoas já chegaram à Europa pelo Mediterrâneo. Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça, o Brasil possui aproximadamente 7.500 refugiados, mas o número total de pedidos de refúgio aumentou 930% entre 2010 e 2013.

Na mesma toada da União Europeia, que vem se organizando na propositura de cotas de refugiados para os países-membros,



Neste contexto de expansão de refugiados no território nacional, caberá também às Entidades Beneficentes a responsabilidade de conter a marginalização e a miséria da imigração desenfreada

visando, com isso, distribuir as pressões migratórias e os impactos na moradia, educação, saúde e emprego local, o Brasil, por intermédio do Ministério da Justiça da Prefeitura e do Governo de São Paulo, assinaram um termo de compromisso, cujo teor teve como objetivo a promoção de determinadas ações para garantir os direitos basilares destes refugiados: a criação de um Centro de Cidadania e de Atenção ao Imigrante, bem como repasses ao Governo do Acre e para a Prefeitura de São Paulo. Diante de tal iniciativa, o Governo Brasileiro pretende auxiliar o imigrante na emissão de documentos, qualificação profissional, prestação de serviços de assistência social, como abrigo, orientação jurídica, aulas de português, apoio psicológico e demais campanhas de conscientização.

Neste contexto de expansão de refugiados no território nacional, caberá também às Entidades Beneficentes a responsabilidade de conter a marginalização e a miséria da imigração desenfreada. Veja-se que a crise migratória não se restringe aos refugiados sírios, mas também alcança os congolese, angolanos, palestinos, iraquianos e os imigrantes haitianos, entre outros. Aliás, o que não falta no mundo, infelizmente, são exemplos de países em conflitos armados, sejam eles internos ou externos.

DIREITOS DOS REFUGIADOS

Em breve análise sobre o assunto, podemos dizer que a *Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados*, assinada em Genebra em 28 de julho de 1951, e adotada no Brasil pelo Decreto 50.215, de 28 de janeiro de 1961, assegura aos refugiados o exercício mais amplo possível dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Neste tom de proteção, a defesa dos direitos humanos, de cunho eminentemente constitucional, não é limitada às promessas de campanhas políticas imigratórias, mas, pelo contrário, dá-se por meio das relações internacionais mantidas pela República Federativa do Brasil, sob regência dos princípios fundamentais dos direitos humanos (art. 4º, II, da CF).

Assim, o ordenamento jurídico assume papel importantíssimo garantidor aos refugiados do direito a uma política de acolhimento temporária, com todos os meios e recursos a ela inerentes. Ainda que avulsa a apreciação pelo órgão do CONARE quanto à regularidade do visto humanitário, os refugiados têm assegurados o direito à vida, à integridade física e moral, à liberdade, ao trabalho, à alimentação, garantidos por Tratados e pela Constituição Federal, indistintamente.

Por sua vez, a Lei 9.474/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, dispõe

que será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: “I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.” Vale ressaltar que a condição efêmera de refúgio cessa no momento em que as circunstâncias em que a pessoa é obrigada a abandonar seu país deixarem de existir (art. 38, Lei 9.474/91).

De toda forma, o exercício dos direitos e deveres durante essa fase transitória, na qual a legislação autoriza, inclusive, o reconhecimento de certificados e diplomas e o ingresso facilitado em instituições acadêmicas de todos os níveis (art. 44, Lei 9.474/91), é condição jurídica especial extensível também ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.

Portanto, o reconhecimento da condição jurídica de refugiados assegura a todos os direitos fundamentais da pessoa humana e, especialmente, **o direito previsto no artigo 32 da Lei 9.494/97 de não ser o refugiado obrigado a retornar ao seu país de origem.** Vale destacar que a condição de refugiado é juridicamente diversa da classe de imigrantes, que possui obrigações próprias advindas da Lei 6.815/80 - Estatuto do Estrangeiro.

O PAPEL DAS ENTIDADES BENEFICENTES NA CRISE HUMANITÁRIA

O papel das entidades beneficentes para a solução da crise humanitária é importantíssimo. O artigo 203 da Constituição Federal dispõe que a assistência social será prestada a quem dela necessitar. Por sua vez, a Lei 8.742/93 (LOAS) rege-se pelo princípio da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza (art. 4º, IV). Ademais, seus objetivos visam proteger as pessoas de um modo geral, independentemente de sua condição, à garantia da vida, a redução de danos e a prevenção de riscos. (art. 2º).

O conceito de entidades beneficentes de assistência social encontra-se previsto no artigo 3º da LOAS. Mas a Lei 12.101/09, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social também traz sua definição. Para esta Lei, tais entidades são aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, **especialmente as que realizam serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento** (art. 18, §1º e §2º, III).

Por sua vez, a Resolução 109 do CNAS relata **expressamente a possibilidade de oferecer serviço de proteção social especial de**

Vale ressaltar que a condição efêmera de refúgio cessa no momento em que as circunstâncias em que a pessoa é obrigada a abandonar seu país deixarem de existir (art. 38, Lei 9.474/91)

alta complexidade, na modalidade de acolhimento provisório institucional, **aos indivíduos refugiados**, tudo como forma de integrar a universalidade na prestação da assistência social. Outrossim, ainda que o refúgio seja um critério político de asilo ao súdito de outra nação, o atendimento das necessidades básicas dos indivíduos que se encontram nessa condição pelas entidades beneficentes é vital. Seria um contrassenso que o refúgio, por ser medida política protetiva, não revestisse da proteção da assistência social.

Como o problema da crise humanitária se dá a nível global, o cumprimento da obra mínima para contemplar a dignidade da pessoa humana, ante a impossibilidade de o Poder Público assumir essa condição, recai quase sempre na esfera do Terceiro Setor. Mas diga-se que tal benesse não deve ser praticada pelas entidades sem a observação dos ditames estatutários e legislação social pertinente.

Assim, não há dúvidas que a solução para a crise migratória percorre o bojo das entidades beneficentes. Fundada no trabalho e no espírito de solidariedade ao próximo, todas demonstram capacidade em ajudar. E, não obstante essa situação de inabilidade estatal de exercer a proteção dos refugiados, a assistência social no Brasil praticada pelos particulares tem demonstrado muita competência!

A crise humanitária vivida pelos refugiados não pode ser apenas velada sob o crivo da política. A condição jurídica de refugiado traz consequências à assistência social, e por isso deve ser tratada com maior amplitude. Evidente que o encômio simbólico de boas-vindas pela Presidente Dilma Rousseff, assomado ao termo de compromisso assinado, não são suficientes para garantir os direitos dos refugiados previstos na Convenção. Não se trata aqui de fechar as portas para a transmigração, contudo, a crise migratória não pode se restringir ao discurso político e medidas paliativas, ora executadas sem o mínimo de planejamento pela Administração Pública, cuja consequência será a ineficácia do Termo de Compromisso e o aumento do desvio de recursos públicos derivado da corrupção. Nesse ponto, guardadas as nuances legais que regem a matéria, as entidades beneficentes de assistência social destacam-se para solução do problema. Quando recebem indivíduos de outra nação soberana, sobrevivendo por uma força maior, e não por vontade própria, as medidas de proteção praticadas devem ser imediatas e planejadas, mas sobretudo contextualizadas a cada caso. O refúgio é temporário, mas nem por isso a proteção dos direitos humanos pelas entidades deve ser deslembada. Mas nota-se: os objetivos institucionais devem ser cumpridos, sob a regência da legislação social. 🇧🇷



GESTÃO DE BENS NOS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA

Nos meus 50 anos de atividades profissionais, sempre insisti em pontos hoje tratados na Carta Circular da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólicas, aprovada por sua Santidade, o Papa Francisco, no que se refere à gestão dos bens nas instituições da Igreja Católica Apostólica Romana.

Esta reflexão aplica-se também às outras Igrejas. O primeiro destaque dessa Carta Circular é o reconhecimento de que o campo da economia é instrumento da ação missionária da Igreja.

Como sempre afirmei, os bens dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica são bens da Igreja, ou seja, são bens eclesiais, razão pela qual devem ser bem administrados, bem cuidados, enfim, sua utilização está vinculada à missão da Igreja.

Portanto, os Superiores e Ecônomos dessas instituições devem cuidar desses bens com todo o zelo e acompanhar se os mesmos estão sendo utilizados em conformidade com o seu carisma religioso, com suas Regras ou Constituições e se estão sendo efetivamente colocados a serviço da missão eclesial.

O Administrador Religioso deve ter a sensibilidade de colocar acima de suas opiniões pessoais, a maneira sugerida pelos demais membros do Instituto de Vida Consagrada objetivando o que for melhor para a vivência carismática de sua instituição e eclesial no mundo de hoje

Em 24 de junho de 1996 eu já afirmava: se cada Administrador Religioso assumir efetivamente sua pobreza religiosa com intensidade, vivendo o seu carisma com verdadeiro ardor apostólico, a economia e a administração dos Institutos se constituirão em instrumentos eficazes de transformação da realidade social. A economia e a administração no seio dos Institutos deve se constituir numa verdadeira pastoral ou, seja a Pastoral da Economia.

Em meu trabalho, intitulado “Plano Econômico Pastoral”, procurei detalhar minha reflexão sobre a administração dos bens. A primeira reflexão que faço hoje é no sentido de que a pobreza no mundo é enorme e, portanto, todas as pessoas, independentemente de religião, devem cuidar de seus bens objetivando sempre colocá-los na dimensão e na visão que precisamos olhar as pessoas como verdadeiros irmãos, seres humanos, pessoas.

Administrar os bens que possuímos enquanto pessoa física ou jurídica é sentir o social, vivenciar o desenvolvimento da sociedade humana e estar atento à justiça social.

Os Administradores Religiosos devem, em observância a essa Carta Circular, seguindo suas orientações, desenvolver uma gestão administrativa plenamente evangélica, em sintonia com o Direito Canônico no caso das Instituições da Igreja Católica, com seu Direito Próprio, com suas Regras e Constituições e consoante o Magistério da Igreja.

Para atender essa Carta Circular cada Instituto Religioso deve descobrir, de acordo com seu carisma, com a mentalidade dominante do próprio Instituto, em plena sintonia com suas Constituições e Regras, a maneira de bem administrar os bens a serviço da missão eclesial. Os bens dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica se constituem, como já expressado, em bens da Igreja, ou seja, bens eclesiásticos, os quais se destinam exclusivamente à missão da IGREJA.

Em síntese, pode-se afirmar que todos os bens dos Institutos de Vida Consagrada, das Sociedades de Vida Apostólica, Dioceses e outras pessoas jurídicas da Igreja que possuem bens, esses bens são efetivamente da IGREJA para a sua missão. Esses bens e direitos da IGREJA são destinados à promoção do homem, à sua evangelização, à sua catequese e se constituem em instrumentos de divulgação e de crescimento do Reino de Deus.

Enfim, os bens da IGREJA pertencem ao Povo de Deus que caminha na construção do Reino de Amor. Colocar esses bens em risco ou não colocá-los de acordo suas finalidades é distorcer e violentar suas destinações, suas finalidades essenciais. É importante que se

destaque um dos trechos contidos nessa Carta Circular: “Por esta razão, a necessidade dos bens econômicos nunca deve exceder o “conceito dos fins” para que são destinados e dos quais se deve sentir as limitações, a generosidade do emprego e a espiritualidade do significado”. A administração deve servir para ajudar a Vida Religiosa e não para criar problemas e divisão entre seus membros. A visão da administração deve ser de comunhão, de unidade, de fraternidade espelhada na visualização da Trindade Santa. Ressalto que um inexistente protótipo administrativo aplicável a todos os Institutos de Vida Consagrada. Cada Instituto tem suas peculiaridades e suas características.

O Administrador Religioso deve ter a sensibilidade de colocar acima de suas opiniões pessoais, a maneira sugerida pelos demais membros do Instituto de Vida Consagrada objetivando o que for melhor para a vivência carismática de sua instituição e eclesial no mundo de hoje.

Definir um sistema administrativo apenas com base na experiência de outros Institutos é ignorar o seu próprio Instituto.


O ideal dentro da própria experiência da Igreja, que o sistema administrativo a ser adotado não seja uma decisão pessoal, mas sim, uma decisão Capitular ou de uma Assembleia onde os membros são ouvidos e podem opinar.

É essencial que cada Instituto de Vida Consagrada a fim de atender a Carta Circular, crie o seu Plano Econômico - Administrativo Pastoral.

O Plano Econômico - Administrativo Pastoral consiste no conjunto de ações que objetivem colocar o patrimônio estável, os recursos econômicos e financeiros e patrimoniais de um Instituto de Vida Consagrada ou de uma Sociedade de Vida Apostólica em prol do Reino Deus no atendimento e no cumprimento à missão da IGREJA.

Assim, o Plano Econômico - Administrativo Pastoral tem, por objetivo humanizar e cristianizar o econômico - financeiro e patrimonial, submetendo-o à prática da justiça, da caridade e da promoção do bem comum em atender a missão da IGREJA.

Concluo este meu artigo com um aspecto importantíssimo expresso na “Carta Circular da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólicas” datada de 02 de agosto de 2014 e aprovada por sua Santidade o Papa FRANCISCO: “A dimensão econômica está intimamente entrelaçada com a pessoa e a missão. Opções fundamentais da vida passam pela economia, e nelas é preciso que transpareça o testemunho evangélico, atento às necessidades dos irmãos e irmãs. Por conseguinte, na dinâmica formativa não se há de descuidar da atenção à dimensão evangélica da economia, particularmente na preparação dos que terão a responsabilidade de governo e administrarão as estruturas econômicas, seguindo os princípios da gratuidade, fraternidade e justiça, ao fundamentar uma economia evangélica baseada na partilha e na comunhão”.

“Estas orientações e os princípios para a gestão dos bens são indicados a ajudar os Institutos a responder com renovada audácia e profecia evangélica aos desafios de nosso tempo, e possam continuar sendo sinal profético do amor de Deus”. 



MANUAL FGTS

A Caixa Econômica Federal publicou o *Manual FGTS - Movimentação da Conta Vinculada*, que disciplina a movimentação das contas vinculadas do FGTS pelos trabalhadores e seus dependentes, diretores não empregados e seus dependentes e empregadores. A ação consta na Circular Caixa nº 692/2015. O documento está disponível no site da instituição bancária, na área de *downloads* (no menu horizontal, no topo da página) e clicar em FGTS - Manuais Operacionais.

www.caixa.gov.br

FGTS DO EMPREGADO DOMÉSTICO

A obrigatoriedade do recolhimento obrigatório do FGTS do empregado doméstico começou em outubro. A decisão foi proferida pelo conselho curador do FGTS. Assim, com base nos salários de outubro, o primeiro recolhimento ocorreu até o dia 6 de novembro. Para tanto, o empregador deverá cadastrar seu empregado doméstico no site eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas). A guia única, chamada de Documento de Arrecadação do eSocial, com todos os encargos, inclusive o FGTS, só pode ser emitida no próprio site. O eSocial contribuirá para o aumento do controle e da qualidade das informações e beneficiará os trabalhadores, na medida em que garantirá maior efetividade no reconhecimento de direitos, como os benefícios previdenciários e o FGTS. Após realizar o cadastro, o empregador deve informar os seguintes dados dos empregados: CPF, data de nascimento, número de Identificação Social (PIS, Pasep, NIT), raça/cor e escolaridade. A seguir, deve-se fornecer: número, série e unidade federada da Carteira Profissional, data de admissão no emprego, data de opção pelo FGTS, telefone e e-mail.

 www.esocial.gov.br



CTPS DIGITAL

Historicamente emitida com alguma demora, a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) agora é digital. A adoção dessa tecnologia já levou o documento a bater recorde de impressões, visto que agora é produzido em poucos minutos, tornando-o mais difícil de falsificar. Mais facilmente acessadas e cruzadas pelo governo federal, as informações trabalhistas e previdenciárias permitem que o cidadão receba a CTPS no ato do pedido ou que agende eletronicamente a data em que deseja retirá-la. O sistema permite ao trabalhador, por exemplo, ter outros documentos válidos, inclusive se recebe benefícios federais ou se tem o número de PIS ativo. Essa automatização é uma poderosa ferramenta de combate a fraudes na concessão irregular de benefícios trabalhistas, entre outras situações pouco desejáveis tanto para o governo quanto para o contribuinte.

 www.sage.com.br

APOSENTADORIA: REGRA 85/95

A celeradas pela crise econômica, as mudanças nas regras do Regime Geral da Previdência Social foram aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Segundo o Projeto de Lei de Conversão da Comissão Mista para a Medida Provisória 676/2015, até 2018 a aposentadoria será, pela regra alternativa, conhecida como 85/95. Ela permite que o trabalhador se aposente sem a redução salarial aplicada pelo fator previdenciário, criado em 2000 para desestimular a aposentadoria antes dos 60 anos (se homem) ou 55 anos (se mulher). Pela nova regra, a mulher que tiver, no mínimo, 30 anos de contribuição poderá se aposentar sem a redução provocada pelo fator se a soma da contribuição e da idade atingir 85. No caso do homem, os 35 anos de contribuição somados à idade devem atingir 95, no mínimo. O cálculo leva em consideração o tempo, subindo um ponto a cada dois anos. Assim, a regra passa a exigir 86/96 em 2019; 87/97 em 2021; 88/98 em 2023; 89/99 em 2025; e 90/100 de 2027 em diante. Para contar o tempo valem também os meses completos de tempo de contribuição e de idade.

 www.camara.gov.br



CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Assunto ainda bastante controverso, a obrigatoriedade de recolhimento de contribuição sindical – mesmo a não filiados a uma entidade – continua gerando polêmica. Recentemente, o juiz Léverson Bastos Dutra, da 4ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora (MG), julgou improcedente o pedido de cobrança de imposto sindical formulado por um sindicato patronal do comércio em relação a uma administradora de imóveis. O magistrado esclareceu que, de acordo com o objeto social da empresa, não seria possível enquadrá-la ao sindicato autor, já que afeta a outro sindicato patronal. E frisou que, conforme demonstrado, a empresa não possuiu empregados nos anos de 2009 a 2013, razão pela qual não esteve obrigada a pagar a contribuição sindical durante esse período. Houve recurso dessa decisão, ainda pendente de julgamento.

www.trt3.jus.br

CONSTITUIÇÃO DE PJ

Um alerta para as organizações sociais que, por ventura, se utilizem desta prática: “Não pode nenhum empregador exigir que seu empregado venha a constituir uma pessoa jurídica para continuar a lhe prestar os mesmos serviços se não há qualquer modificação nos estados de fato.” Este foi o argumento da 2ª Vara do Trabalho de Brasília, que declarou a nulidade dos serviços prestados como pessoa jurídica por um trabalhador da construção civil, reconhecendo o vínculo empregatício entre as partes e condenando a empresa a pagar R\$ 20 mil a título de indenização por danos morais pela fraude praticada, além de outros direitos trabalhistas, inclusive obrigando a empresa a efetuar o registro na Carteira de Trabalho para fazer constar um único vínculo de emprego. De acordo com o juiz, o empregador não pode exigir que seu empregado constitua pessoa jurídica para continuar a lhe prestar os mesmos serviços se não há modificação nos estados de fato, segundo o princípio da continuidade do vínculo de emprego.

www.trt10.jus.br



INFORMAÇÕES DESABONADORAS

Fornecer informações desabonadoras sobre um ex-funcionário, criando dificuldades para a reinserção do profissional no mercado de trabalho, constitui quebra dos princípios de probidade e boa-fé, previstos nos artigos 187, 422 e 927 do Código Civil e plenamente compatíveis com o direito do trabalho, por força do artigo 8º da CLT. Em recente julgado, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Curitiba) considerou culpada uma empresa de decoração que não observou os deveres anexos ao contrato, pautados na boa-fé, gerando obrigação de reparar o reclamante pelo dano causado, mesmo considerando que os fatos ocorreram após a extinção do contrato de trabalho. A empresa foi condenada a pagar indenização de R\$ 25 mil, por danos morais. Da decisão, cabe recurso.

www.trt9.jus.br

ESCLEROSE MÚLTIPLA

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal manteve decisão que negou liminar a candidata portadora de esclerose múltipla inconformada por eliminação de concurso, para o qual concorreu como deficiente física. Os magistrados entenderam que a doença da autora não está no rol descrito no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a questão no âmbito do DF. A candidata ajuizou a ação, com pedido liminar, afirmando que participou do processo seletivo para o cargo de assistente, tendo ficado em primeira colocada nas vagas para deficientes. No entanto, foi eliminada do certame na avaliação médica por não ter sido reconhecida como portadora de deficiência. Pediu na Justiça a anulação do ato administrativo que a desclassificou e sua imediata contratação. O juiz afirmou que o laudo apontou que a candidata é totalmente independente para atividades do cotidiano (...), não havendo qualquer incapacidade atestada pelo sistema EDSS (Escala Expandida do Estado de Incapacidade de Kurtzke), salvo no tocante à função visual em grau mínimo.

www.tjdft.jus.br



CARTÃO DE PONTO

Cartões de ponto sem a assinatura do empregado podem ser usados para comprovar a jornada de trabalho, pois nenhum dispositivo da CLT obriga a presença do visto. Este foi o entendimento da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) ao considerar válidos os registros de um empregado de uma distribuidora e derrubar decisão de primeiro grau que presumia como verdadeira a jornada alegada pelo funcionário. Segundo a desembargadora Camilla Guimarães Pereira Zeidler, o parágrafo 2º do artigo 74 da CLT não prevê a assinatura do empregado no espelho do registro de ponto eletrônico como condição de sua validade. Exige apenas, para estabelecimentos com mais de dez empregados, a anotação da jornada em registro manual, mecânico ou eletrônico. A magistrada constatou que os cartões de ponto não registram horários uniformes. Assim, em princípio, são válidos como meio de prova. Ela considerou em sua análise o que foi declarado por testemunha quanto à jornada cumprida. Com isso, as horas extras deverão ser apuradas pelos espelhos de ponto apresentados nos autos.

www.trt3.jus.br

MOTOS ADAPTADAS

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovou o Projeto de Lei (PL) 2258/2015, do deputado Mário Heringer (PDT-MG), que garante isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para motocicletas, motonetas e ciclomotores nacionais adaptados à condução por pessoa com deficiência. O benefício também foi estendido a triciclos e quadriciclos adaptados. Pela proposta, a isenção só poderá ser utilizada uma vez, a não ser se a moto tiver sido comprada há mais de dois anos. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br

FÉRIAS CONJUNTAS

Em breve, membros de uma mesma família que sejam empregados no mesmo local poderão ter facilitada a unificação das férias. É que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 552/2011, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Embora a fixação do período de férias do empregado seja prerrogativa do empregador, ele não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, de membros de uma mesma família. Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho já prevê a possibilidade das férias conjuntas, mas o empregador pode negá-las. O projeto acrescenta, para o caso de negativa, que o empregador precisará fundamentar a decisão e dar ciência por escrito aos interessados, em paridade com a formalidade exigida pela CLT para a comunicação de férias ao empregado.

www.senado.gov.br

GRANDES DEVEDORES

A Receita Federal cada vez mais aperta o cerco contra a sonegação fiscal. Desta vez, o fisco criou equipes regionais de monitoramento patrimonial e garantia de crédito tributário, com o objetivo de manter vigilância sobre o patrimônio de contribuintes que têm débitos, para evitar a blindagem de patrimônio no caso de grandes dívidas tributárias. Caso o contribuinte tenha débitos em valor superior a R\$ 2 milhões e a 30% do seu patrimônio conhecido, é adotada a ação de arrolamento de bens, que permite o acompanhamento de movimentação patrimonial. Se for constatado que o patrimônio está sendo dilapidado, a Receita faz representação sobre o devedor à Procuradoria da Fazenda Nacional, para que esta ajuíze medida cautelar fiscal, para bloqueio dos bens.

www.agenciabrasil.ebc.com.br

FILANTROPIA RESPONDE

CONSULTORIA PARA O TERCEIRO SETOR

1 Caso uma entidade beneficente imune/isenta do imposto de renda apure, apenas em um mês, um valor de contribuições superior a R\$ 10.000,00, deverá entregar a EFD-Contribuições em relação ao restante dos meses do ano calendário em curso?

R: Inicialmente, o §3º do artigo 4º da IN RFB 1.252/2012, a qual dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), aduz que as pessoas jurídicas imunes e isentas do Imposto de Renda, cuja soma das contribuições apuradas seja superior a R\$ 10.000,00, são obrigadas a adotar a EFD-Contribuições. Diante dessa obrigação, sendo apurados valores de contribuições superiores a esse limite, na forma do §5º do citado diploma legal, ficarão obrigadas à apresentação da EFD-Contribuições a partir do mês em que o limite fixado no inciso II do caput for ultrapassado, permanecendo sujeitas a essa obrigação em relação ao restante dos meses do ano-calendário em curso.

2 De acordo com a recente Lei nº 13.151, de 28 de julho de 2015, uma Fundação poderá se constituir para desenvolver quais tipos de atividades?

R: A citada lei altera, dentre outros dispositivos legais, o art. 62 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), que passa a prever que a Fundação somente poderá se constituir para fins de atividades jungidas à assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, promoção da ética, cidadania, da democracia e dos direitos humanos e atividades religiosas.

3 As entidades sem fins lucrativos são isentas da COFINS?

R: Sim, nos termos do artigo 47, inciso II, da Instrução Normativa da Receita Federal 247/2002, as entidades são isentas da COFINS em relação às receitas derivadas de suas atividades próprias. Cumpre esclarecer que o § 2º deste artigo ilegalmente restringe as receitas para tão somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Todavia, o Superior Tribunal de Justiça decidiu,

em recente julgamento, que a isenção relativa à COFINS incidente sobre as receitas próprias das entidades sem fins lucrativos compreende todas as receitas inerentes à atividade-fim.

4 Então, como as entidades sem fins lucrativos poderão usufruir a isenção da COFINS sem prejuízo de sofrer uma fiscalização por parte da Receita Federal?

R: Por ora, enquanto a Receita Federal do Brasil não afastar a ilegalidade da restrição contida no §2º do artigo 47 da IN 247/2002, será necessário obter previamente autorização judicial, a fim de não recolher referida exação tributária.

5 Trabalho em uma entidade de Assistência Social que tem convênios com o poder público, e ouvi dizer que a nova lei das entidades filantrópicas determina que seja instituído um “regulamento de compras e contratações”. Do que se tratará tal regulamento?

R: O artigo 34, VIII, da lei 13.019, estabelece que a administração pública, antes de contratar, deverá aprovar o chamado “regulamento de compras e contratações”. Tal regulamento se trata de normas internas que padronizam a forma de se comprar e contratar, tal como um regimento interno, mas neste caso, destinado apenas às compras e às contratações. Segundo a lei citada, o regulamento deverá seguir os mesmos princípios da Administração Pública, ou seja, o princípio da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade. Portanto, recomenda-se cautela na elaboração deste regulamento, ao passo que sua aprovação é de suma importância para que a entidade obtenha parcerias ou convênios sob a ótica da nova lei.

6 Sou dirigente de uma entidade social e tenho parentesco com agente do poder público. Estou impedido de realizar parcerias ou convênios com a administração pública?

R: Sim. O Artigo 39, III, do Marco Regulatório das entidades, prevê que a entidade que tenha como dirigente aquele que possua grau de parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, está impedida de contratar com a administração pública. Isso implica dizer que o fato de o dirigente ter filho, genro, pai, sogro, tio, primo, cunhado, filha, nora, sogra, tia, prima ou cunhada que exerça função pública diretamente na administração pública, impede que a instituição que dirige possa contratar com a Administração Pública.

MULTIPLICANDO O SUAS



LIVROS QUE FALAM À FAMÍLIA

Convivência e fortalecimento de vínculos

Em agosto de 2014, a Obra Social Dona Meca (OSDM) foi convidada a participar do Programa Direito e Cidadania, realizado pelo Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social, no âmbito do assessoramento a profissionais do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Durante a capacitação, foram realizadas diversas dinâmicas que incentivavam a criação para um projeto de ação prática. O objetivo considerado na elaboração do projeto inspirava a ver além dos muros (família e comunidade), tendo como janela os livros; estes colocavam os leitores como transformadores, multiplicadores e protagonistas, sujeitos da própria história.



Observando que o público da OSDM é de crianças com deficiências diversas, optamos por trabalhar com os responsáveis. O objetivo era simples: que pudessem conversar e pensar sobre assuntos diferentes do seu cotidiano

Pôde-se verificar que a prática de algumas dinâmicas não seria aplicável ao perfil dos atendidos pela OSDM. Propus-me a repensá-las para o cotidiano no Serviço. Na etapa final da capacitação, a missão foi dada! E, nesse instante, começou o desafio da criação de projetos que abrangessem o público e os objetivos específicos, a partir da ferramenta literária. O kit de livros trazia uma abordagem didática comum ao cotidiano, provocava a reflexão sobre a convivência e o fortalecimento de vínculo.

Observando que o público da OSDM é de crianças com deficiências diversas, optamos por trabalhar com os responsáveis. O objetivo era simples: que pudessem conversar e pensar sobre assuntos diferentes do seu cotidiano. Por meio dos temas propostos, fazê-los refletir sobre como a correria do dia-a-dia nos torna seres humanos automatizados, ou seja, pessoas que não param, não veem além do muro, têm medo de ousar e fazer diferente. Contar histórias de uma maneira dinâmica e participativa para, assim, habilitá-los a contar histórias para seus filhos, criando um momento de vínculo afetivo, atividades dinâmicas e diálogo sobre a leitura.

O projeto foi idealizado para ser aplicado em dois módulos: o primeiro com os livros infantis, e o segundo com os livros infantojuvenis. Utilizamos um livro por encontro, sendo executados em seis encontros com duração de 35 minutos. No final, houve um encontro de avaliação do projeto. A cada encontro realizamos três momentos: a contação de história, a atividade escrita e a tomada de consciência.

Na contação de história, fizemos a leitura de maneira leve, descontraída, com entonação para que os pais pudessem aprender a tornar este momento com os filhos mais dinâmico e prazeroso. Na tomada de consciência, o debate relacionava o tema do livro com a atividade escrita. Neste momento, os responsáveis saíam um pouco do papel de pais e exercitavam seu pensamento como cidadãos, homens e mulheres. As atividades escritas foram transformadas em cartazes, que ficaram expostos no pátio da OSDM, local onde as mães e as crianças permanecem nos intervalos das terapias. Como finalização dos módulos do projeto, realizamos uma avaliação com os pais, cujo objetivo foi verificar o impacto da ação. Surpreendentemente, 100% dos participantes aprovaram a experiência, e isso provavelmente se

deve ao fato de que a ideia presente em cada livro nos permitiu abordar assuntos intrínsecos à vida diária. As tomadas de consciência e os debates acerca dos temas permitiram aflorar e redescobrir coisas que estavam esquecidas dentro de cada um de nós, por exemplo: quando listamos o que gostamos e o que não gostamos sobre nosso local de moradia, descobrimos que os pontos positivos superaram os negativos, e isso nos faz gostar de ficar onde moramos.

Perguntamos o que, de verdade, é um presente especial, e todos mencionaram questões relacionadas aos filhos, à família e à saúde, sem desvalorizar o lado material, que ficou em segundo, com base no livro *O Presente*, de Luciano Costa. Olhamos para dentro de nós mesmos e, sem nos vitimarmos diante das circunstâncias da vida, nos perguntamos: “O que podemos mudar em nós mesmos para melhorarmos nossa convivência com a família, vizinhos, no trabalho etc.?” E descobrimos que temos papel de protagonista nas nossas relações interpessoais, onde quer que elas ocorram, com Claudiano Avelino dos Santos, em *Na minha casa é assim*.

Conversamos sobre a necessidade de encorajar pessoas que cruzam nosso caminho e que convivem conosco. E que, quando temos um objetivo, não podemos nos deixar abater por aqueles que não comungam dos mesmos ideais, com *O Grãozinho de Areia em cordel*, de Fernando Paixão.

Em *Brincando com trava-línguas*, de Jackson de Alencar, refletimos sobre as coisas que nos travam, que nos deixam apáticos, estáticos e que não têm explicação. Para muitas pessoas são coisas simples, como matar uma barata, andar numa passarela, ficar em local fechado etc. Pensando a partir de nós mesmos, reavaliamos se estamos sabendo lidar com as limitações daqueles com quem convivemos, e, principalmente, com nossas crianças com deficiência.

Durante os encontros, obtivemos vários relatos dos responsáveis que verbalizaram ter utilizado os livros com outras crianças e outros membros da família - “brincando” com a contação de história e promovendo atividades. Os pais se reencontraram com o livro. Entenderam que contar história é um ato dinâmico e participativo. Que os temas podem ser discutidos e que do livro também é possível tirarmos atividades, lições e reflexões. 📖

SOLIDARIEDADE NA CULTURA DA COMUNICAÇÃO

*Por Vinícius de Menezes Fabreau**

Teorias da comunicação recentes estão abandonando o termo “comunicação social” e substituindo por “cultura da comunicação”. Pressupõe-se que o homem comunica, desde a pré-história, para romper com a solidão. Por isso, a comunicação já é, por natureza, social. Ela garante a sociabilidade dos homens e das instituições “sejam elas privadas, públicas ou de Terceiro Setor” ante os desafios do período histórico. Solidariedade também é algo presente há muito tempo em nossa civilização, e chega a ser clichê. Mas, é possível ser solidário na “cultura da comunicação”? Para isso, vamos conhecer a experiência do jornalista e coordenador do setor de comunicação do Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS), Fabiano Viana. O SEFRAS é uma rede de solidariedade mantida pela Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, que é formada por religiosos franciscanos. Está presente em três Estados: São Paulo (São Paulo e São Sebastião), Rio de Janeiro (Petrópolis e Tanguá) e Paraná (Curitiba). Conta com 120 trabalhadores envolvidos nos mais diversos serviços “crianças, adolescentes, jovens, idosos, população de rua, catadores de materiais recicláveis, pessoas que vivem com HIV, pessoas em conflito com a lei e imigrantes “voluntários, doadores e instituições parceiras.

PRIMEIROS PASSOS: “PLANO DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA”

Fabiano chegou à instituição há quatro anos para programar um setor e pensar um plano, ambos de comunicação. As prioridades foram a atualização do site, a elaboração de boletins trimestrais e a criação de uma revista. “A proposta era implantar o setor na sede e pensar estratégias novas de comunicação. Não se tinha um plano pensado para a comunicação”. A partir daí começou a pensar-se um plano de gestão em comunicação. O projeto foi bem recebido pela instituição, pois a mesma já possuía uma metodologia de planejamento anual para todos os setores. “Quando cheguei existiam algumas coisas emergenciais: o site era muito antigo,

Pressupõe-se que o homem comunica, desde a pré-história, para romper com a solidão. Por isso, a comunicação já é, por natureza, social. Ela garante a sociabilidade dos homens e das instituições “sejam elas privadas, públicas ou de Terceiro Setor”

em uma linguagem básica. Hoje já estamos trocando para algo mais moderno”. Além disso, o setor de comunicação produzia um boletim pensado especialmente para os doadores e uma revista anual que segue a mesma editoria, e ambos permanecem até hoje. No que tange a comunicação interna, a instituição de filosofia franciscana também evoluiu. Os próprios serviços produzem materiais “fotos, depoimentos, textos “sobre os principais eventos que ocorrem durante o ano, e o setor de comunicação dá o “tratamento jornalístico” para a divulgação. Além disso, o setor tem a ideia de aprimorar a comunicação entre os trabalhadores através do aplicativo “WhatsApp”.

OS DOADORES E A ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Muito se discute sobre o papel do comunicador como mediador da discussão política. Mas como deve ser o papel de um jornalista, carregado de toda uma tradição de intervenção política, dentro de uma instituição social que convive diariamente com as camadas mais periféricas da sociedade, isto é, a população que vive afastada “e por vezes banida “da discussão política que ocorre no centro? Institucionalmente, o SEFRAS possui esse lado de articulação política, como compor fóruns e conselhos, por exemplo, e discute mais politicamente os direitos humanos, mas também é um desafio comunicar isso levando em consideração o doador, que muitas vezes tem uma visão mais conservadora. “O doador não quer saber se estamos batendo panela por aí”, brincou. Mas, não para por aí. Esta articulação também está presente no atendimento realizado nos variados serviços. Um exemplo disso

■ *aluno 2º semestre de Jornalismo, FAPCOM

são os imigrantes, que recentemente passaram a serem atendidos pela instituição. Um novo público demanda novas formas de comunicação. No SEFRAS, o atendido não encontra todos os serviços de que necessita: existe aí uma comunicação com o setor público e com ONGs parceiras. Neste processo, o atendido torna-se protagonista do seu processo de inclusão na sociedade. Pensando em comunicação, é papel do comunicador ser facilitador para que o público consiga, por meio da informação, protagonizar as ações da sua vida, no âmbito político principalmente.

ATUALIDADE E MÍDIA SOCIAL: EXPLOSÃO DA 'CULTURA DA SOLIDARIEDADE'

Hoje, além de produzir material para as mídias tradicionais “rádio e impresso” a instituição mantém perfis nas redes sociais para divulgação das atividades. “A nossa função é mostrar o lado positivo, e não expor a miséria. É mostrar o outro lado: o lado da solidariedade”. Para o jornalista, esse tipo de ação cria uma corrente “especialmente através das mídias sociais “que vai transformando a sociedade. Dentro do trabalho social, a comunicação tem a função de romper com a “cultura do fechamento”: “é como o caranguejo que fica dentro do buraco e não conta o que ele faz dentro daquele buraco, dentro do mundo dele”. A comunicação é, justamente, a expansão de dentro para fora do “buraco”, especialmente no caso dessa instituição que quer comunicar a solidariedade franciscana, no diferencial de acolher e promover a dignidade, incentivando a cidadania. “Quando comunicamos tudo isso, cria-se uma corrente. Pode até ser clichê, mas cria-se uma corrente do bem”. Neste processo, a *social media* – Facebook, Twitter e Instagram – torna-se propagadora da ‘cultura da solidariedade’, que rompe com todo tipo de fechamento. “É uma explosão para

A comunicação é, justamente, a expansão de dentro para fora do “buraco”, especialmente no caso dessa instituição que quer comunicar a solidariedade franciscana, no diferencial de acolher e promover a dignidade, incentivando a cidadania.

fora, de não deixar guardado, mas fazer isso explodir para o mundo por meio das redes sociais.” No mundo virtual, esta cultura pode despertar gestos de solidariedade em diversos locais.

Para criar a solidariedade como parte fundamental da “cultura da comunicação”, o comunicador deve contar histórias que transformam, motivam e emocionam: “o leitor vai se emocionar muito mais com os depoimentos de gente comum como ele”. Ou seja, pensar uma cultura de solidariedade hoje, na comunicação, é justamente valorizar o povo. “As histórias do povo são tão importantes quanto as fontes oficiais” completou. A experiência de comunicação do SEFRAS tem muito a dizer. Porém, ficam mais perguntas do que respostas. Comunicamos o quê e para quem? Como pensar a comunicação partindo da periferia existencial? Basta ser solidário, se vivemos em uma “cultura de fechamento”? O que é, realmente, solidariedade? Continuamos na busca, como futuros comunicólogos, de encontrar caminhos para uma comunicação renovada e preocupada com a sociedade que estamos expondo em nossas mídias. O caminho da comunicação é um caminho de esperança, como na música de Ivan Lins “*que a nossa esperança, seja mais que vingança, seja sempre um caminho que se deixa de herança*”. 📌



O PROTAGONISMO JUVENIL NA CONTRUÇÃO DE CULTURA DE PAZ

Por Eleni Raquel da Silva Tsuruzono¹ Vanisa da Silva Raber²

A busca pela paz congrega pessoas que se dispõem a contribuir para a viabilização de um sonho, que passa a ser de todos. Nesta perspectiva, o desenvolvimento de atividades que possibilitem um diálogo reflexivo sobre suas atitudes e as expressões do seu meio social, resignificando o seu papel na sociedade, é de fundamental importância. Diante disso, foi desenvolvido o projeto-piloto “Construindo uma cultura de paz com o Protagonismo Juvenil”, através da parceria entre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Leste e a Escola de Ensino Fundamental Municipal José Protázio Soares de Souza. Os recursos foram captados via Fundo da Criança e do Adolescente. Outras entidades se uniram para compor o projeto: Secretaria de Educação, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Pastoral, Guarda Municipal e TV Caxias.

A intencionalidade maior do projeto foi “desenvolver metodologias participativas com adolescentes para a construção de uma Cultura de Paz na região leste de Caxias do Sul (RS)”. Para a concretização deste projeto foram delimitados os seguintes objetivos específicos: estimular ações proativas que permitam a reflexão e a análise sobre atitudes positivas; ressignificar o sentido de suas vidas, desenvolvendo senso crítico, construtivo e socioafetivo, na compreensão da sociedade atual, dos novos arranjos familiares e das mutações do adolescer; desenvolver oficinas de teatro, música, produção de vídeo, acampamento socio-pedagógico, integração cultural, entre outros; incentivar a permanência e o avanço na escola; acompanhamento individual e sociofamiliar referenciado no CRAS, promovendo uma aproximação por meio de um diálogo de confiança entre

comunidade escolar, orientadores sociais e família; promover o acesso aos serviços disponibilizados na rede na perspectiva de atender o adolescente nos aspectos biopsicossocial; fomentar parcerias intersetoriais e intrainstitucionais.

Procurou-se desenvolver as ações propostas e, ainda, conhecer o cotidiano dos adolescentes, o meio em que vivem, bem como suas famílias. Conhecer a história de vida dos adolescentes é fundamental para compreender os movimentos que se estabelecem no cotidiano, seu comportamento, modo de vida, formas de resistência, não deixando de estabelecer a relação com as questões culturais, crenças, valores, atitudes e hábitos. Trata-se da soma de esforços para compreender e atender o adolescente e seu núcleo familiar nas suas múltiplas necessidades. Requer, fundamentalmente, construir uma responsabilidade compartilhada, evitando a “penalização” destes, na busca do fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Durante o desenvolvimento das ações, o pilar que as embasa está fundamentado na cultura da paz, pois a paz em ação é a coerência do discurso com as atitudes na busca de uma sociedade justa e igualitária. Enquanto isso, a cultura da vida trata-se de tornar diferentes indivíduos capazes de viver juntos, de criarem um novo sentido de compartilhar, de zelar pela vida no planeta e de assumir responsabilidades por sua participação numa sociedade democrática que luta contra a pobreza e exclusão, garantindo igualdade política, equidade social, diversidade cultural e desenvolvimento sustentável. Desta forma, as oficinas foram conduzidas em um esquema metodológico ação-reflexão-ação. Para a execução das ações foram utilizados pressupostos básicos de intervenção com os diferentes públicos.

No que tange o trabalho com o adolescente, o processo baseou-se na participação deste como protagonista e sujeito, desenvolvendo sua capacidade para assumir direitos e responsabilidades (decidir) como membro consciente de um grupo, de uma comunidade. Somente participando, envolvendo-se, investigando,

¹Assistente Social, mestre em Demandas de Políticas Sociais pela PUCRS, pesquisadora sobre o tema violência familiar, Caxias do Sul RS.

²Assistente Social.

fazendo perguntas e buscando respostas, problematizando e problematizando-se é que se chega realmente ao conhecimento. Deu-se ênfase ao diálogo, à interação, à reflexão, problematizando dados, informações (conteúdos), respondendo as necessidades e inquietudes por parte do grupo.

O papel da família é fundamental para colher os resultados no trabalho com adolescentes. Desta forma, estimulou-se a construção de um ambiente familiar saudável, acolhedor, solidário, possibilitando aos familiares o entendimento das diversas problemáticas que afligem o jovem (sexualidade, crises, perdas e lutos, drogadição, consumismo exarcebado, movimentos que se identificam, entre outros) e na busca e construção da adultez (rituais de passagem).

Em relação à interação do jovem na sociedade, o movimento de cultura de paz deve ser construindo coletivamente, pois “ninguém se educa sozinho, não se faz revolução sozinho, mas sim através da experiência compartilhada, da inter-relação com os demais”, o que exalta os valores solidários e a capacidade criativa de todo indivíduo.

Na realidade, o principal objetivo é fazer pensar sobre todos os determinantes que geram a violência. Mas este pensar (transformador) deve levar pessoas e grupos a agirem, a transformarem uma realidade, a construir um município saudável, com maior qualidade de vida e de inclusão social.

Com esse entendimento foram desenvolvidas oficinas no intuito de concretizar os objetivos propostos. Durante as atividades procurou-se valorizar a vida em todas as suas expressões; preservação e cuidados com a própria vida e com a do outro; preservação e cuidados com o meio ambiente; luta pela qualidade de vida apesar do contexto adverso (e, muitas vezes, excludente); importância do pertencimento como condição para inserção social; possibilidade de ser/estar acolhido; compartilhamento de valores; ser aceito e ter referências construtivas de reinserção na escola e na sociedade; articulação entre a dimensão individual e social do sujeito; contextualização das práticas sociais e individuais; questionamento da perspectiva individualista de realização pessoal.

Para implementar o “pensar pedagógico” foram adotadas algumas estratégias metodológicas: reunião em rede; conhecimento do público-alvo; planejamento das ações com jovens, comunidade escolar e CRAS Leste; readequação do projeto a partir dos anseios dos jovens; contratação dos oficinairos; reuniões sistemática com oficinairos e profissionais envolvidos no projeto e; acompanhamento dos jovens e suas famílias.

No intuito de trabalhar a importância da coletividade e o respeito pelo colega, os adolescentes foram a um camping no interior da cidade. Na oportunidade foram realizadas atividades como: trabalho em equipe, jogos cooperativos, diálogos reflexivos, bem como divisão de tarefas.

Dentre os objetivos propostos está o atendimento sociofamiliar. Esta ação teve como objetivo compreender os adolescentes

Em relação à interação do jovem na sociedade, o movimento de cultura de paz deve ser construindo coletivamente, pois “ninguém se educa sozinho, não se faz revolução sozinho, mas sim através da experiência compartilhada, da inter-relação com os demais”

nas suas particularidades. Buscou-se conhecer seu modo e condição de vida. Para isso, aconteceram visitas domiciliares, bem como entrevistas com os familiares. Após o contato com sua realidade estabeleceu-se um vínculo e, assim, após o diagnóstico inicial, efetivamos algumas ações, como: inclusão de adolescentes em cursos profissionalizantes, profissionalização de chefes de família e inclusão no mercado formal de trabalho e atividades de forma associativista para ampliar o rendimento mensal.

Os resultados deste projeto foram disseminados por meio dos meios de comunicação, jornais e TV local, através de relatórios ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e entidades parceiras.

Assim, as famílias não devem ser penalizadas, mas sim olhadas diante de uma totalidade, entendendo, e, ao mesmo tempo, respeitando sua cultura, religião, sentimentos, formas de sobrevivência e, muitas vezes, de resistência à mudança.

Outro ganho na execução deste projeto foi a constituição do trabalho em rede, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade no olhar para esses adolescentes e suas famílias. A reflexão sobre os multifacéticos ângulos do processo de adolecer, o papel do adolescente, da família, da escola e das políticas públicas no processo de inclusão e reinserção social desses jovens desbravadores de sonhos tem sido um aprendizado constante para os oficinairos, técnicos e professores. 📖

REFERÊNCIAS

- AMARO, Sarita. Visita Domiciliar: Guia para uma Abordagem Complexa. Porto Alegre: AEG, 2003.
- FALEIROS, V. P. Inclusão social e cidadania. Brasília, 17 de jul. de 2006. Palestra proferida na 32ND Internacional Conference on Social Welfare ICSW32.
- GUIMARÃES, Marcelo R. Aprender a educar para a paz. Porto Alegre. Educapaz, 2003.
- JUNIOR, Norton Cezar Dall Follo da Rosa. Adolescência e violência: direção do tratamento psicanalítico com adolescentes em conflito com a lei. Dissertação de Mestrado apresentado a Universidade Federal do RGS. Porto Alegre, 2006.

MICRODOAÇÕES: ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA ORGANIZAÇÕES

*Por Ana Paula Leal Loureiro da Silva**

Nas últimas décadas, foi marcante o crescimento e o fortalecimento da sociedade civil organizada, especialmente pelos movimentos sociais e organizações do Terceiro Setor, que compõe um novo espaço de interlocução entre o Estado e a Sociedade, atuando na defesa e na promoção da questão urbana, do meio ambiente e das políticas sociais.

Atualmente, a maioria dessas organizações percebeu a importância de uma gestão eficaz, pois passaram a observar que não iriam sobreviver apenas da boa vontade de poucos, mas sim, com formas de gestão voltadas a resultados, com definições de visão, missão, valores, desenvolvimento de lideranças, foco nas pessoas, no negócio e na busca pela sustentabilidade.

Logo, para atingir uma gestão eficaz em busca da sustentabilidade, essas organizações necessitam de gestores, e estes precisam de uma equipe que possua competências para a gestão do negócio organizacional. Porém, grande parte dessas organizações não possui capital disponível para a remuneração desses profissionais, direcionando o recurso disponível para outros fins.

A busca pela sustentabilidade econômica gerou uma espécie de “epidemia” pela profissionalização das organizações do Terceiro Setor, as quais passaram a utilizar instrumentos e técnicas oriundos do mercado e do Estado, nem sempre adaptáveis à essência destas organizações. O conceito de sustentabilidade tem sofrido diferentes abordagens. Inicialmente, a sustentabilidade era visualizada pelo aspecto econômico. Porém, novas esferas têm sido incorporadas a ele, como a ambiental, social, política, cultural, territorial, político nacional e político internacional, tornando o termo mais abrangente.

Apesar de reconhecermos a multidimensionalidade da sustentabilidade, o presente artigo trata apenas da dimensão financeira, ou seja, de seu aspecto mais tradicional. O foco de análise foi restrito, uma vez que acreditamos ser o fator econômico uma das grandes preocupações das organizações do Terceiro Setor.

A preocupação com a sustentabilidade financeira tem afetado os mais variados segmentos de organizações pertencentes ao a este setor, desde as mais tradicionais, como as

filantrópicas, até as mais contemporâneas, como as OSCIPs. Como atravessar esta turbulenta tempestade sem deixar a peteca cair é uma das questões enfrentadas pelos gestores e militantes do Terceiro Setor, que buscam conhecer e desenvolver todas as possibilidades de obtenção de recursos, para tê-los em volume suficiente e de forma continuada, sem gerar dependência ou subordinação a nenhuma fonte individual de financiamento.

A diversificação e a ampliação das fontes de recursos é um grande desafio para as organizações, pois os financiadores geralmente são os mesmos, o que limita esta prática. Para não fechar as portas tem-se constatado que grande parte das instituições do Terceiro Setor tem utilizado táticas e estratégias, muitas vezes advindas do setor governamental e empresarial, para se profissionalizarem e se tornarem mais “competitivas”.

Com o intuito de contribuir com a reflexão sobre processos e procedimentos utilizados na busca da sustentabilidade financeira, o presente estudo buscou descrever e divulgar uma ideia que cresce e começa a aparecer na sociedade: as microdoações.

DOAÇÕES PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Existem diversas estratégias para uma organização do Terceiro Setor captar recursos em busca da sustentabilidade. Vender produtos, organizar eventos, produzir materiais firmando contratos de prestação de serviços, buscando doações e parcerias com possibilidade de dedução do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, patrocínios, subvenções e auxílios.

O processo de doação é um contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para outras, conforme dispõe o artigo 538 Código Civil. Este contrato é: unilateral, gratuito, consensual e solene.

A doação pode ser:

- pura: consistindo em mero benefício do donatário, sem qualquer contrapartida;
- remuneratória: feita com o propósito de pagar um serviço prestado pelo donatário, que não o exigiu;

*Resumo do trabalho final no curso sobre Sustentabilidade em Organizações Sociais, na FAPCOM – Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, 2013.

- com encargo: impondo-se ao donatário uma contraprestação que ele deve cumprir e da qual resulta uma vantagem para o doador ou para um terceiro.

O QUE SÃO MICRODOAÇÕES - O PODER DO MICRO EM UM UNIVERSO MACRO (MOVIMENTO ARREDONDAR)

Conceito difuso e muito desenhado por organizações e grupos que o praticam. As microdoações são pequenas doações feitas por pessoa física em prol de uma causa ou diversas causas sociais. A ideia central é o baixo impacto no bolso do doador e o grande efeito da doação pelo poder da massa doadora.

Segundo o Movimento Arredondar, a Microdoação é uma tendência no mundo. É possível principalmente por causa da tecnologia que permite arrecadar, controlar, distribuir e facilitar a adesão a movimentos de grande alcance. A proposta, para ter o devido impacto planejado, deve conter como principal meta a conexão do maior número possível de doadores, sendo necessário o estabelecimento de redes e parceiros, além de ter como seu proponente uma organização com devido reconhecimento na sociedade.

O planejamento da microdoação também deve ser pensando para que seja amplo, rápido, fácil, de preferência informatizado, eficiente, transparente e que divulgue fortemente o impacto da ação.

RESULTADOS DA PESQUISA: MODELO DE MICRODOAÇÕES ENCONTRADOS NO BRASIL

Caso analisado - Movimento Arredondar

O Movimento Arredondar tem como objetivo transformar a cultura de doação em “uma forma nova, simples e verdadeira”.

A ideia do movimento não é obter grandes quantias de um único doador, apenas os centavos que sobram no total das compras que o consumidor nem percebe: “esses centavos podem ter um valor incrível quando somados aos centavos de outras pessoas”.

A proposta foca em não dificultar e nem interferir nos hábitos dos doadores. O aceite está em dizer “eu quero arredondar” nos lugares onde o movimento está presente e nos momentos em que o doador achar prudente.

A doação vai se somar a todas as outras para ter um destino único: contribuir com quem trabalha pelos 8 Objetivos do Milênio da ONU. O desejo do grupo é contribuir para que muitas pessoas sintam que não estão sozinhas, mas que há milhares de pessoas agindo por elas, numa loja ou site de compras, e em tantos lugares onde querem disseminar o movimento.

Como funciona a microdoação no Movimento Arredondar?

O Movimento Arredondar funciona quando o consumidor arredonda o valor da sua conta nos locais, empresas parceiras, previamente credenciadas, que aceitam arredondar o valor das compras.

DIVERSIFICANDO FONTES

A possibilidade de mais de uma estratégia de captação com foco em pequenas contribuições torna possível a colaboração e a participação de mais pessoas que querem ajudar, porém, acreditam que o que podem oferecer é pouco para gerar impacto. A mobilização em massa é o ponto principal desta ideia.

O efeito das microdoações para as organizações do Terceiro Setor podem garantir a sustentabilidade e proporcionar a realização de diversos projetos. 📌



DOS CÉUS DE PRATA AOS PALÁCIOS DO PLANALTO

*Por David Wilson Palácio da Silva**

DAS PRISÕES AO AR LIVRE

Se há coisas que precisamos conhecer para voar, nada como conhecer a bela esplanada, com todas as suas retas sem curvas, incentivando grandes decolagens num céu de vistas panorâmicas; no centro de grandes sonhos, do maior sonho, que com o suor de um povo sofrido, já pode ser construído.

Se há coisas que precisamos sentir, nada como sentir as vibrações do grande planalto, que cintila faiscante nos corações de um grande povo, aspirando bater sereno numa singela harmonia sorridente a fim de esquecer todas as cicatrizes que nobres e plebeus já puderam lhe causar.

Se há coisas que precisamos ver, nada como ver um panorâmico firmamento que, como num sonho mau, anuviou-se, crepitando

cinza fúnebre por toda a sua límpida formosura, pela fumaça de suspeitos doutos, pela escuridão de negras almas.

Precisamos saber da esperança que a cidade arquitetada nos projeta através do lábaro reinante impávido no estandarte, e na praça tríade lembrar que “não devemos temer nenhuma falange que nos apresenta a face hostil”, que nos está a zombar à capital do nosso Brasil.

E nessa experiência quero ir além das possibilidades, absorver todas as coisas e filtrar todas as ondas; e, como disse Pagu, “Quero ir bem alto. Bem alto numa sensação de saborosa superioridade. É que do outro lado do muro tem uma coisa que eu quero espisar”.

UM TERÇO DE ODE DE GRAÇAS

*Aéreo é o plano de ser grande
Aéreo é o plano de chegar longe
E em poucas linhas escrevemos
Um parágrafo do que desejamos
Subindo e indo além, bem alto
Conquistar Brasília num salto
Para que nossa voz seja ouvida
E com nossa missão cumprida
Comunicar para ir além do que se vê
Buscar ser a excelência que há em você
Amar aquilo que se propôs a fazer
Apoiar a todos para com todos crescer
Se assim herdamos essa missão
Da Paulus e da FAPCOM, como não
Seguindo as mãos que nos guia à liberdade
Formar opinião para libertar a sociedade.*

VOO NAS ASAS DA PÁTRIA

*Éramos trinta sonhos
Anseios, cortejos, desejos
Entre palácios e prédios
Sob um céu azul risonho
Nas asas de um voo esplêndido
Planejamos novos caminhos
Alçando em ventos faceiros
Enxergamos bravos destinos
Nos três poderes cruzados
Como piras sentimos arder
No coração o fogo da pátria
Na torre de TV da cidade
Contemplando o anoitecer
Despedimo-nos em revoadada*

A MAGIA QUE ACONTECE ENTRE OS CORREDORES DOS PLENÁRIOS

Conforme programado em reunião de pauta da viagem à Brasília, no dia 5 de maio de 2015 visitamos a Comissão permanente de Direitos humanos e Minorias no anexo II da Câmara dos deputados federais. Recebidos pela assessoria da comissão, na própria secretaria da CDHM, a proposta da conversa nos foi “aproximar” da rotina dinâmica e interativa que existe na câmara dos deputados e em menos de dez minutos vimos um reflexo prático disso: tivemos que sair da sala de reunião para que alguns deputados tivessem uma reunião na secretaria!

Passamos então a “circular” entre os plenários da câmara a fim de entender mais sobre essa dinâmica e ver de perto as pautas discutidas naquele dia. O corredor dos plenários estava cheio de assessores, deputados, membros de organizações da sociedade, sindicatos, alguns manifestantes, alunos, tanta gente que mal dava para pararmos em qualquer lugar para conversar.

Sobre as audiências públicas, aprendemos que lá são discutidos grandes temas relevantes na sociedade atual, como a crise hídrica e a educação. Integram essas audiências parlamentares, grupos/associações e membros da sociedade civil a fim de propor projetos, fiscalizar atividades das organizações públicas e privadas como mecanismos de controle dos programas e projetos executados ou em execução e principalmente discutir novas propostas que compõe a pauta dos novos possíveis projetos de leis a serem votados pelo plenário da câmara.

Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, ela nos disse que são instauradas a fim de investigar fatos de extrema importância para a sociedade, que em alguns casos elas possuem um poder equiparado ao do judiciário para instaurar inquéritos, requerer

audiências e intimar pessoas para prestar depoimentos, e que essas CPI's geralmente têm prazo para terminar. Algumas CPI's discutem assuntos sigilosos e, por isso, não são abertas ao público.

Perguntamos como são propostas essas agendas para as discussões e nos foi explicado que são escolhidas pelos presidentes das comissões, geralmente por meio de acordos com os demais deputados integrantes. Alertando-nos da importância de ser presidente da comissão. Acrescentou ainda que quanto mais estes forem próximos da sociedade civil, mais efetivos, relevantes são os temas pautados nas comissões e audiências públicas.

Perguntamos sobre o a que ela se referia por agendas, e a resposta foi categórica em nos dizer: todo e qualquer assunto, pauta, que pode ser discutida na câmara.

Perguntamos também como são trazidas essas pautas para serem discutidas, se são definidas pelos parlamentares, se são temas da mídia ou se partem da sociedade. Nos foi dito que são trazidas de todos esses modos, mas principalmente são temas que vêm da sociedade civil através de diversos meios de comunicação com a Câmara, com os deputados e com as próprias comissões. Por isso precisamos nos aproximar dos deputados, pois estes são os representantes do povo e é necessário que nós os pressionemos, exijamos e acompanhemos de perto nossos deputados para que eles representem efetivamente a vontade da população.

Durante nosso passeio pelos plenários, a CPI da “Violência contra Jovens Negros e Pobres” nos chamou atenção e insistiram para que assistíssemos à sessão, assim voltamos depois da conversa para acompanhar um trecho da sessão. Entramos no momento em que era aberta a votação para a convocação do jornalista Marcelo Godoy, o autor do livro “Na casa da Vovó”. 📖

■ *Aluno do 2º semestre do curso de Filosofia da FAPCOM.

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito>

<http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1331239.htm>

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/conheca-a-comissao/membros>

#

CAPA



REMUNERAR OU NÃO REMUNERAR? EIS A QUESTÃO

DÚVIDA FREQUENTE NO DIA A DIA DE ASSOCIAÇÕES E DE FUNDAÇÕES, A REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES É, AO MESMO TEMPO, SIMPLES DE SER ENTENDIDA E CERCADA DE MITOS

Uma dúvida comum às entidades do Terceiro Setor refere-se à remuneração de dirigentes: afinal, é permitido ou não pagar pelo serviço de seus diretores? Embora o tema seja muito debatido, ainda há uma série de informações incorretas circulando por aí.

Para começar, é preciso entender que a questão da proibição da remuneração de dirigentes teve origem nas legislações administrativas e tributárias aplicáveis às instituições sem fins lucrativos que pretendiam obter determinados regimes jurídicos especiais. “Essas leis proibiam a existência de diretores remunerados em seu quadro de colaboradores como condicionante à obtenção de um título, como o de Utilidade Pública Federal (UPF), ou algumas isenções fiscais – que não devem ser confundidas com imunidades tributárias, pois elas são reguladas pela Constituição da República e pelo Código Tributário Nacional, que vedam a distribuição de lucros, mas nada dizem sobre a questão da remuneração de dirigentes. Nesse sentido, a instituição que optasse por adotar profissionais remunerados em sua direção não alcançaria esses benefícios legais condicionados, porém isso não quer dizer que ela estivesse ilegal ou não pudesse funcionar”, explica Renato Dolabella, diretor jurídico da Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado (Fundamig) e presidente da Comissão de Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais (OAB-MG).

Assim, atualmente a remuneração de dirigentes e de diretores encontra-se positivada em legislação federal, de modo que não haja risco às entidades desde que alguns aspectos sejam observados.

Como reforça a advogada do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados, coordenadora do Núcleo Terceiro Setor, Renata Lima: “Não há motivo plausível para se proibir ou restringir a remuneração de dirigentes, desde que atendidos os requisitos das leis que permitem essa ação. Não entendo porque este trabalhador/dirigente possa ter restringido o seu direito à remuneração pelos serviços que presta, afinal, todos os demais trabalhadores recebem pelo resultado de seu trabalho”, pontua.



A distribuição de lucros sempre foi vedada em razão da ausência de finalidade lucrativa por parte das entidades

Renato Dolabella

Diretor jurídico da Fundamig e presidente da Comissão de Terceiro Setor da OAB-MG

REMUNERAÇÃO NÃO É DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO

Para facilitar a compreensão, é importante explicar o que diferencia a “remuneração” da “distribuição de lucro”.

Remuneração é um pagamento efetuado após a realização de serviços prestados em prol da entidade no exercício de um determinado cargo. Em outras palavras, é o salário que o dirigente recebe ao final do mês trabalhado. “Remuneração é o resultado materializado em forma de pecúnia por um trabalho prestado, ou seja, o dirigente estatutário ou não estatutário receberá uma determinada quantia pelo seu labor, pelas horas dedicadas em prol do desenvolvimento e crescimento de determinada entidade”, explica Renata Lima.

Já a distribuição de lucro é a divisão de excedentes financeiros (lucro) sem que haja a realização de qualquer trabalho. Esse pagamento é feito meramente em função da posição que a pessoa detém dentro da entidade, porém sem que nenhum serviço tenha sido prestado.

A partir desses conceitos, é possível perceber que a legislação de Terceiro Setor no Brasil nunca proibiu a remuneração dos dirigentes em termos absolutos. “No entanto, a distribuição de lucros sempre foi vedada em razão da ausência de finalidade lucrativa por parte das entidades. Contudo, isso não quer dizer que essa proibição se estendesse à remuneração de dirigentes, por se tratarem de situações distintas”, conclui Dolabella.



Remuneração de dirigentes
(salário e/ou pagamento por serviço prestado)



Distribuição de lucro
(pagamento sem prestação de serviço e/ou divisão de lucros)

ENTENDENDO A LEGISLAÇÃO

Em 28 de julho de 2015 foi publicada a Lei nº 13.151, que alterou as Leis nº 12.101/2009 (Lei do Cebas), nº 91/1935 (Lei do Título de Utilidade Pública Federal) e nº 9.532/1997. A partir de agora, em princípio, não há proibição para que uma instituição sem fins lucrativos remunere seus dirigentes, desde que esse pagamento não se caracterize como distribuição de lucros.

O que mudou em relação à Lei nº 9.532/1997?

A nova lei promoveu alterações na redação do artigo 12, parágrafo 2º, da lei nº 9.532/1997, que proibia a remuneração de dirigentes de entidades sem fins lucrativos para que estas pudessem gozar dos benefícios da imunidade e de isenção tributárias. A nova redação excluiu a restrição à remuneração de dirigentes para as associações assistenciais e as fundações, e a autorizou para aqueles que atuam efetivamente na gestão executiva.

O que mudou em relação à Lei nº 12.101/2013?

Até 2013, as entidades de assistência social que pretendessem obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) junto aos Ministérios da Educação e Cultura (MEC), da Saúde (MS), e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estavam expressamente proibidas de remunerar seus dirigentes, nos termos da Lei nº 12.101/2009.

Com a nova redação trazida pela Lei nº 13.151/2015, as associações assistenciais e as fundações portadoras de Cebas também poderão pagar seus dirigentes a valor de mercado – tanto os dirigentes estatutários (atentando ao limite de até 70% do valor da remuneração dos servidores do Poder Executivo Federal e o teto global de cinco vezes esse limite, aplicável à soma de todos os valores pagos a título de remuneração de dirigentes estatutários), quanto aqueles contratados sob a Consolidação das Leis do Trabalho podem receber remuneração sem prejuízo ao Cebas da instituição, desde que observados os requisitos exigidos pela lei, como ausência de grau de parentesco

entre dirigentes remunerados e pessoas vinculadas à instituição, limite máximo de remuneração coletiva aos dirigentes, entre outros.

“A partir da Lei nº 13.151/2015, agregaram-se àqueles requisitos: limite de remuneração a valor de mercado na região correspondente à área de atuação da instituição; valor da remuneração fixado pelo órgão de deliberação superior da instituição (Assembleia Geral para as associações e Conselho Curador para as fundações, no mais das vezes), formalizado em ata; e comunicação ao Ministério Público no caso das fundações”, elucida o advogado e presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR), Leandro Marins de Souza.

A legislação prevê ainda a possibilidade de remuneração de dirigentes não estatutários com vínculo empregatício. Neste caso, os poderes de representação não estão previstos em estatuto, mas sim em um documento à parte, como uma procuração.

O QUE MUDOU EM RELAÇÃO À LEI Nº 91/1035?

A nova legislação também trouxe alterações à Lei nº 91/1035, que tratava da declaração das entidades como de Utilidade Pública Federal (UPF), única legislação federal que ainda vedava a remuneração de dirigentes, mesmo após o advento da Lei nº 12.868/2013, que passou a permitir que entidades detentoras do Cebas remunerassem seus dirigentes. Agora, as associações assistenciais e as fundações que possuem a titulação de UPF podem pagar os dirigentes que atuam efetivamente na gestão executiva, respeitados os limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação. Contudo, a nova lei não esclarece o que se entende por “associações assistenciais”, fato que pode gerar dúvidas entre as entidades do Terceiro Setor e os órgãos públicos.

A partir da Lei nº 12.868/2013, as mesmas permissões dadas às entidades detentoras do Cebas passaram a beneficiar as instituições isentas ou imunes do IRPJ e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) nos termos da Lei nº 9.532/1997. As instituições sem fins lucrativos que se enquadram nos requisitos dos artigos

Remuneração → pagamento efetuado após a realização de serviços prestados em prol da entidade no exercício de um determinado cargo.

Distribuição de lucro → divisão de excedentes financeiros sem que haja a prestação de serviços. Pagamento feito meramente em função da posição que a pessoa detém dentro da entidade.

Diferenças entre dirigentes para fins de remuneração

Dirigente estatutário	<i>Aquele cuja função é estabelecida no estatuto social da organização, com seus poderes e seus deveres nele instituídos. Faz parte do poder principal (presidência ou diretoria), com poder de decisão. Seus requisitos são personalidade, autonomia, receber pró labore (ou não) e não possuir vínculo empregatício com a organização.</i>
Dirigente não estatutário	<i>Aquele que pode fazer parte do segundo escalão de poder; é empregado da organização em regime CLT.</i>
Dirigente estatutário ou não estatutário no exercício de sua profissão	<i>Aquele que, além do seu cargo na entidade, também presta serviço à mesma e recebe remuneração por sua atividade profissional – desde que não exista incompatibilidade de horários.</i>



Na análise da situação específica de cada organização, no entanto, deverão ser levados em conta diversos fatores antes de se decidir pela instauração do regime de remuneração de dirigentes

Leandro Marins de Souza

Advogado e presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-PR

12 e 15 da Lei nº 9.532, com as alterações da Lei nº 12.868/2013 e, agora, da Lei nº 13.151/2015, continuam isentas ou imunes mesmo que seus dirigentes sejam remunerados.

“Com essas mudanças, as principais normas aplicáveis ao Terceiro Setor que ainda vedam a remuneração de dirigentes são as referentes à obtenção dos títulos de Utilidade Pública. Contudo, é importante que essas leis também venham a ser alteradas, pois a profissionalização da direção das organizações não governamentais é um passo fundamental para aumentar a eficiência de seu trabalho social”, pontua o advogado Renato Dolabella.

CONFIGURAÇÕES JURÍDICAS DE ONGS QUE PERMITEM A REMUNERAÇÃO

Hoje, observados os limites impostos pela Lei nº 13.151/2015, é permitida a remuneração de dirigentes de instituições sem fins lucrativos sem que haja prejuízo à isenção ou à imunidade do IRPJ e da CSLL.

“Na análise da situação específica de cada organização, no entanto, deverão ser levados em conta diversos fatores antes de se decidir pela instauração do regime de remuneração de dirigentes, como: o interesse ou não de obtenção de títulos de utilidade pública municipal e estadual, que continuam proibindo a remuneração; o interesse ou a necessidade de inscrição em Conselhos de Políticas Públicas, que continuam vedando a remuneração, entre outros”, adverte o advogado Leandro Marins de Souza.

QUEM PODE SER REMUNERADO

Quando se opta pela adoção do regime de remuneração, alguns cuidados devem ser levados em conta. Segundo Souza, essa possibilidade de remuneração para o dirigente deve ser analisada de acordo com a realidade de cada organização. Também é importante destacar que a responsabilidade do gestor quanto à remuneração não se exime e, ao assumir o comando da entidade, ele deve ser conhecedor da legislação vigente.



Limites para remuneração

“Para as entidades detentoras do Cebas, há um limite financeiro estabelecido em lei, que é de 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal. Em outras palavras, o dirigente estatutário deve ter remuneração inferior à R\$ 23.634,10. Há ainda um limite para a remuneração da Diretoria; o total pago a todos os dirigentes deve ser inferior a cinco vezes o limite individual, ou seja, toda a remuneração não pode ultrapassar o valor de R\$ 118.170,50. É importante ressaltar que esses valores são válidos para o exercício de 2015”, diz a advogada e contadora Renata Lima.



Lei nº 13.151, de 28 de julho de 2015

Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935; e o art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes; e dá outras providências.

(...)

Art. 1º O parágrafo único do art. 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins de:

- I – assistência social;
- II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III – educação;
- IV – saúde;
- V – segurança alimentar e nutricional;
- VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos;
- IX – atividades religiosas; e
- X – (VETADO).” (NR)

Art. 2º O § 1º do art. 66 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66...

§ 1º Se funcionarem no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. ...” (NR)

Art. 3º O inciso III do art. 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 67...

III – seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.” (NR)

Art. 4º A alínea a do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12...

§ 2º...

a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; ...” (NR)

Art. 5º A alínea c do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações.” (NR)

Art. 6º O inciso I do art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. ...

I – não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; ...” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A entrada em vigor da Lei nº 13.151/2015 passou a permitir a remuneração dos dirigentes das fundações e associações assistenciais desde que:

- atuem na gestão executiva;
- a remuneração respeite o limite máximo dos valores praticados na região de atuação;
- o valor da remuneração seja estipulado pelo órgão superior da entidade e lavrado em ata; e

- em caso de fundação, desde que haja a devida comunicação ao Ministério Público.

De acordo com os advogados, fica agora o desafio de compreender as alterações trazidas pela nova legislação e seus impactos sobre cada instituição, bem como entender o processo de adaptação da parcela da legislação do Terceiro Setor que ainda proíbe a remuneração de dirigentes, para fins de adequação à legislação federal que passa a acolher a permissão de remuneração para todos os regimes jurídicos. 📌

CAROL NÃO PODE VER.

ELA CONTA COM VOCÊ PARA ENCONTRAR
O CAMINHO DE UMA VIDA INDEPENDENTE.



ENVIE AGORA MESMO UM SMS

#AJUDEACAROL

PARA 28908

É GRÁTIS!

A Fundação Dorina realiza mais
de 20.000 atendimentos por ano
a pessoas com deficiência visual.
Sua ajuda faz toda a diferença
na vida dessas pessoas.



FUNDAÇÃO
**DORINA
NOWILL**
PARA CEGOS



CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

Impactos nos resultados de organizações sem fins lucrativos

Por Marcio Zeppelini e Thais Iannarelli

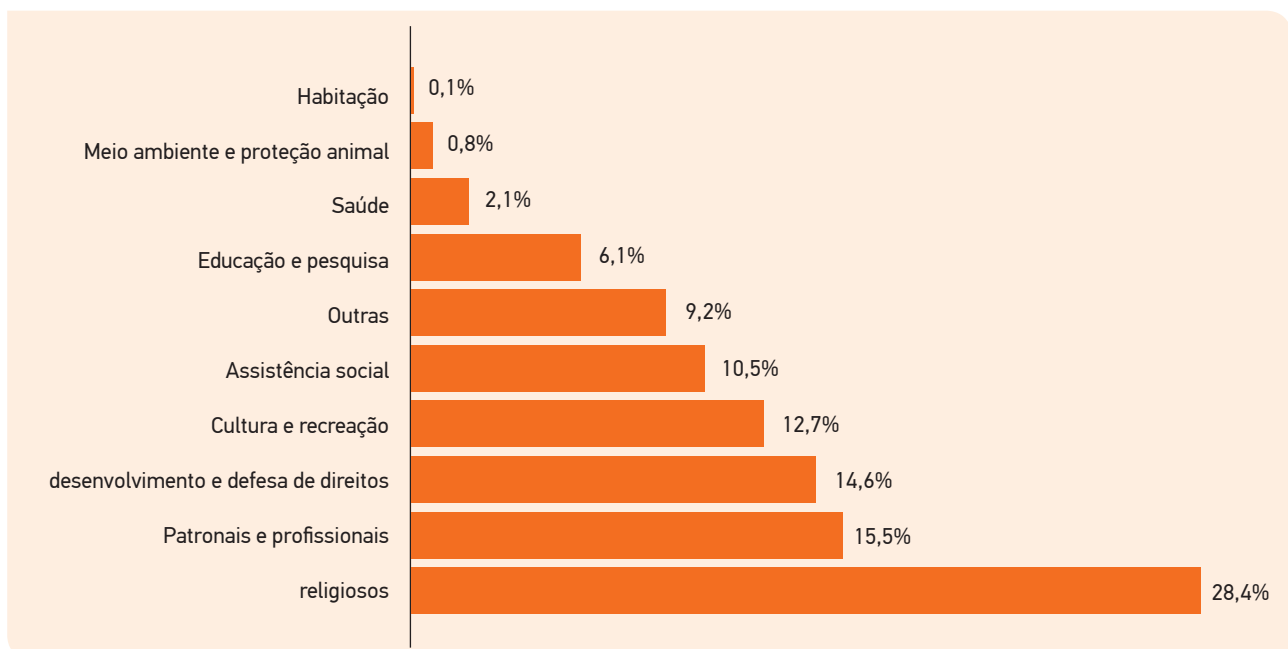
O cenário das organizações sociais no Brasil tem se tornado cada vez mais abrangente, tanto em termos geográficos quanto em relação às áreas de trabalho. Segundo a mais recente edição da pesquisa Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil), realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia no Brasil 556,8 mil entidades sem fins lucrativos, das quais 290,7 mil eram fundações privadas e associações sem fins lucrativos. Nelas, estavam registradas como trabalhadoras assalariadas 2,1 milhões de pessoas, representando 23,0% do total dos empregados na administração pública naquele período, e 73,5% do total do emprego formal no universo total de entidades sem fins lucrativos (556,8 mil).

Para avaliar este cenário e o impacto da gestão profissional nas organizações, o Instituto Filantropia realizou uma pesquisa com mais de 30 mil pessoas e os resultados demonstraram que o investimento em capacitação, de fato, afeta a atuação das organizações. Confira mais detalhes!

O trabalho realizado por essas instituições impacta diretamente os indicadores de desenvolvimento no País, pois suas ações, muitas vezes postas em prática por meio de parcerias com governo e iniciativa privada, ajudam a alterar as realidades dos locais de atuação.

Em países desenvolvidos, o trabalho já está consolidado e sua gestão é similar àquela realizada por empresas idôneas do Segundo Setor, que visam à eficiência das ações, porém com o lucro das atividades sendo revertido em investimentos para a própria causa. O impacto do Terceiro Setor na economia norte-americana é grande: em 2009 havia mais de 1,9 milhão de organizações naquele país, contabilizando 70 milhões de trabalhadores remunerados e voluntários. A mão de obra empregada e remunerada nesse segmento (13,5 milhões de pessoas) fica atrás somente do varejo e da indústria. Contudo, no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, esse caminho ainda está sendo trilhado e a percepção das instituições quanto às necessidades de capacitação de seus profissionais e voluntários já se torna mais evidente.

GRÁFICO 1 – FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS (BRASIL, 2010)



LEVANTAMENTO DO SETOR

Em fevereiro de 2015, o Instituto Filantropia fez uma pesquisa quantitativa*, composta por 14 perguntas de múltipla escolha e duas perguntas abertas, enviada por comunicação eletrônica a uma base de 36.380 pessoas envolvidas com organizações do Terceiro Setor no Brasil nas áreas de educação, assistência social, meio ambiente, saúde, gestão, direitos humanos, arte e cultura, criança e adolescente, e outros. Todas as pessoas faziam parte do *mailing* do IF, atualizado periodicamente.

PESQUISA QUANTITATIVA (16 QUESTÕES) TOTAL: 223 RESPOSTAS

1. Quantos funcionários registrados têm sua ONG?
2. Quantos voluntários têm sua ONG?
3. Sua ONG investe em capacitação de Recursos Humanos?
4. Se sim, qual é a frequência, em média?
5. Qual é o valor investido na capacitação dos funcionários por ano, em média?
6. Quais são os profissionais que mais recebem capacitação?
7. Qual a quantidade de funcionários na sua ONG com: pós-doutorado, doutorado, pós-graduação, ensino superior completo, ensino superior incompleto, ensino médio, ensino fundamental e sem escolaridade?
8. Qual é a principal área de atuação da sua ONG?
9. Qual é o faturamento médio anual da sua organização?
10. Há quanto tempo existe a sua organização?
11. Qual das seguintes frases é mais apropriada à sua organização?
 - a) Trabalhamos muito, mas o impacto na sociedade ainda é pequeno.
 - b) Temos relativo impacto na causa em que trabalhamos, mas ainda é muito aquém do que planejamos.
 - c) Nosso impacto na sociedade é grande, mas ainda há muito o que crescer.
 - d) Nosso trabalho é bem focado e estamos atingindo 100% do que objetivamos.
12. Sua ONG faz planejamento estratégico anual?
13. Você acha que os treinamentos e capacitações realizados à sua equipe:
 - a) Não fizemos nenhuma capacitação.
 - b) Não adiantaram nada e estamos com os mesmos problemas.
 - c) Resolveram alguns problemas, mas ainda não encontramos solução para outros tantos.
 - d) A eficiência da equipe melhorou bastante nas áreas em que se investiu em capacitação.
 - e) Não há sucesso sem preparo. Não atuamos com equipe despreparada.
14. Depois de capacitar sua equipe, você sentiu que seu projeto conseguiu captar mais recursos e/ou parceiros?*
15. De 10 anos para cá, você sentiu avanço ou retrocesso na sua iniciativa social? Como a capacitação de equipes influenciou nesta trajetória?
16. Fale de conquistas (financeiras, materiais, parceiros etc.) após ter investido em capacitação para sua equipe.

FONTE: FASFIL, 2010.

Das 223 respostas recebidas, 44,4% indicaram atuar na área da assistência social; 35,0%, em educação; 28,7%, na área da criança e da adolescente; 22,4%, no campo da saúde; 17,5% eram do campo da arte e cultura; 14,3%, do meio ambiente; 12,1%, de direitos humanos; e 9,4% trabalhavam com gestão¹. Além disso, a maior parte das instituições respondentes está consolidada, com mais de 10 anos de atividade: 26,5% funcionam entre 11 e 20 anos, e 36,8%, há mais de 20 anos. Somente 3,1% existem há menos de um ano.

Ainda no universo total dos respondentes, 60,6% têm até 20 funcionários registrados; 14,3%, de 20 a 50 funcionários; 8,1%, de 50 a 100 funcionários; 12,1%, de 100 a 500 funcionários; e 5,4% têm mais de 500 funcionários.

Paralelamente, foi realizada uma segunda pesquisa, de caráter qualitativo, com apenas uma questão dissertativa, enviada por meio eletrônico a 131 profissionais nas diferentes áreas da gestão (professores e palestrantes especializados em captação de recursos, legislação, gestão, comunicação, voluntariado, auditoria, tecnologia, contabilidade, assessoramento e sustentabilidade). Destes, foram obtidas respostas de 35 profissionais.

PESQUISA QUALITATIVA (1 QUESTÃO) TOTAL: 35 RESPOSTAS

O que você acha – e qual é o grau de importância – de gestores sociais investirem em capacitação para suas equipes?

QUALIFICAÇÃO

Neste ano de 2015, o Brasil tem passado por uma forte crise econômica, fato que impacta diretamente na atuação das organizações privadas com e sem fins lucrativos. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e revisados em março, há um aumento significativo do risco da contração do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015. Da mesma forma, a elevação dos impostos e das tarifas públicas afetará a renda disponível, prejudicando a confiança de empresários e de consumidores devido ao ambiente de incertezas. A isso, soma-se ainda a crescente necessidade percebida pelas organizações do Terceiro Setor de contar com profissionais engajados, proativos e capacitados para enfrentar este cenário.

Acredita-se que o investimento em capacitação especializada gera processos de trabalho mais bem estruturados e melhora os resultados das organizações (impacto social, retorno financeiro para reinvestimento em projetos, melhoria no processo de gestão). Segundo dados da Fafil 2010, das 2,1 milhões de trabalhadores registrados no Terceiro Setor, apenas 33% possuíam nível superior, sendo esta participação relativamente constante

*Este estudo foi apresentado pelo Instituto Filantropia em evento realizado pela International Society for Third-Sector Research (ISTR), em Porto Rico, em agosto de 2015.



em todas as regiões do País, variando de 30,7%, no Norte, a 34,2%, no Sul.

Os profissionais do Terceiro Setor consultados na pesquisa qualitativa do IF fizeram colocações que demonstram a importância da capacitação para a atividade das instituições. Todas as respostas recebidas exaltaram a importância da capacitação de equipes e de voluntários para a realização de um trabalho mais eficiente nas organizações sem fins lucrativos. Algumas das respostas foram:

- “Acho de fundamental importância, pois a legislação muda frequentemente e, a cada capacitação, é possível enxergar novas possibilidades”.
- “O investimento em capacitação é primordial na medida em que se pretende profissionalizar o Terceiro Setor. A evolução da legislação tem caminhado para a remuneração de dirigentes, o que permitirá a existência de equipes capacitadas para desenvolver um novo conceito de gestão”.
- “Acho fundamental que as organizações sociais comecem a enxergar como a capacitação dos profissionais é um investimento certo para seu desenvolvimento e sustentabilidade.”
- “Fundamental, desde que exista um planejamento para isso. O investimento em capacitação para as equipes tem que ter o objetivo da formação do profissional, de criar um

repositório de conhecimento para a instituição. Não deve existir nenhuma capacitação sem que a mesma esteja atrelada aos objetivos e às metas das instituições dentro de um planejamento de educação corporativa, que contemple a continuidade e gestão do conhecimento”.

No Gráfico 2, apresentado a seguir, os entrevistados da pesquisa quantitativa corroboraram as observações feitas pelos participantes da pesquisa qualitativa: a maioria das respostas apontou para o planejamento no investimento de capacitação para os próximos três anos (17,0%) ou destacou investimentos já existentes (66,4%). Apenas 7,6% das instituições afirmaram não terem feito investimentos em capacitação e/ou não pretendem investir nos próximos três anos.

Em relação à frequência desses investimentos, foi observado que mais da metade das organizações sem fins lucrativos (56,5%) investe entre uma e quatro vezes ao ano em capacitações para sua equipe. Contudo, 23,8% não fazem esse tipo de investimento.

Em relação ao valor destinado a esse fim, o valor médio anual em capacitações foi de até R\$ 5.000 na maioria das instituições. O Gráfico 3 apresenta os detalhes de investimento das 223 instituições participantes.

GRÁFICO 2 – SUA ONG INVESTE EM CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS?

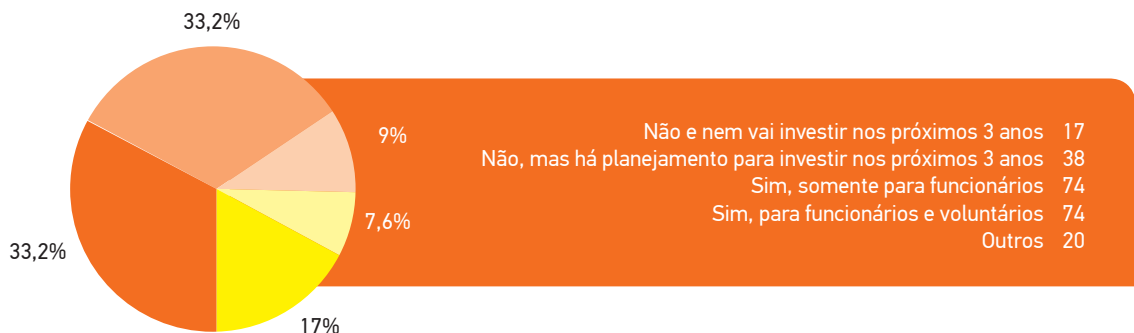
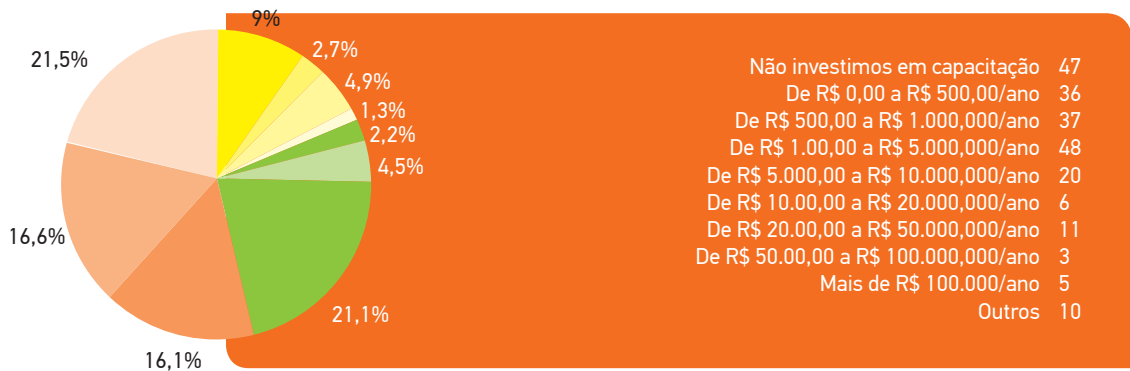


GRÁFICO 3 – QUAL É O VALOR INVESTIDO NA CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS POR ANO, EM MÉDIA?



Entre as organizações que investem pelo menos R\$ 5.000 por ano em capacitações, 85% perceberam os impactos positivos dessa ação. Além disso, demonstrou-se que após realizarem esses investimentos, 52,9% das organizações observaram melhorias na captação de recursos e de novos parceiros, e 10,8% notaram significativa melhora em sua atuação. Considerando o universo total dos entrevistados (223), 78,9% observaram evolução no desempenho de sua equipe.

Outro ponto importante abordado no estudo identificou que professores e educadores são os profissionais que mais recebem capacitação, bem como os gestores e os profissionais da área de recursos humanos (ambos com 35,4%), seguidos por captadores de recursos (30,5%) e assistentes sociais (26,9%). Já os que menos recebem capacitação são os contadores e advogados (6,7% cada).

Quando perguntados sobre o impacto de suas ações na sociedade, percebeu-se que apenas 5,8% considerou seu trabalho bem focado, atingindo 100% dos objetivos. A maioria dos entrevistados (45,3%), no entanto, analisou que o impacto é grande, porém ainda há muito a crescer. Da mesma forma, 29,6% apontaram ter obtido relativo impacto na causa, mas ainda muito abaixo do planejado. Os mais pessimistas (19,3%) consideraram que o impacto na sociedade foi pequeno, fato que demonstrou que as organizações já percebem a necessidade de capacitar-se para atingir mais adequadamente suas metas.

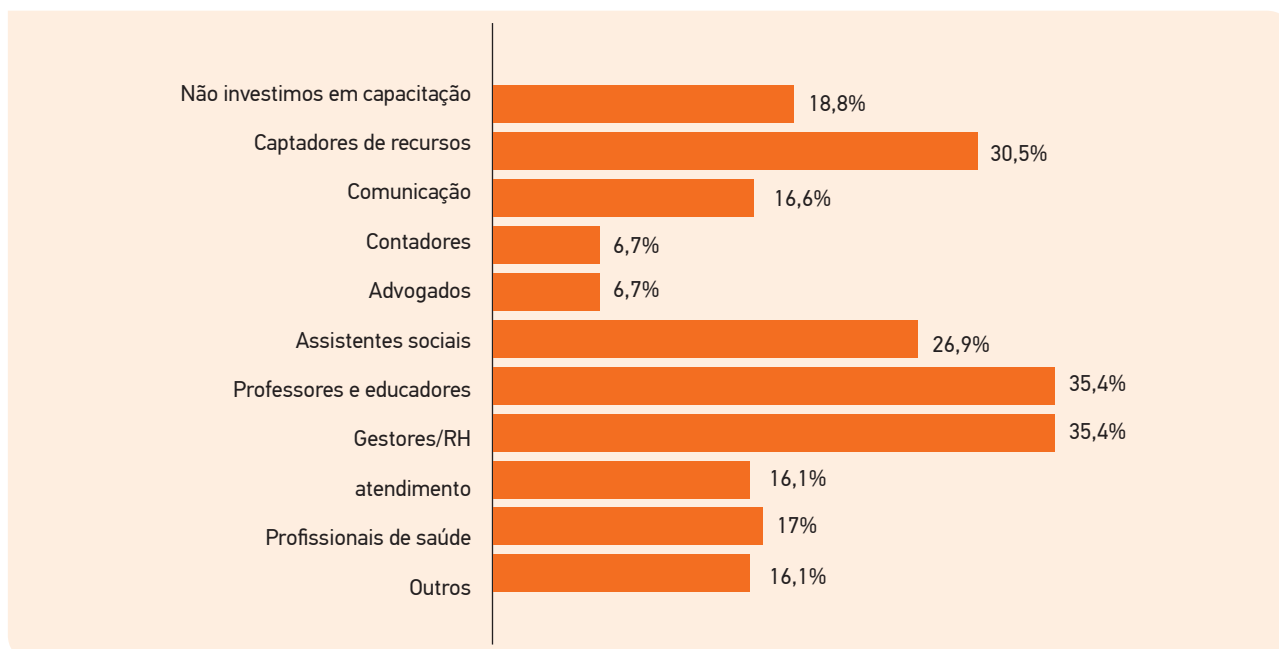
PERCEPÇÃO DOS RESULTADOS

Após o investimento em capacitação, 52,9% das ONGs consideraram que os resultados em termos de captação de recursos e de parceiros melhoraram um pouco, enquanto outros 10,8% consideraram que evoluíram muito, ou seja, mais da metade dos respondentes vislumbrou na capacitação uma ferramenta de melhoria na área de captação de recursos.

Ao fazer um recorte comparando o grupo de organizações que investem em capacitação para seus funcionários e/ou voluntários (Grupo A) e o grupo de organizações que não investem neste fim (Grupo B), notou-se que o Grupo A tem percepção de impacto social positivo bem maior (62,2%) do que o Grupo B (19,3%), conforme demonstrado na Tabela 1. Ao mesmo tempo, o Grupo B representa o maior número de respostas com impacto negativo – isto é, acreditam que sua instituição tem baixo ou nenhum impacto na sociedade (80,6% do Grupo B contra 37,8% do Grupo A). É interessante avaliar que 100% das organizações que investem mais de R\$ 50 mil/ano tiveram respostas positivas.

O resultado destas pesquisas demonstrou que, de fato, o grupo de organizações que investem em capacitação para seus funcionários e voluntários tem uma percepção maior do impacto social positivo de suas ações (62,2%) sem comparação ao grupo de instituições que não fazem tal investimento – 80,6% dos respondentes do Grupo B também acreditam que sua instituição

GRÁFICO 4 – PROFISSIONAIS QUE MAIS/MENOS RECEBEM CAPACITAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES





tem baixo ou nenhum impacto na sociedade, enquanto essa percepção é de 37,8% dos respondentes do Grupo A.

PLANO ESTRATÉGICO E FATURAMENTO

Pode-se perceber que o desenvolvimento e o cumprimento de um plano estratégico estão cada vez mais presentes no dia a dia das instituições que promovem capacitações e, conseqüentemente, estão mais preparadas para atuar de maneira organizada. No grupo de organizações que não realizam capacitações aos seus funcionários e/ou voluntários, somente 14,5% afirmaram que conseguem cumprir ao menos metade de seu planejamento

estratégico, em oposição a 85,5% que ressaltaram não conseguir cumprir o que foi planejado.

Em termos de faturamento médio anual das instituições participantes, 57,0% responderam ter receita de até R\$ 500 mil por ano, e a minoria dos respondentes (8,1%) tem receita superior a R\$ 10 milhões. Ao analisarmos o universo total da pesquisa, observamos que 64% dos participantes consideraram que, após o investimento em capacitação, seus projetos conseguiram captar mais recursos e parceiros. Ao fazer um recorte das ONGs que investem no mínimo R\$ 5.000 por ano em capacitações, 85% delas observaram os impactos positivos dessa ação. 📈

TABELA 1 – COMPARATIVO DAS RESPOSTAS COM PERCEPÇÃO POSITIVA E NEGATIVA ENTRE AS ONGS QUE INVESTEM EM CAPACITAÇÃO E AS QUE NÃO INVESTEM

Percepção de impacto	Qual das frases abaixo você considera mais apropriada à sua organização?	Universo total		GRUPO A (organizações que investem em capacitação)		GRUPO B (organizações que não investem em capacitação)	
Negativa	Trabalhamos muito, mas o impacto na sociedade ainda é pequeno.	43	19,3%	18	11,5%	25	40,3%
	Temos relativo impacto na causa que trabalhamos, mas ainda é muito aquém do que planejamos.	66	29,6%	41	26,3%	25	40,3%
Positiva	Nosso impacto na sociedade é grande, mas ainda há muito que crescer.	101	45,3%	87	55,8%	9	14,5%
	Nosso trabalho é bem focado e estamos atingindo 100% do que objetivamos.	13	5,8%	10	6,4%	3	4,8%
Total		223		156		62	

GRÁFICO 5 – FATURAMENTO MÉDIO DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES



1. Os resultados excedem os 100%, pois era possível escolher mais de uma opção de atuação.

E A PERGUNTA DE UM MILHÃO DE REAIS É:

COMO ESSE DINHEIRO SERIA ÚTIL PARA A SUA ONG?

Em setembro de 2015, a ONG Rancho dos Gnomos (projeto que cuida de animais abandonados) conseguiu arrecadar R\$1.006.990,95 através do financiamento coletivo para comprar um terreno onde será o novo abrigo dos animais. Graças ao trabalho conjunto com a organização, a Kickante ganhou destaque nacional e internacional por obter recorde de arrecadação da América Latina, que anteriormente também era nosso, e assim nos tornamos referência do crowdfunding brasileiro. Não é a toa. Além de termos os melhores resultados, contamos com uma equipe especializada em financiamento coletivo que está preparada para guiar o seu projeto para o sucesso. Você só precisa de duas coisas: criar uma campanha e saber responder a essa pergunta.

www.kickante.com.br/crie

 **kickante**
Juntos somos uma multidão.



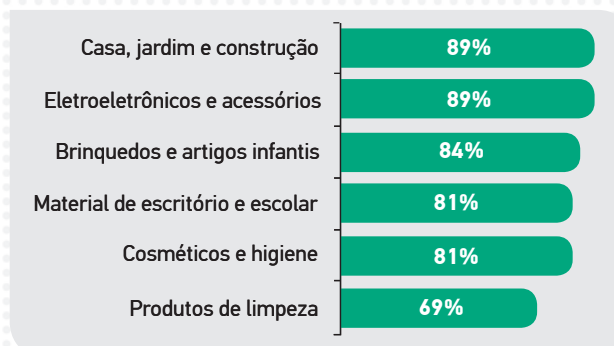
GREENWASHING EM FOCO: O CENÁRIO ATUAL, OS CONSUMIDORES E OS SELOS

Há algumas edições, discutimos aqui os achados iniciais da segunda edição da pesquisa sobre *greenwashing* no Brasil, conduzida pela Market Analysis. A análise do estudo, que apresenta um panorama sobre a rotulagem ambiental no varejo brasileiro, estava em andamento; os resultados iniciais mostravam um crescimento de 343% na quantidade de produtos com apelos ambientais para as categorias de cosméticos, higiene pessoal e produtos de limpeza.

A verificação, a codificação e a análise dos dados para as demais categorias estudadas foram finalizadas no primeiro trimestre deste ano, e o motivo para o extenso período de realização desta etapa está diretamente relacionado ao aumento observado na quantidade de produtos “verdes” encontrados: passando pelos mesmos locais depois de quatro anos, os pesquisadores descobriram um crescimento total de 478% neste tipo de oferta nas prateleiras.

Infelizmente, o aumento massivo no volume de artigos ambientalmente preferíveis não representa, na mesma proporção, um maior senso de responsabilidade de empresas e marcas a respeito de seu impacto no meio ambiente. Ao todo, 82% dos produtos “verdes” encontrados cometem *greenwashing*, estratégia de comunicação usada nas embalagens para dar ao consumidor a impressão de que o produto escolhido é “melhor para a natureza”. As categorias investigadas na pesquisa contemplam eletroeletrônicos, cosméticos e higiene pessoal, brinquedos e artigos infantis, materiais de escritório e escolares, artigos para casa, jardim ou construção e produtos de limpeza. Para todas elas, a cada três produtos “amigos da natureza” encontrados nas prateleiras, no mínimo dois possuem alguma mensagem vaga, incerta ou ludibriosa sobre as vantagens ambientais do produto.

Gráfico 1. Proporção de produtos cometendo *greenwashing* por categoria

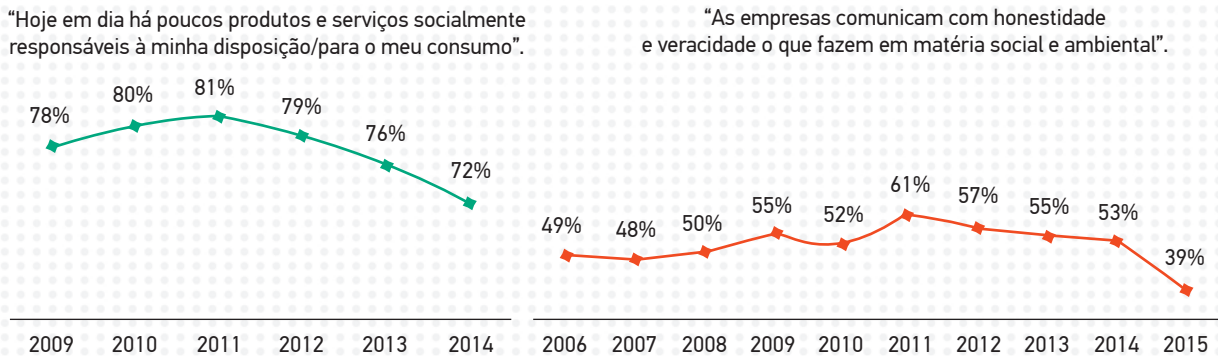


Fonte: Pesquisa Greenwashing 2014, Market Analysis.

O CONSUMIDOR JÁ SE DEU CONTA?

Ainda não há estudos divulgados a respeito da percepção direta dos brasileiros sobre a rotulagem ambiental e como isso afeta a credibilidade desse tipo de iniciativa das empresas. No entanto, em suas pesquisas sobre consumo consciente e sustentabilidade, a Market Analysis encontra indicadores que mostram um contrafluxo da opinião pública no que tange às opções de consumo com menor impacto: de 2011 para cá, a proporção de consumidores que acredita que há produtos e serviços responsáveis a sua disposição no varejo cai ligeiramente ano a ano. Ainda, nunca a credibilidade na honestidade e veracidade da comunicação corporativa sobre o que é feito pela sociedade e pelo meio ambiente foi tão baixa: 39% dos cidadãos entrevistados no último Monitor de Sustentabilidade confiam no que dizem as empresas, uma queda de 14 pontos percentuais em comparação ao ano passado e a menor média obtida nos últimos 10 anos para essa pergunta.

Gráfico 2. Percepções dos consumidores sobre sustentabilidade empresarial (% de pessoas que concordam totalmente ou em parte com a afirmação)



Fonte: Monitor de Sustentabilidade 2015, Market Analysis.

Esses movimentos da opinião pública, aliados à notoriedade que o tema tem ganhado na mídia nos últimos tempos, indicam que a maquiagem ambiental não está passando despercebida pelo consumidor. O que é preocupante, nesse sentido, é o potencial que o *greenwashing* tem de prejudicar a credibilidade de ações genuínas de empresas e sua comunicação a respeito, gerando uma tendência, no consumidor, a desconfiar de tudo e de todos. Isso acontece porque, geralmente, na hora de colocar o produto no carrinho, existe uma grande dificuldade de identificar o que são iniciativas legítimas e o que é maquiagem ambiental.

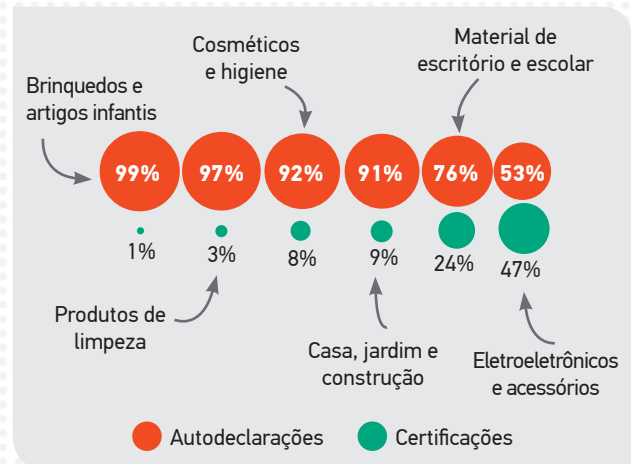
SELOS E CERTIFICAÇÕES PODEM AJUDAR

A pesquisa revelou que apenas 15% dos produtos “verdes” possuem algum selo ou certificação de terceira parte que endossa a vantagem ambiental do produto. A certificação ambiental é um dos melhores atalhos para ajudar o consumidor a lidar com essa dúvida na hora da compra, uma vez que indica diretamente que as iniciativas de responsabilidade da empresa passaram pelo crivo de uma organização focada em validar processos e procedimentos nesse sentido. Os selos não eliminam totalmente a possibilidade de *greenwashing* – nem significam que a empresa aplica princípios de sustentabilidade em todas as etapas de sua cadeia produtiva –, mas seguramente representam que houve um passo concreto em busca da redução do impacto ambiental daquele produto. A proporção de autodeclarações apresentadas pelas marcas em suas embalagens levanta o questionamento do quanto a busca por produtos ambientalmente preferíveis é realmente levada a sério no universo corporativo.

Algumas categorias de produtos, no entanto, mostram-se muito mais articuladas em reduzir a quantidade de autodeclarações, apresentando informações referentes ao reconhecimento de seus esforços em design de produtos ou processos produtivos com menor impacto ambiental. Quase metade dos eletroeletrônicos e acessórios, por exemplo, apresenta alguma certificação (47%). Um em cada quatro produtos da categoria de materiais de escritório ou escolares também exibe algum selo (24%). Artigos para casa,

jardim e construção, cosméticos e produtos de higiene pessoal têm selos em cerca de um a cada 10 produtos (9% e 8%, respectivamente). Em pior situação estão os produtos de limpeza e os brinquedos e artigos infantis, com apenas 3% e 1% de produtos certificados, respectivamente.

Gráfico 3. Proporção de selos e autodeclarações nos apelos por categoria



Fonte: Pesquisa Greenwashing 2014, Market Analysis.

Ainda há muito a se fazer a respeito da certificação ambiental no Brasil, seja no âmbito da pesquisa e desenvolvimento de indicadores de responsabilidade para os diferentes produtos, serviços e setores da indústria, seja no sentido de conscientização da sociedade sobre a legitimidade e importância dos selos. A pesquisa sobre *greenwashing* no Brasil levanta a discussão da necessidade de educação do consumidor, fiscalização das empresas e escrutínio da comunicação, buscando contribuir com o progresso da produção e do consumo consciente de forma sólida e coerente. As certificações ambientais são grandes aliadas nesse processo, e espera-se que, cada vez mais, deixem de ser consideradas artigos de luxo e passem a ser critérios fundamentais para garantir a continuidade das boas práticas corporativas. 🌱



INSTITUTO
FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br



CAPACIDADES

CONHECER PARA CRESCER

MINISTÉRIO DAS CIDADES LANÇA O PORTAL CAPACIDADES

Foi lançado pelo Ministério das Cidades o Portal Capacidades, uma ferramenta que disponibiliza meios de capacitação, estudos e experiências sobre o desenvolvimento e gestão das cidades. O objetivo é qualificar técnicos, gestores e agentes sociais dos municípios, estados, Distrito Federal e de instituições responsáveis pela elaboração, implementação e avaliação da política urbana, buscando melhorar a gestão e o planejamento urbano. Para entrar no portal, basta realizar o cadastro. Com o perfil de usuário é possível fazer download das publicações, assistir aos vídeos, realizar pesquisas e consultas ao dicionário, cadastrar experiências, receber o boletim periódico com informações atualizadas e consultar a agenda de atividades. O cadastro também facilita a inscrição em seminários, oficinas, cursos on-line, fóruns de debate, chats com especialistas e outros eventos.

<http://www.capacidades.gov.br>

ONU LANÇA PUBLICAÇÕES SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E DE ALIMENTAÇÃO

O Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos lançou as versões em português dos três primeiros estudos que compõem a série “Políticas Sociais e de Alimentação”. A série trata das compras públicas de alimentos no Brasil e seus impactos na segurança alimentar e nutricional, assim como na agricultura familiar. Os estudos trazem novos dados e análises sobre dois programas brasileiros que compram alimentos de agricultores familiares: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os livros estão disponíveis para download e serão traduzidos para o inglês e o francês.

<http://nacoesunidas.org>

INSTITUTO RIO ABRE EDITAL PARA SELEÇÃO 2016

As inscrições para o edital anual do Instituto Rio estão abertas. Este ano, o edital terá como foco o apoio a iniciativas de organizações e grupos da sociedade civil voltados para fortalecer a rede da Universidade Comunitária da Zona Oeste. As propostas podem ser enviadas até o dia 25 de janeiro de 2016, por meio do site do Instituto Rio. Serão selecionados 12 projetos, com 22 mil reais para cada. Os projetos devem ser executados no prazo de até um ano.

<http://www.instituto rio.org.br/Edital2016>

PRÊMIO PETROBRAS DE JORNALISMO ABRE INSCRIÇÕES



A premiação já está em sua terceira edição, e profissionais de todo o país podem inscrever reportagens que tenham sido publicadas ou veiculadas entre 10 de abril de 2014 e 9 de julho de 2015 em jornais/revistas, emissoras de rádio e de televisão e portais de notícias na internet. As matérias podem ser enquadradas como Nacional, para veículos de qualquer cidade do país com abrangência e repercussão nacional, e Regional, em que a sede esteja localizada nas regiões descritas no edital. As áreas englobadas são Petróleo, Gás e Energia; Responsabilidade Socioambiental; Esporte; Cultura e Fotojornalismo. Também será premiada a melhor matéria internacional feita por correspondente residente no Brasil. As inscrições vão até o dia 26 de janeiro de 2016 e podem ser feitas no site do prêmio.

<http://www.premiopetrobras.com.br>

FUNDAÇÃO WATERLOO ABRE EDITAL PARA PROTEÇÃO A FLORESTAS

Com sede no País de Gales, a Fundação Waterloo abre o edital de 2016 recebendo propostas para seu programa de financiamento a projetos de proteção a florestas tropicais que tenham foco na importância das florestas para o clima, comunidades e biodiversidade e, principalmente, no combate ao desflorestamento. O apoio financeiro é de cerca de 50 mil a 100 mil libras, pouco menos de 300 mil a 600 mil reais, e a fundação tem como prioridade organizações no Reino Unido, mas está aberta a receber projetos do mundo todo. Todos os anos a Fundação tem dois prazos para envio de propostas dentro da linha de projetos de florestas tropicais: 1º dezembro e 1º de junho, e a proposta deve ser encaminhada em inglês.

<http://www.waterloofoundation.org.uk/EnvironmentTropicalRainforests.html>



FUNDAÇÃO ABRINQ LANÇA PLATAFORMA COM SITUAÇÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL

A plataforma funciona como uma ferramenta de busca e consulta que reúne os principais indicadores sociais relacionados às questões da infância e adolescência nos Estados brasileiros. As informações sobre a qualidade de vida e bem-estar da população de 0 a 18 anos foram coletadas de fontes públicas e privadas, entre elas, o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, além das Fundações e Institutos vinculados ao Governo Federal. A página atende aos interesses de formadores de opinião, representantes da sociedade civil, pesquisadores e gestores públicos que, a partir do mecanismo de busca on-line, poderão identificar os principais problemas sociais que afetam o público em questão e propor soluções para esses cenários.

📌 <http://observatoriocrianca.org.br>



Traduzíndio

PESQUISADORES DESENVOLVEM APLICATIVO QUE AUXILIA TRADUÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS

Pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT) desenvolveram um aplicativo capaz de traduzir palavras escritas nas línguas dos povos Xerente e Apinajé para o português. O “Traduzíndio” foi lançado durante os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em Palmas (TO). O aplicativo abrange 5.504 palavras da língua Apinajé e 3.692 do Xerente. Além da tradução, a ferramenta apresenta a cultura das duas etnias e uma breve apresentação do projeto.

📌 <http://www.traduzindio.com.br>

PROJETO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO INCENTIVA ECONOMIA SOLIDÁRIA



A prefeitura de São Paulo inaugurou o Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários com o objetivo de fortalecer a economia solidária como forma de desenvolvimento da cidade, além de proporcionar a possibilidade de se fazer negócios de forma coletiva e autogestionária. O centro público tem a finalidade de articular e potencializar as iniciativas de fomento à economia solidária, direitos humanos e trabalho decente no município. O centro fará eventos, oficinas, seminários e atividades culturais para fortalecer a interlocução entre os empreendimentos e a sociedade.

📌 <http://www.capital.sp.gov.br>

DOCUMENTÁRIO ABORDA HISTÓRIA DA SOCIEDADE CIVIL NO PAÍS

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) lançou o documentário “Em Movimento: 20 anos de Investimento Social no Brasil”. O vídeo faz parte das comemorações pelo 20º aniversário do grupo e aborda eventos importantes para a história do país desde a época da Ditadura Militar (1964-1985), mostrando como a sociedade civil se porta diante das adversidades, sempre na busca por um Brasil melhor. Entre os acontecimentos que foram fundamentais para o desenvolvimento da sociedade civil brasileira e que são lembrados no documentário estão a promulgação da Lei da Anistia, a criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Campanha Diretas Já, a primeira Lei Nacional do Meio Ambiente e de Incentivo à Cultura e a promulgação da Constituição de 1988.

📌 www.gife.org.br

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA INTERNET

Organizações da sociedade civil que trabalhem com a temática de políticas públicas de juventude podem solicitar um financiamento de até dez mil dólares para desenvolver e hospedar uma página na internet dentro do portal Iniciativa Jovem, projeto da organização alemã Demokratie & Dialog e.V., financiado pela Fundação Open Society. O portal Iniciativa Jovem tem como objetivo consolidar o conhecimento internacional e informação sobre políticas públicas de juventude, indo da análise e formulação à implementação e avaliação das políticas. Não há uma data limite para envio das propostas, que devem ser escritas em inglês, e considerar a duração de um ano para o projeto financiado.

📌 <http://www.youthpolicy.org/work-with-us/thematic-curation/>

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**

Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000

INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL EDUCACIONAL DR. KLAIDE

A **Instituição Assistencial Educacional Dr. Klaide** foi inaugurada em 1990 por um grupo de pessoas preocupadas com a situação de risco social em que se encontram grande parte das crianças das comunidades da Vila Curuçá e adjacências no município de Santo André (SP). Na mesma data, foi fundada a Creche Dr. Klaide, que atende a cem crianças com idades entre 1 ano e 8 meses a 5 anos e 7 meses, oferecendo orientação lúdica pedagógica, alimentação, atendimento odontológico, psicológico e de formação. A Instituição atua ainda na formação e na iniciação profissional de crianças e adolescentes de 5 anos e 8 meses a 14 anos; no apoio e na assistência a jovens e adultos; e no atendimento a idosos.

📧 www.crechedrklaide.org.br

1. Klaide

R\$ 12,00

2. Klaide

R\$ 49,90 (cada)



ASSOCIAÇÃO DE CERAMISTAS JACUÍ

A **Associação de Ceramistas Jacuí** surgiu em 2009, com o apoio da Fundação Alphaville, e visa a geração de renda a partir da comercialização de peças artesanais de cerâmica. O projeto, que hoje conta com 11 ceramistas, ensina a modelagem em cerâmica e prepara o grupo, com o apoio de profissionais de design, artesanato e arte em cerâmica, psicologia e administração, para a produção e venda de artesanato. A iniciativa reúne adultos de baixa renda, moradores do bairro Jardim Carapina, interessados em aprender artesanato utilizando a argila. As peças produzidas são vendidas na loja da associação, em feiras e em exposições locais de artesanato, e sua verba é revertida para manutenção do projeto. O grupo também tem como objetivo conscientizar seus compradores sobre a violência contra a mulher e a criança.

📧 <http://jacui.org.br>

1. Jarro grande

2. Mandala flores

3. Porta velas em flor

Valores sob consulta.

ARTESANATO SOLIDÁRIO

Inicialmente idealizado como um projeto de combate à pobreza em regiões castigadas pela seca, a **ArteSol – Artesanato Solidário** foi concebida em 1998 como um programa social, e a partir de 2002 tornou-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Suas ações beneficiam artesãos brasileiros que vivem principalmente em localidades de baixa renda e são detentores de saberes tradicionais, transmitidos entre gerações, que devem ser salvaguardados. Nesse sentido, a ArteSol elabora projetos e ações voltados para a valorização da atividade artesanal de referência cultural brasileira, para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e a inclusão cidadã e produtiva dos artesãos.

📧 <http://artesosol.org.br/>

Artesol

Valores sob consulta.



1

2



Imagens em baixa

1



2



AMIGOS DO BEM

A ONG **Amigos do Bem** é uma iniciativa de visa levar às famílias do sertão nordestino roupas, alimentos, atendimento médico e odontológico, entre outros itens. Atualmente, inúmeros projetos educacionais e autossustentáveis são desenvolvidos hoje, e modificam a vida de mais de 60 mil pessoas nos Estados de Alagoas, Ceará e Pernambuco. A organização atua em diversas áreas a fim de promover uma transformação efetiva na vida dos milhares de pessoas atendidas.

📧 www.amigosdobem.org.br

Kit Premium Duo

R\$ 55,00

Kit especial

R\$ 99,00



A CONTA DO SUPERMERCADO

Eu tenho fome todos os dias. Uns dias mais, outros menos. Normalmente, faço de duas a três refeições diárias. Logo após despertar, na maioria das vezes antes do que eu gostaria, costumo ficar satisfeito com um café preto fresquinho. De tanto ouvir que o café da manhã é a principal refeição do dia, busco me patricular para proporcionar ao pretinho básico algum tipo de companhia. Pão com manteiga na chapa é a escolha mais óbvia e querida. Se der para colocar um requeijão por cima, tanto melhor. Coisa de padoca mesmo. Aliás, desconfio das cidades que não têm as padocas como redutos resistentes de encontros da vizinhança.

Pois bem. Além de ter fome, preciso me vestir também. Raramente compro roupas, uma vez que isso não me causa furor ou regozijo algum. Desleixo? Preguiça? Avaria? Não sei. Só sei que a regra é que eu as ganhe das pessoas mais próximas — imagino que por um misto de afeto e vergonha alheia. Ainda assim, em caráter excepcional, acabo comprando um modelo aqui e outro acolá. Alguém conhece algum brechó ou *outlet* legal, a propósito?

Eu também preciso sustentar meu filho automotivo. Minha caranga ano 2006 demanda gasolina, óleo e manutenção com alguma frequência. Lavagem só quando chove. Ou quase isso. Tenho medo de ser um cúmplice ainda mais atroz da agonia da Cantareira. Pena que eu moro em São Paulo e não dá para ir de bicicleta a todos os compromissos. Até dá, mas não sem efeitos colaterais relevantes em termos de tempo, sudorese avançada e incapacidade física. E olha que eu me considero um quase-atleta. Ainda assim, preciso me deslocar de carro particular em muitas situações.

Se eu continuar a descrever todas as minhas despesas aqui, possivelmente serei repreendido pela editora da revista, assim

como algum leitor poderá decidir realizar uma campanha de *crowdfunding* buscando remediar o meu chororô econômico. Não é para tanto, mas agradeço de antemão aos que chegaram a pensar nisso.

Aluguel, impostos, educação, algum lazer. A isso tudo somam-se as despesas de se criar com o mínimo de dignidade um filho no Brasil. Há 16 anos tenho mais essa honra, que traz a reboque alegrias indizíveis e um par adicional de contas.

Dito isso tudo, quase chego ao meu argumento central. Completo o soneto compartilhando uma experiência que fiz em um supermercado recentemente. Depois de abastecer o carrinho, segui ao caixa. Depois de alguns instantes na fila, chegou a minha vez de passar pelo ritual medieval e de fazer inveja a sádicos torturadores: tira-se as compras do carrinho, passa-se pelo caixa, coloca-se tudo na sacola e de volta no carrinho, leva-se até o carro, tira-se do carrinho e coloca-se no porta-malas do carro, segue-se para a casa, coloca-se tudo no carrinho do condomínio, sobe-se pelo elevador apertado, tira-se tudo do carrinho do condomínio, leva-se o carrinho do condomínio de volta, volta-se para a casa, separa-se as compras e as guarda. Isso tudo caso a vítima não tenha sido acometida por um infarto ou um ataque letal de tédio durante o processo.

Seguindo o relato de minha experiência, cheguei ao caixa e a moça me perguntou se eu tinha o cartão Blaster Ultra Plus da rede de supermercados. Afirmou-me com sinceridade quase convincente que eu teria acesso a descontos MA-RA-VI-LHO-SOS. Neguei a oferta pela milésima oitava vez. Após os valores individuais serem somados e um número obscuro aparecer na tela (atualmente só de pisar no supermercado você já gasta por baixo uns cem reais), eu disse algo à operadora do caixa:

Sou diretor de uma ONG.

É mesmo?, respondeu-me com simpatia pouco contagiante.

É verdade. Preciso pagar pela compra?, lancei-me de cabeça na raiz de meu experimento.

Não entendi, senhor.

É que eu sou diretor de uma ONG que faz o bem para as pessoas. Mesmo assim, eu preciso pagar pelos produtos?

Ela riu um riso constrangido. Li na expressão dela duas hipóteses: ou ela recebeu aquilo como uma piada sem graça ou, ainda pior, uma tentativa de golpe muito chinfrim. Sem alternativas, paguei a conta no cartão — para juntar milhas — e fui embora.

...

A questão da remuneração de dirigentes de ONGs é complexa, sim. Como qualquer uma que mexe em modelos mentais estabelecidos, parece difícil deixar para trás o lugar comum de que o *ongueiro* é aquele ser desprovido de interesses materiais, que transcendeu ao canto da sereia capitalista, ou seja, um semideus que nos honra com a sua presença terrena. Ainda que ele seja tudo isso, a maioria precisa pagar a conta do supermercado. Obviamente que a balança precisa ser justa: remuneração condizente com a competência oferecida, assim como fiscalização atenta dos órgãos responsáveis. Nenhuma novidade, nenhum mistério: apenas vontade de avançar e de dar suporte aos avanços com a máxima seriedade entre todos os envolvidos. Afinal, se o *ongueiro* não tiver com o que pagar a conta do supermercado, não conseguirá se comprometer a entregar aquilo que o Terceiro Setor precisa para garantir na prática o que já é seu de direito: o reconhecimento como um setor vital para o desenvolvimento do país. 🍷

DESDE 2005, OFICINAS ABERTAS NO
CANTO CIDADÃO.

**ABRA A
PORTA E
DEIXE O SEU
PALHAÇO
SAIR.**

PROGRAMAÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS PELO:
INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR

CANTO CIDADÃO

WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR

(11) 3667 0167

Assistência Social PAULUS



O Assessoramento ajuda a qualificar Projetos, Programas e Serviços.
Gera um novo agir

A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.



paulus.com.br/assistencia-social

nucleosocial@fapcom.edu.br

Imagem: Freepik